



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



RELATÓRIO ANUAL 2017

Desembargador Milton Fernandes de Souza

**Tribunal de Justiça do
Estado do Rio de Janeiro**

**RELATÓRIO
ANUAL
2017**

Desembargador Milton Fernandes de Souza

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Desembargador MILTON FERNANDES DE SOUZA
PRESIDENTE

Desembargador CLÁUDIO DE MELLO TAVARES
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargadora ELISABETE FILIZZOLA ASSUNÇÃO
1ª VICE-PRESIDENTE

Desembargador CELSO FERREIRA FILHO
2º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora MARIA AUGUSTA VAZ MONTEIRO DE FIGUEIREDO
3ª VICE-PRESIDENTE

ÓRGÃO ESPECIAL

VAGAS DE ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte

Desembargadora Nilza Bitar

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho

Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Otávio Rodrigues

Desembargador Nildson Araújo da Cruz

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto

VAGAS DE ELEIÇÃO

Desembargador Cláudio de Mello Tavares

Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção

Desembargador Celso Ferreira Filho

Desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado

Desembargador Gabriel de Oliveira Zéfiro

Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves

Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL NO ANO DE 2017

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho (até 22/06/2017)

Desembargadora Helda Lima Meireles (até 02/03/2017)

Desembargador Carlos Santos de Oliveira (até 20/08/2017)

Desembargador Camilo Ribeiro Rulière (até 17/08/2017)

Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres (até 20/08/2017)

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Cláudio de Mello Tavares

Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção

Desembargador Celso Ferreira Filho

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargadora Suimei Meira Cavalieri

Desembargadora Denise Vaccari Machado Paes

Desembargadora Maria Helena Pinto Machado

Desembargadora Denise Nicoll Simões

Desembargador Luiz Fernando de Andrade Pinto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador Mauricio Caldas Lopes

Desembargador José Muiños Piñeiro Filho

Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo

Desembargador Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara

Desembargador Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREG)

Desembargadora Márcia Ferreira Alvarenga

Desembargadora Maria Sandra Rocha Kayat Direito

Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa

Desembargador Gilberto Clóvis Farias Matos

Desembargador Marcos Andre Chut

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dra. Rose Marie Pimentel Martins

Dra. Rosa Maria Cirigliano Maneschy – Juíza Gestora de Precatórios

Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Júnior

Dr. Marcelo Oliveira da Silva

Dr. Marcello Rubioli

Dr. Fábio Ribeiro Porto

GABINETE E DIRETORIAS-GERAIS

Simone Rabello de Vasconcellos

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

Carlos Henrique Mendes Gralato

DIRETORIA-GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS (DGJUR)

José Carlos Tedesco

DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM)

Gabriel Albuquerque Pinto

DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (DGPES)

Francisco Marcos Motta Budal

DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA (DGLLOG)

André Luiz de Saboya Moledo

DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)

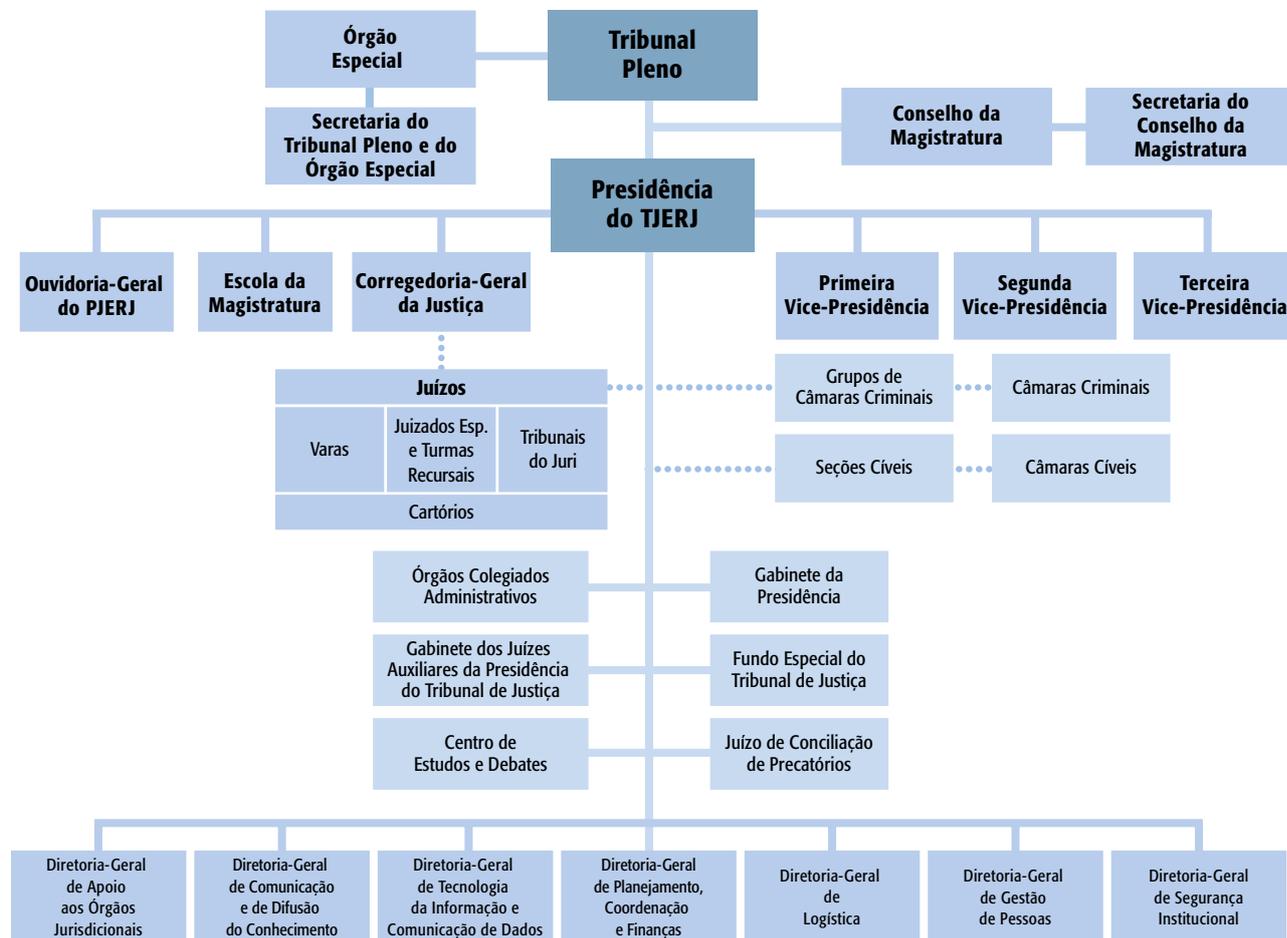
Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho

DIRETORIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

Humberto Vieira da Cruz

DIRETORIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS (DGTEC)

ORGANOGRAMA | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

MISSÃO

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

VISÃO

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

POLÍTICA DA QUALIDADE

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

VALORES

Ética

Probidade

Transparência

Integridade

Acesso à Justiça

Celeridade

Responsabilidade social e ambiental

Imparcialidade

Efetividade

Modernidade



Sumário

1. Apresentação	09
2. Introdução.....	15
3. Panorama Geral.....	17
4. Planejamento e Gestão.....	23
5. Governança Institucional.....	27
6. Prestação Jurisdicional	41
7. Garantia dos Direitos da Cidadania	71
8. Comunicação Institucional	77
9. Gestão de Pessoas.....	81
10. Tecnologia da Informação.....	91
11. Orçamento e Finanças.....	95
12. Estrutura Predial, Logística e de Segurança.....	107

1. Apresentação

Prezados Magistrados,

É do conhecimento de todos o cenário em que a administração do biênio 2017/2018 assumiu o Tribunal de Justiça, com uma plêiade de desafios, dentre os quais se destacavam assegurar a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, o pagamento do salário de seus magistrados e servidores, evitar que se ultrapassasse o limite de 6% da Lei de Responsabilidade Fiscal em despesas com pessoal, adequar o equilíbrio entre receitas e despesas de custeio, etc., sem que tais circunstâncias viessem a afetar o funcionamento da máquina judiciária e a realização dos investimentos necessários a sua melhoria, viabilizando o aprimoramento da prestação jurisdicional.

O contexto exigia ação firme e austera da administração, que foi implementada desde o primeiro dia de gestão.

Neste sentido, dentre as primeiras medidas adotadas estiveram o contingenciamento de diversos cargos da estrutura administrativa; a revisão da estrutura organizacional, com a extinção de três Diretorias Gerais; a reformulação do programa de incentivo a aposentadoria; a revisão de contratos com foco na redução da despesa de custeio e a atuação institucional junto ao Poder Executivo e ao Supremo Tribunal Federal visando assegurar o pagamento em dia de salários.

As medidas surtiram efeito e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro passou incólume no pagamento de salários a seus magistrados e servidores no período mais grave da crise fiscal do Estado. Além disso, a instituição continuou prestando serviços adequados e eficientes à população, assegurando a estabilidade necessária para que a sociedade fluminense superasse o momento de crise econômica e de credibilidade do Poder Público.

Não por outro motivo, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro registrou 100% de eficiência em 2017, de acordo com o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus). Os dados constam na 14ª edição do Relatório Justiça em Números, divulgado nessa segunda-feira, dia 27/08/2018, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O IPC-Jus calcula o número de processos que tramitaram no período, dados sobre recursos humanos e financeiros e quantidade de processos baixados. O resultado de 100% significa que o TJRJ foi capaz de baixar mais processos, comparado com os demais tribunais estaduais, utilizando recursos semelhantes. Os tribunais com melhor resultado são considerados os mais eficientes e se tornam referência para os demais.

A média geral de eficiência do IPC-Jus na Justiça Estadual em 2017 foi de 88%.

O judiciário fluminense apresentou, também, o maior Índice de Atendimento à Demanda (IAD) entre os tribunais estaduais brasileiros: 126%, superando outros Tribunais Estaduais de grande porte, como o do Rio Grande do Sul (107,6%) e de São Paulo (105,4%). O indicador reflete a capacidade dos tribunais em dar vazão ao volume de casos ingressados. Um índice maior que 100% significa que o tribunal baixou processos em quantidade superior ao ingresso.

Dito de outra forma, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi apontado pelo relatório “Justiça em Números” como o mais produtivo do país no ano de 2017. Os magistrados fluminenses ficaram em primeiro lugar no ranking de produtividade da Justiça estadual por larga vantagem. Cada magistrado do TJ-RJ julgou 3.388 casos em média, contra 2.192 dos magistrados paulistas, que estão na segunda colocação, e 2.134 do TJ-RS, terceiro colocado.

A despesa operacional apresentou leve redução do ano de 2016 para 2017, fazendo cessar um movimento de contínuo crescimento dos custos de manutenção do Poder.

Vários foram os contratos revistos, com redução de custos e dispensa de mão de obra terceirizada, adequando-os a nova realidade financeira do Estado. Esse processo continua em andamento, tendo a administração adotado a prática de licitar prestação de serviço com base no piso salarial da categoria envolvida no mesmo.

Quanto ao limite da despesa de pessoal na receita corrente líquida, reduziu-se de 5,92% no segundo quadrimestre de 2017 para 5,62% no terceiro quadrimestre do ano.

Envidaram-se também esforços na recomposição das reservas do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, recebido com R\$ 589.512.492,37, mas com créditos a receber do Estado referentes a empréstimo de R\$ 400.000.000,00 realizado no biênio 2013/2014 e na assunção pelo Judiciário do custeio da folha de pagamento de novembro e do décimo terceiro salário do ano de 2016. Estes créditos foram diligenciados junto ao Estado do Rio de Janeiro, o qual os está pagando de forma parcelada ao Tribunal de Justiça. O Estado também regularizou junto ao Tribunal de Justiça o repasse da remuneração relativa aos depósitos judiciais recebidos por força

da Lei Complementar Estadual n.º 163/2015, o qual não era realizado desde meados de 2016. O resultado foi que o Fundo Especial do Tribunal de Justiça chegou ao final do exercício de 2017 com reservas na ordem de R\$ 922.960.779,18.

A seletividade e austeridade dos gastos não resvalou, contudo, para os investimentos realizados pelo Poder Judiciário, que manteve em curso a reforma do Complexo do Fórum Central, bem como deu continuidade a obra de construção dos Fóruns de Angra dos Reis, Iguaba Grande e Arraial do Cabo. A entrega do novo Foro da Comarca de Angra dos Reis ocorreu no final do ano de 2017, com inauguração prevista para o início do ano de 2018. Quanto aos Fóruns de Iguaba Grande e Arraial do Cabo, as obras estão em curso e tem previsão de entrega em meados de 2018.

Atendendo determinação do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e de forma inovadora, o Poder Judiciário fluminense instalou nas três portas de entrada do sistema carcerário as Centrais de Audiência de Custódia de Benfica, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes, que passaram a assegurar a qualquer pessoa presa no Estado do Rio de Janeiro o exame, no prazo de 24 horas, da legalidade e necessidade de sua prisão por um Juiz de Direito, dando cumprimento ao determinado no Pacto de São José da Costa Rica.

A realização das audiências de custódia constitui uma forma eficaz do Poder Judiciário contribuir para o problema da superpopulação carcerária, na medida em que evita a prisão cautelar que não se afigura necessária.

Ainda no campo dos investimentos podem ser pontuadas as trocas dos chillers de ar condicionado de diversos Fóruns, tais como Jacarepaguá, Pavuna, Barra da Tijuca, Macaé, Belford Roxo e Duque de Caxias.

Com relação a prestação jurisdicional, deu-se continuidade à transformação digital, sendo que, em 2017, 81% dos processos ingressaram no Poder Judiciário fluminense de forma eletrônica. Além disso, traçou-se como meta a automação de procedimentos em determinados segmentos da prestação jurisdicional, podendo ser pontuados os Juizados Especiais, a Dívida Ativa e as Varas Criminais.

Os Juizados Especiais já estão trabalhando com suas rotinas automatizadas e existe a previsão que, em 2018, isto também comece a acontecer nas competências Dívida Ativa e Varas Criminais.

Outrossim, está sendo desenvolvido amplo estudo acerca do sistema de trâmite dos processos judiciais que deverá adotar o Tribunal de Justiça no futuro, dadas as limitações da plataforma no qual está implantado o sistema DCP.

Foram instalados os IV e V Juizados Especiais da Fazenda Pública da 2ª Região Administrativa Fazendária (que equivale ao 2º NUR), que tem competência regionalizada e constituem uma experiência inovadora e revolucionária no âmbito do Poder Judiciário Fluminense.

A administração, através do monitoramento, informação e suporte gerencial, incentivou que juízos e respectivas serventias buscassem o atingimento das metas nacionais do CNJ, tendo o Tribunal de Justiça, pelo 8º ano consecutivo, se destacado como o mais produtivo do país.

Fato relevantíssimo no que toca a prestação jurisdicional, foi a equalização da competência entre as Câmaras Cíveis e de Consumo, dando maior racionalidade a distribuição do trabalho no âmbito do 2º grau de jurisdição.

No âmbito dos precatórios judiciais, deu-se efetivo cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n.º 94/2016, tendo sido instituído e fiscalizado o cumprimento do regime especial de pagamento de precatórios.

Em setembro de 2017 o Estado do Rio de Janeiro aderiu formalmente ao regime especial de pagamento de precatórios, tendo disponibilizado a quantia de R\$ 870.000.000,00 para pagamento dos créditos relativos ao orçamento do ano de 2016.

O Fundo dedicado ao recebimento dos recursos das penas pecuniárias também teve concluído seu primeiro processo seletivo, tendo sido disponibilizados cerca de R\$ 3.000.000,00 para 50 organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolvem relevantes ações de cunho social, isso em um momento no qual havia grave escassez de recursos públicos para ajudar no custeio destas atividades.

Foram realizadas ações sociais, promovidas pelo próprio tribunal ou por terceiros, nos quais houve mais de 23 mil pessoas beneficiadas apenas no ano de 2017. Inovou-se ao levar as ações sociais para os presídios, onde ocorreram, em 2017, mais de 1700 atendimentos.

A mediação e a conciliação como formas alternativas de solução de conflitos foram incentivadas, tendo sido criados e instalados CEJUSCS e casas de família, sensibilizando os operadores do direito quanto a necessidade da cultura do acordo e da desjudicialização.

No tocante a violência doméstica e familiar contra a Mulher foi dado curso ao Projeto Violeta, ganhador do Prêmio Innovare, que vem sendo multiplicado nos diversos juízos com essa competência.

Além disso, em parceria com o CNJ, foi realizada a semana pela paz em casa.

O Centro Cultural do Poder Judiciário – Museu da Justiça também apresentou a leitura dramatizada “Por Elas”, versando sobre a temática da violência contra a mulher, objetivando sensibilizar a sociedade quanto a este grave problema social.

Enfim, muito foi feito e muito ainda há por fazer, não sendo a proposta da presente apresentação ser exaustiva na exposição detalhada de todas as realizações.

Contudo, o trabalho sério, austero, tranquilo, prudente, cortês e focado nas reais necessidades do Poder Judiciário demonstra que, mesmo em um cenário de grave crise, é possível ter grande desenvoltura. A crise pode ser uma oportunidade e essa é uma lição a ser seguida por qualquer gestor.

O Tribunal de Justiça adentrará o ano de 2018 certo de que se encontra no caminho correto, apresentando-se como uma instituição fundamental não só na garantia do direito dos cidadãos e na pacificação social, mas também como pilar da estabilidade e equilíbrio que deve haver entre os três poderes e entre o público e o privado, tão essencial a preservação do estado democrático de direito.

Seguimos em frente com a crença no Brasil e na solidez de suas instituições.

Atenciosamente,

Desembargador Milton Fernandes de Souza

PRESIDENTE

Figura 1

Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



2. Introdução

2.1 PLANO GERAL DO RELATÓRIO

O presente relatório está organizado a partir dos temas do planejamento estratégico, de acordo com o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJerJ), que é o resumo gráfico dos focos da estratégia institucional. São eles: Prestação Jurisdicional, Governança Institucional, Comunicação Institucional, Garantia dos Direitos da Cidadania, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Estrutura Predial, Logística e de Segurança e Orçamento e Finanças (tabela ao lado).

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

O panorama geral da instituição visa demonstrar o contexto no qual a nova Administração assumiu a gestão e sua evolução no decorrer do ano.

A seção do planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão ao longo do ano de 2017.

As demais seções se estruturam de acordo com os temas adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, que foram desenvolvidos pela Administração no ano.

São relatadas também iniciativas da Administração que não necessariamente compõem a estratégia, mas que concorreram para o desenvolvimento de cada tema específico trabalhado pelo PJERJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte ao longo do ano.

3. Panorama Geral

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Quando a atual administração assumiu a gestão, o Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre de 2016 apontou que as despesas de pessoal do PJERJ correspondiam a 5,99% da Receita Corrente Líquida, valor superior ao limite estabelecido como prudencial na Lei de Responsabilidade Fiscal. Registre-se que, em novembro de 2016, havia sido reconhecido o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, tornava-se necessária uma ação enérgica e imediata no sentido de redução dos gastos, de forma que as despesas de pessoal voltassem aos patamares de normalidade previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em percentual inferior a 5,7% da Receita Corrente Líquida.

Assim, o ano de 2017 foi marcado pela revisão da Estrutura Organizacional do PJERJ. Por meio da Resolução TJ/OE nº 1/2017, o Órgão Especial aprovou a nova estrutura, adequando-a às novas realidades política, econômica e social, de modo a atender aos princípios da eficiência e da autonomia, previstos na Constituição Federal.

Tal revisão de estrutura representou para o PJERJ o contingenciamento de 134 cargos em comissão e funções gratificadas e a extinção de três diretorias, alcançando uma economia anual de cerca de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Figura 2 – Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Pessoal	2014	2016	2017
Cargos em comissão	906	974	907
Funções gratificadas	3.188	4.088	3.908
Total	4.088	5.062	4.815

Fonte: DGPES

A necessidade de contenção de despesas exigiu, ainda, a reformulação do Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), com adoção de novos parâmetros para o pagamento de indenização pelo saldo de férias e licenças-prêmio não gozadas pelo servidor em atividade. No período de março a maio de 2017 o programa teve a adesão de 455 servidores, trazendo aos cofres públicos economia anual que superou os R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões

de reais) e superará R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais) em 2018, já descontadas as indenizações.

Foi a reformulação do PIA que criou a possibilidade econômica deste Tribunal suportar, a partir de setembro de 2017, o aumento da contribuição patronal de 21% para 28% do valor da folha de pagamento, medida que se fez necessária por ocasião da adesão do Estado do Rio de Janeiro ao regime de recuperação fiscal criado pela Lei Complementar Federal nº 159/2017.

3.2 ESTRUTURA E RECURSOS DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O aprimoramento da prestação jurisdicional, na sequência de várias gestões passadas, continua sendo um dos objetivos centrais da Administração atual, com atenção especial para o atendimento ao 1º grau de jurisdição, em que se concentra a maior parte da demanda trazida ao Judiciário pela população fluminense.

Assim, entre as medidas tomadas para priorizar o 1º grau, pode-se dar destaque às seguintes:

3.2.1 A INTERIORIZAÇÃO DA CENTRAL DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

A partir do dia 12/12/2017, o serviço de audiências de custódia do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro alcançou 100% de abrangência em todo o estado, com a inclusão das delegacias da Baixada Fluminense no sistema, atendidas pela Central de Audiência de Custódia de Benfica, que funciona na Cadeia Pública José Frederico Marques. Antes disso já haviam sido implantadas a própria Central de audiências de custódia de Benfica, bem como as Centrais de audiências de custódia de Volta Redonda e Campos dos Goytacazes. O Tribunal vem realizando no estado cerca de cem audiências de custódia por dia.

Com a ampliação do serviço, todas as delegacias de polícia estão integradas ao sistema dessas centrais. A ideia é que a pessoa, ao ser presa, seja apresentada e entrevistada por um juiz em 24 horas, com a participação do Ministério Público, do advogado ou Defensor Público.

3.2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA QGC (QUADRO GERAL DE CREDORES), COM DIVULGAÇÃO AOS JUÍZES E SERVIDORES DA COMPETÊNCIA EMPRESARIAL

Com esse sistema, a serventia empresarial pode visualizar as informações necessárias sobre os credores sem precisar desarquivar o processo, melhorando o histórico do acervo geral.

3.2.3 CRIAÇÃO DE ACESSO RÁPIDO AO CADASTRO DE PERITOS JUDICIAIS

Com esse acesso, a consulta de juízes ao cadastro de peritos judiciais foi otimizada.

3.2.4 ELABORAÇÃO DE PROGRAMA E DO MATERIAL PARA O CURSO DE PERITOS JUDICIAIS A SER MINISTRADO PELA ESAJ

Inovação com relação à escolha dos peritos judiciais, os quais precisam comprovar capacitação para ingressar no cadastro do TJRJ.

3.2.5 ATUALIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DO INDICADOR DE SENTENÇAS

Para fins de cumulação, houve mudança nos critérios para possibilitar maior transparência ao processo de aferição de produtividade de magistrados, com as novas regras introduzidas pelo Código de Processo Civil.

3.2.6 ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO PARA CONSULTA À BASE DE DADOS DO INSS E DA VIVO

O convênio tem o objetivo de facilitar e agilizar a busca das informações sobre as partes, pelo Juiz.

Ainda como medida de efetividade na prestação jurisdicional no 1º grau, merece destaque a implantação de dois Juizados Especiais da Fazenda Pública para atender todas as comarcas do 2º NUR. A sede está localizada na Comarca de Niterói, na Região Oceânica. Todos os processos que tramitarão nestes novos Juizados Especiais da Fazenda Pública serão eletrônicos e a demanda de ações de competência da Fazenda Pública tende a aumentar com a implementação dos juízos, pois os juizados julgam causas de pequeno valor, possibilitando desta forma o amplo acesso à justiça.

Importante ressaltar que, mesmo com foco mais centrado no 1º grau, ações de melhoria também foram tomadas em relação ao 2º grau de jurisdição. Entre elas, cabe destacar a unificação da competência das vinte e sete Câmaras Cíveis, com vigência a partir de 2 de janeiro de 2018, visando cumprir a política judiciária fundada, em termos constitucionais, na razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII), haja vista o enorme número de processos que vinham sendo distribuídos, diariamente, para as Câmaras Cíveis Especializadas.

A “Seção Cível Comum” passou a ser denominada “Seção Cível” e foi extinta a Seção Cível do Consumidor, sendo que todos os seus processos foram redistribuídos para a Seção Cível Comum.

Assim, ao final de 2017 (já com a inclusão das alterações supracitadas), pode ser observada na tabela a seguir o quantitativo de unidades que compõem a estrutura da prestação jurisdicional no PJERJ.

Figura 3 – Estrutura da prestação jurisdicional no PJERJ

Unides Jurisdicionais	Final de 2016	Final de 2017 (Em Jan/2018)
Comarcas	81	81
Regionais	14	14
Fóruns	102	102
Seções Cíveis	2	2
Grupos de Câmaras Criminais	4	4
Câmaras	35	35
Cíveis	22	27
Criminais	8	8
Consumidor	5	-
Varas	524	524
Cível	198	198
Família	90	90
Criminal	89	89
Vara única	37	37
1ª Vara	20	20
2ª Vara	20	20
Família, Infância, Juventude e Idoso	19	19
Fazenda Pública	16	16
Infância, Juventude e Idoso	14	14
Órfãos e Sucessões	9	9
Empresarial	7	7
Execuções Penais	1	1
Auditoria Militar	1	1
Infância e Juventude	1	1
Registros Públicos	1	1
Execuções e Medidas socioeducativas	1	1
Juizado da Violência contra a Mulher e JECRIM (e adjuntos)	77	77
Juizado da Violência contra a Mulher	11	11
Juizados Especiais	107	107
Cível (+ adjuntos)	127	127
Criminal (+ adjuntos)	16	16
Fazenda Pública	3	5
Turmas Recursais	8	8
Cível	5	5
Criminal	2	2
Fazenda Pública	1	1

Fonte: DGJUR

Apesar de não mencionada na tabela acima, por não se tratar de unidade fisicamente instalada, a Turma Recursal Fazendária Extraordinária foi implementada, mediante necessidade e com base na Resolução 06/2010, parágrafo único, art. 5º, merecendo destaque, neste relatório, pela produção de 1.904 decisões prolatadas em apenas quatro meses, conforme mostrado a seguir:

Figura 4

Turma Recursal Fazendária Extraordinária					
2017	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Decisões que findam a relação processual	427	294	434	469	280
Acervo	667	895	1.132	1.056	1.353

Em relação ao quantitativo de pessoal, destaque-se que, no que se refere aos magistrados, deu-se o provimento a todos os cargos de desembargadores, bem como a mais 14 cargos de juízes de 1º grau, em comparação ao ano anterior.

Já quanto ao quantitativo de servidores, em razão da necessidade de redução de despesas e da adesão ao regime de recuperação fiscal, se observou redução do quadro por conta do Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA). Com as novas regras implementadas, foi estabelecido prazo de 60 dias para o servidor formalizar seu pedido de aposentadoria, a contar do preenchimento dos requisitos para fazer jus ao programa. Entre junho e novembro de 2017, a DGPES recebeu 180 pedidos de aposentadoria, número cerca de 50% maior que a média histórica mensal.

A situação geral de pessoal ao final do primeiro ano da gestão pode ser observada na tabela a seguir:

Figura 5 – Quadro geral de pessoal

Pessoal*	Final de 2014	Final de 2016	Final de 2017
Desembargadores	176	180	180
Juízes	664	679	693
Juízes leigos	207	284	267
Estagiários	4.712	4.372	4.548
Prestadores de serviços	3.842	4.495	4.223
Servidores	15.303	15.108	14.325
Servidores Inativos	--	--	6.721

*A distribuição dos servidores é de 77,84% no 1º Grau, 11,03% no 2º Grau e 11,13% na Administração.

Fonte: DGPES

4. Planejamento e Gestão

4.1 ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

No que diz respeito ao planejamento, o início de gestão foi marcado pela continuidade no atendimento às diretrizes que vinham sendo adotadas pela Administração anterior, com fulcro na Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, que estabeleceu a estratégia para o Judiciário, no período de 2015 a 2020.

Tal estratégia, a nível nacional, previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – em torno dos quais deveriam ser desenvolvidos objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento deveria avançar além de uma gestão.

Dessa forma, vários projetos estratégicos tiveram sua continuidade assegurada conforme determinado pelo Presidente, ao afirmar, no dia de sua posse, pretender concluir as tarefas iniciadas e implementar outras tantas já programadas, de acordo com o planejamento estratégico em vigor.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), em reuniões realizadas nos meses de maio e agosto, debateu a estratégia a ser adotada na Instituição e formalizou a documentação do planejamento estratégico, bem como deliberou por encaminhá-la ao Egrégio Órgão Especial para homologação.

Objetivos e temas de planejamento foram associados em um Mapa Estratégico, representação gráfica da estratégia, que explicitou não só a direção da atuação administrativa no ano de 2017, como o alinhamento à estratégia nacional instituída pela Resolução CNJ nº 198/2014.

O Planejamento Estratégico do biênio 2017/2018 foi aprovado pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) e, posteriormente, foi encaminhado à Comissão de Legislação e Normas (COLEN), estando, no final de 2017, com pendência de aprovação pelo Egrégio Órgão Especial.

Para execução do plano estratégico, 37 propostas de projetos estratégicos foram analisadas pela COGEP na 1ª reunião da comissão realizada em 11/05/2017. Destas, 28

foram aprovadas. Tais propostas foram formuladas pelas unidades administrativas e por diversos dos Colegiados Administrativos existentes no Tribunal. Na 2ª reunião da COGEP, realizada em 10/08/2017, foram aprovadas mais 3 propostas, chegando-se à aprovação de 31 projetos no total, que foram consolidados no plano estratégico a ser homologado pelo Órgão Especial.

Os projetos que compõem o plano estratégico estão alinhados ao Plano de Ação Governamental (PAG), também em fase de aprovação pelo Órgão Especial, assegurando-se assim os recursos orçamentários necessários à execução dos mesmos.

O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos foi baseado na análise dos dados de cada iniciativa estratégica, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações e diligenciando-se quanto às respectivas pendências, no âmbito da diretoria responsável ou de outras diretorias, cuja atuação fosse importante para progresso do projeto.

Dos 31 projetos estratégicos aprovados pela COGEP para o biênio 2017/2018, 14 são projetos de continuidade, ou seja, foram iniciados em gestões anteriores e, devido à complexidade e ao tempo que demandam, perpassam as administrações.

Além do acompanhamento do percentual de implementação dos projetos, a estratégia também vem sendo monitorada por um conjunto de indicadores estratégicos, aprovados pela COGEP.

A adoção de indicadores estratégicos na gestão do Tribunal é parte da metodologia Balanced Scorecard (BSC), prevista nas diretrizes da Resolução CNJ nº 198/2014. Tais indicadores, adequados às peculiaridades da estratégia da Instituição, evidenciam o impacto da implementação dos projetos estratégicos na realização dos objetivos fixados pela Administração e consignados no mapa estratégico, medindo o grau de seu atingimento.

5. Governança Institucional

A governança institucional é o processo pelo qual, de acordo com a literatura em administração, se organiza e distribui a autoridade e as responsabilidades numa organização e se realiza a prestação de contas. Esse processo compreende, necessariamente, três grandes áreas ligadas ao desenvolvimento da missão da organização, que são: a) a definição do seu papel no ambiente, do público que atende e dos vínculos com outras organizações; b) as escolhas estratégicas e o impacto de suas ações sobre a comunidade; c) a construção do conhecimento necessário à sua atuação, por meio de sistemas e desenvolvimento de pessoas.

Para o biênio 2017/2018, a Administração manteve como objetivos da governança, no mapa estratégico, a defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário, o alinhamento estratégico das unidades do Tribunal e o aprimoramento das políticas de controle interno.

5.1 DEFESA DA AUTONOMIA E DA INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Na consecução desse objetivo estratégico, a Administração, dentre outras ações, ampliou a rede de atendimento de 1ª instância, adequou sua estrutura orgânica administrativa, enviou ao legislativo projetos de lei pertinentes a seus serviços e prestou informações em processos judiciais aos Tribunais Superiores.

Na ampliação da rede de atendimento de 1ª instância, vale destacar a instalação das seguintes unidades judiciais: Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) nas Comarcas de Armação de Búzios, Barra Mansa, Cordeiro/Macuco, Macaé, Petrópolis (Itaipava), Rio das Ostras, Saquarema, Valença, Capital (Regional Ilha do Governador) e Niterói (Região Oceânica); Central de Audiência de Custódia (CEAC) de Campos dos Goytacazes; Central de Audiência de Custódia (CEAC) de Volta Redonda; IV e V Juizados Especiais de Fazenda Pública da 2ª Região Administrativa Fazendária Especial.

No que tange aos processos em matéria jurisdicional criminal, foram prestadas 2.133 informações em Habeas Corpus impetrados perante os Tribunais Superiores, em que figure como autoridade coatora Juiz ou Desembargador deste Tribunal, com média mensal de aproximadamente 178 informações.

No que se refere ao pagamento de magistrados e servidores, o TJRJ recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de garantir o cumprimento do repasse do duodécimo para que fosse respeitada a autonomia do Poder Judiciário Fluminense. Importa dizer que, no mês de maio de 2017, houve, inclusive, a necessidade de arrestar recursos do Estado para assegurar o pagamento da folha de salários de magistrados e servidores, ativos e inativos.

A autonomia da instituição também foi assegurada através de negociação com os Poderes Executivo e Legislativo por ocasião da adesão ao regime de recuperação fiscal, para que fosse preservado o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e seus recursos, bem como para que a gestão do FETJ não ficasse submetida ao controle do governo federal.

No âmbito legislativo, foram enviadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro três Mensagens Legislativas, a saber:

- Projeto de Lei nº 2323/2017 – transformado na Lei nº 7763, de 31/10/2017, que “Extingue serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais de baixa viabilidade e altera o art. 81 da lei 6230”;
- Projeto de Lei nº 2434/2017 – transformado na Lei nº 7615, de 31/10/2017, que “Altera dispositivo do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”;
- Mensagem nº 03/2017 – encaminhada em 30/10/2017, que altera dispositivos da Lei nº 6956/2015 (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro) – ainda em tramitação na ALERJ.

Cabe ressaltar, ainda, que a Mensagem nº 01/2016, cujo Projeto de Lei nº 2026/2016, foi aprovado em 2017 pela ALERJ, deu origem à Lei nº 7762/2017, publicada em 01/11/2017.

5.2 GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO TJRJ

No que diz respeito à construção do conhecimento necessário ao desempenho das atividades do Tribunal na área jurisdicional e administrativa, a governança da instituição envolve a documentação e manutenção permanente dos processos de trabalho dos seus órgãos e a implementação de sistemas de gestão, além do planejamento estratégico, que detalha a estratégia traçada em cada biênio para desenvolvimento dos objetivos institucionais.

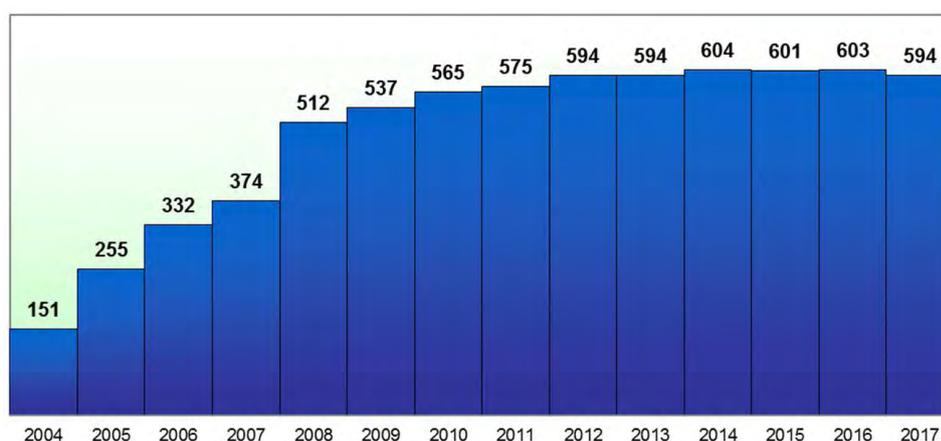
Pelo exercício coordenado dessas atividades, promove-se o alinhamento estratégico dos órgãos, potencializando os recursos e ações em prol do atingimento das metas postas pela Administração.

5.2.1 ROTINAS ADMINISTRATIVAS (RAD) E INDICADORES

O mapeamento e a documentação de processos no TJRJ permitem identificar, otimizar e registrar o conhecimento relativo ao trabalho, o que serve ao seu compartilhamento – treinamento de novos servidores – e também como base para a construção de sistemas computadorizados e sistemas de gestão. A modelagem dos processos de trabalho e a criação e mensuração de indicadores dos processos constituem um padrão em organizações de serviços e, no caso do Tribunal, foram implantadas em 2004, tendo trazido grandes benefícios para a instituição. Ao fim deste ano, o Tribunal soma 594 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas, o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos, totalizam 1.557 documentos controlados.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da instituição desde a sua implantação.

Figura 6 - RAD - Evolução Anual do Acervo



O gráfico demonstra uma estabilização da documentação de processos, cabendo, no entanto, destacar que o percentual de Rotinas Administrativas revisadas atingiu, aproximadamente, 75%, o que demonstra a vitalidade e a utilidade do sistema, bem como o esforço das unidades jurisdicionais e administrativas em mantê-lo.

Em 2017, destaca-se a publicação da Rotina Administrativa para apoio à realização de audiência de apresentação. A RAD se aplica ao Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP) e foi elaborada pelo TJRJ em conjunto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Segurança

Pública/Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/ Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ou seja, trata-se de uma RAD interinstitucional.

5.2.2 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIGA) E CERTIFICAÇÃO ISO

O Tribunal põe à disposição das unidades jurisdicionais e administrativas dois sistemas de gestão: um baseado na norma ISO 9001 e o SIGA, que foi desenvolvido internamente de forma colaborativa com os órgãos do próprio Tribunal.

A Administração atual manteve a forma de ingresso voluntário para as unidades organizacionais no SIGA, isto é, por livre adesão do Magistrado Titular do Juízo ou do Diretor- Geral da unidade administrativa. A partir dessa premissa operacional, a adesão ao SIGA evoluiu de 205 para 227 unidades jurisdicionais, e manteve o número de unidades administrativas, 12 unidades.

Na área jurisdicional, o SIGA está implementado em 29,67% das unidades jurisdicionais do PJERJ.

Figura 7



Atualmente os sistemas de gestão adotados abrangem a área fim (jurisdicional) e meio (administrativa). As unidades aderentes aos sistemas estão apresentadas na tabela a seguir:

Figura 8

Área	Sistema de Gestão SIGA	Sistema de Gestão NBR ISO 9001	Abrangência Total
Área Jurisdicional	227 unidades	26 unidades	253 unidades
Área Administrativa	12 unidades	15 unidades	27 unidades

A experiência acumulada desde 2004 demonstra que o processo de implementação/ manutenção do SIGA vem, gradativamente, sendo absorvido pelos participantes como colaboração, recurso e apoio prestados pela Administração às unidades, na medida em que disponibiliza ferramentas de gestão que auxiliam na melhoria das atividades.

Uma vez que os sistemas de gestão são percebidos e assimilados internamente como apoio às atividades das unidades, seus procedimentos são incorporados ao dia a dia

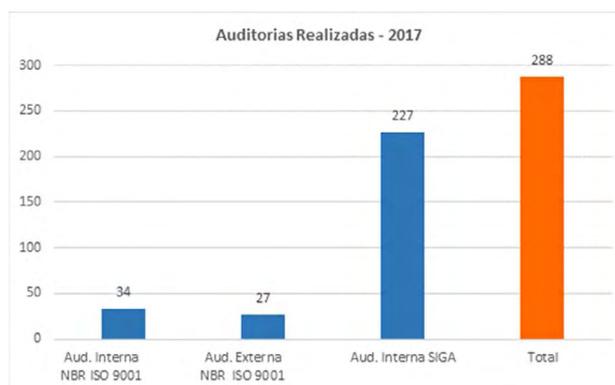
dos servidores, que passam a encontrar na integração com os consultores internos uma possibilidade de intercâmbio, que leva à melhoria dos resultados dos processos de trabalho e, concomitantemente, a uma melhoria do ambiente de trabalho.

Os sistemas de gestão são avaliados através de auditorias de gestão, que são uma forma de avaliar a efetividade dos sistemas adotados pelo Tribunal, consistindo numa oportunidade de revisão do funcionamento interno das unidades, do grau de adoção dos controles administrativos e dos resultados obtidos, medidos por indicadores vinculados aos objetivos da organização. As auditorias de gestão permitem identificar o grau de eficiência da própria operação e, também, identificar oportunidades de melhoria, num processo contínuo.

Nos sistemas de gestão certificados de acordo com a norma ISO 9001, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini e as internas contaram com a atuação de profissionais contratados e de servidores integrantes do quadro de auditores do PJERJ. As unidades integradas ao SIGA foram auditadas exclusivamente por auditores do quadro do PJERJ.

Em 2017, em cumprimento ao programa aprovado pela administração, foram realizadas 288 auditorias de gestão.

Figura 9



Para estímulo e aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão, o Tribunal investe na formação contínua de auditores internos, que são incumbidos de examinar o grau de implementação do SIGA e a aderência à Norma ISO 9001 e difundem pela organização o conhecimento administrativo adquirido. Atualmente, nosso quadro conta com 29 auditores internos aptos a liderarem equipes de auditoria.

No segundo semestre, tendo em vista o impacto e a abrangência da mais recente edição da Norma ISO 9001 na manutenção dos sistemas de gestão do TJRJ, ocorreu o treinamento "Norma ISO 9001:2015 - Apresentação". Foram oferecidas duas turmas, com cerca de 20 participantes cada. As aulas, ministradas nas instalações da ESAJ, atualizaram os inscritos acerca da nova versão da Norma ISO 9001, publicada em setembro de 2015.

5.2.3 ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS

A participação dos Colegiados Administrativos tem sido de grande importância no desenvolvimento da estratégia institucional, atuando como instância de governança do Tribunal. A importância da atuação desses órgãos, que contam com representantes da entidade de classe da magistratura (AMAERJ), dos serventuários (Sind-Justiça) e membros da sociedade civil, além de magistrados e servidores, se evidencia pelo acompanhamento constante, formulação de propostas e projetos e elaboração de sugestões normativas relacionadas a sua área de atuação específica, permitindo, dessa forma, a implementação do plano estratégico e a regulamentação e promoção de diversas atividades essenciais do Tribunal.

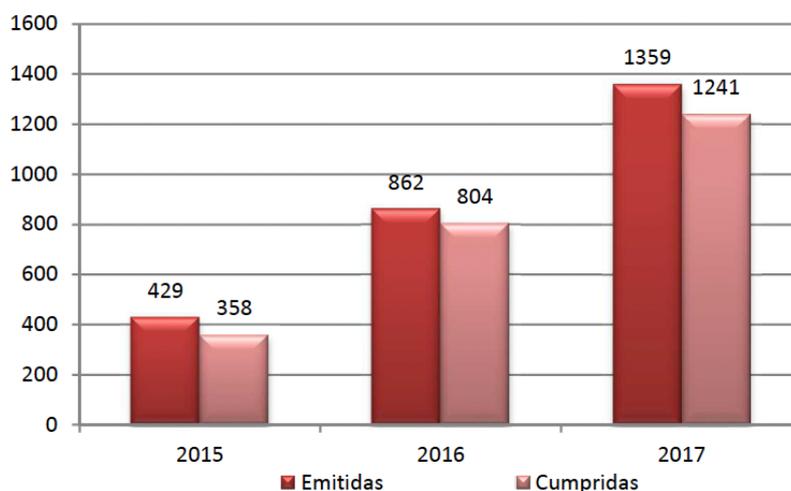
A quantidade de Colegiados e de deliberações no ano de 2017 está apresentada a seguir:

Figura 10

Grupos de Trabalho/Comissões	
Total de GTs instituídos	05
Total de GTs extintos	01
Total de Colegiados ativos	84
Internos	42
Grupos de Trabalho	17
Externos	21
Subcomissões internas	04
Subcomissão externa	00

Figura 11

Quantidade de Deliberações



Dentre a atuação dos colegiados, merece destaque a Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP), que, no ano de 2017, concluiu o procedimento relativo ao edital de chamamento de OSC para desenvolvimento de projetos assistenciais com recursos oriundos das penas pecuniárias, tendo sido contempladas 48 entidades que receberam cerca de 3 milhões de reais.

A COAPP viabilizou, ainda, a realização de convênio com a SSP, destinado à compra de munição para a polícia civil, destinação que recebeu R\$ 1.000.000,00 do fundo estadual de penas pecuniárias.

A criação e desenvolvimento dos trabalhos do GT Convênios também merece ser ressaltada, eis que está sendo elaborada no âmbito da mesma regulamentação para ser aplicada no âmbito do Tribunal, de forma a viabilizar o efetivo cumprimento da Lei nº 13019/2014.

5.3 APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DO TJRJ

A atuação da Auditoria Interna pode ser definida como atividade formal, documentada, independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, realizada a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, tendo por objetivo adicionar valor e melhorar as operações do PJERJ, com foco no futuro (ações preventivas), sem prejuízo da legalidade.

A mencionada avaliação consiste no exame objetivo da evidência obtida pelo auditor com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operação, função, processo, projeto, sistema, processos de governança, gerenciamento de riscos, controles internos administrativos ou outro ponto importante, podendo incluir trabalhos de auditoria financeira, de desempenho, de conformidade e de segurança de sistemas.

A consultoria, por sua vez, pode ser definida como atividade de aconselhamento, treinamento e serviços relacionados, sem que o fato caracterize exame de caso concreto, cuja natureza e escopo são acordados com o solicitante e se destinam a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno assuma responsabilidade que seja da gestão. Essa atividade não se confunde com as de assessoramento jurídico, que competem à Assessoria Jurídica.

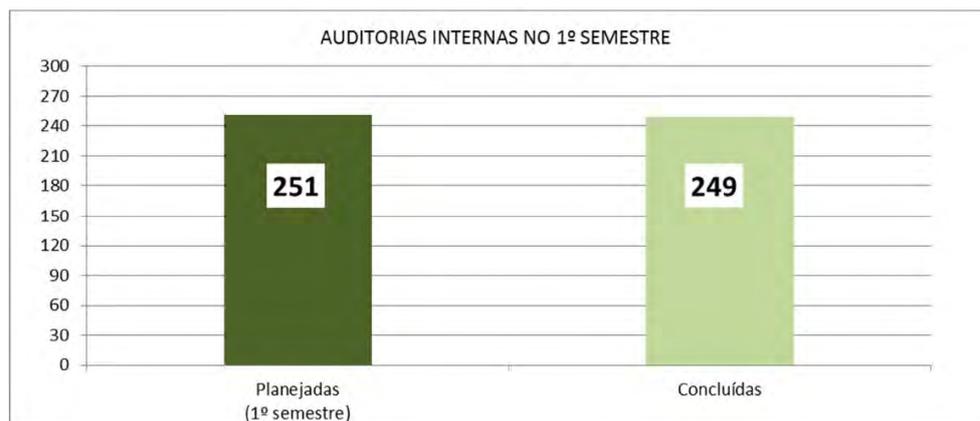
O Núcleo de Auditoria Interna (NAI) planeja suas ações através de 2 documentos: o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), que tem abrangência quadrienal e o Plano Anual de Auditoria (PAA), elaborado a cada exercício.

No Plano Anual de Auditoria do ano de 2017 merecem destaque as auditorias de:

- Levantamentos, inspeções, vistorias, consultorias: 19
- Apoio ao TCE/RJ: 186
- Prestações de Contas: 15
- Análise de Adiantamentos: 17
- Monitoramento de auditorias: 13

O indicador que apresenta a correlação entre os trabalhos previstos no Plano Anual de Auditoria e a respectiva execução dos mesmos, computados até 07/12/17:

Figura 12



Muito relevante no ano de 2017 foi a elaboração do Ato Normativo nº 10/2017, publicado em 24/08/2017, que aprovou o padrão normativo para diferenciação entre os conceitos de controle interno e auditoria interna (2017.137302).

O normativo aborda outras questões como vedações à atividade de auditoria interna e definições de conceitos fundamentais, como por exemplo:

- Controles Internos de gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; b) cumprimento das obrigações de accountability; c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e

d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos. O estabelecimento de controles internos no âmbito da gestão pública visa essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica;

- **Accountability:** conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações;
- Componentes de controles internos de gestão são: o ambiente de controle interno da entidade, a avaliação de risco, as atividades de controles internos, a informação e comunicação e o monitoramento;
- Componentes do Gerenciamento de riscos são: o ambiente interno da entidade, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de controles internos, informação e comunicação e monitoramento.

Outra medida normativa relevante realizada no ano de 2017 foi a revisão do Ato Normativo nº 16/2010, de forma a excluir da atribuição do NAI a análise das prestações de contas de adiantamentos, que se configura como ato próprio de gestão, do qual não se deve participar o órgão de auditoria interna.

Em relação à capacitação dos servidores que atuam no Núcleo de Auditoria Interna, foram realizadas diversas iniciativas tais como:

- Participação de dois servidores, sendo um palestrante, no III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário no TRE em Recife/PE;
- Participação de quatro servidores na 38ª edição do Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI), realizado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA-Brasil) no Rio Centro - RJ;
- Participação de sete servidores no I Encontro Técnico de Controle Interno do TCE-RJ, realizado no dia 28/06/17 e promovido pela ECG/TCE RJ;
- Participação no curso "Noções Introdutórias à Prestação e Tomada de Contas" promovidos pela Escola de Contas;

- Participação de dois servidores no Curso “Controle Interno” e um servidor no Curso “Procedimentos Prévios aos Contratos da Administração Pública: Licitação, Atos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação”, todos promovidos pela Escola de Contas do TCE/RJ;
- Participação de 02 servidores na pós-graduação do TCE-RJ de “Gestão Pública e Controle Externo”.

Vale destacar que foi aprovado, para desenvolvimento no biênio 2017/2018, o projeto estratégico “Aprimoramento da governança institucional através do fortalecimento dos controles internos, da auditoria interna e da gestão de riscos”, que consiste em atuação preventiva, trazendo mecanismo de controle em relação aos componentes de gestão de riscos, de estrutura de controle e de auditoria interna.

Este Projeto encontra-se alinhado ao Referencial Básico de Governança, elaborado pelo TCU e aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública: “para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle”. Dentro do mecanismo de controle devem ser trabalhados os seguintes componentes: gestão de riscos e controle interno; auditoria interna; accountability e transparência.

Considerando que a atuação do NAI tem por objetivo agregar valor ao PJERJ, por meio de consultoria e avaliação dos controles internos exercidos na gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, com ênfase no atendimento aos princípios insculpidos no art. 37 da Carta Magna e nas melhores práticas de gestão, os resultados obtidos em 2017 atingiram o cumprimento da missão deste Núcleo.

5.4 OUVIDORIA GERAL

Em razão das novas diretrizes da atual gestão do PJERJ, a Ouvidoria-Geral intensificou o relacionamento com a Corregedoria-Geral da Justiça e com as Diretorias-Gerais, de forma a dirimir com maior celeridade as dúvidas ou reclamações dos manifestantes que procuram este canal.

A Ouvidora Geral, em contato com os Juizes Auxiliares da Corregedoria e o Juiz da Vara de Execuções Penais, abriu um canal direto para responder as manifestações recebidas. Desta forma, houve um ganho significativo no tempo de tramitação das manifestações. Essa diminuição no tempo vem valorizando e gerando credibilidade para a Ouvidoria.

A Ouvidoria mudou seu endereço de atendimento para o 1º andar da Lâmina I, o que trouxe maior acessibilidade para quem procura atendimento pessoalmente, sem a necessidade de uso de elevadores e rampas.

A Ouvidoria foi instituída no Tribunal através da Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2003, tendo sido implementada, renovada e desenvolvida através da Portaria nº 1.953/2005 e da Resolução nº 07/2005, em sintonia com o art. 103-B, § 7º, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45. Seu propósito é formar um canal de comunicação eficiente entre o TJRJ e o cidadão, por meio das melhores práticas de atendimento às manifestações dos usuários, buscando soluções adequadas no âmbito de suas atribuições. Sua atividade, portanto, se dá na vertente da governança que se desenvolve pela comunicação com a sociedade civil.

O atendimento ao público se dá, majoritariamente (78%), por meio do portal web do Tribunal, mas também por teletendimento (17%), atendimento pessoal (4%) e processamento de petições (1%).

As atividades da Ouvidoria tiveram os seguintes resultados:

Figura 13

Manifestações Feitas à Ouvidoria - TJRJ			
Dirigidas a	2015	2016	2017*
Jurisdição 1º grau	38.564	36.737	37.281
Jurisdição 2º grau	701	690	863
Administração	957	810	639
Órgãos externos	160	141	81
Conteúdo	2015	2016	2017*
Reclamações	27.862	24.238	28.087
Dúvidas	11.117	13.282	9.861
Elogios	496	453	451
Denúncias	251	173	267
Acesso à informação	71	140	121
Sugestões	149	85	76
Ouvidoria Mulher	20	7	3

*Jan a Nov/2017

5.5 ASSESSORIA PARA ASSUNTOS REFERENTES AO CNJ

As relações institucionais do Tribunal com o Conselho Nacional de Justiça ensejam um trânsito de processos que é tratado por Assessoria especializada do Gabinete da Presidência, criada há cinco anos (Resolução TJ/OE nº 30/2012 e art. 7º, I, da Resolução TJ/OE nº 17/2014).

Por essa via, são registrados e tramitam procedimentos peculiares ao controle administrativo e financeiro dos Tribunais pelo CNJ, requisições de informações, recomendações de ordem administrativa, difusão de boas práticas, bem como processos relativos ao cumprimento dos atos normativos do Conselho.

Por meio da Portaria CN-CNJ nº 20/2017, a Corregedoria Nacional de Justiça instaurou e realizou inspeção de rotina no TJRJ, entre os dias 19/06/2017 a 30/06/2017, para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e das serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Diante disso, por determinação do Gabinete da Presidência, a ASCNJ ficou encarregada de articular, junto às diretorias e departamentos do Tribunal, a elaboração e encaminhamento de todos os documentos e relatórios solicitados pela equipe de auditores.

Uma importante função assumida pela Assessoria do CNJ neste ano de 2017 foi o acompanhamento de procedimentos administrativos, ações judiciais e projetos de lei em trâmite perante o CNJ, os tribunais superiores e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Assessoria do CNJ presta, ainda, suporte ao juiz de cooperação do TJRJ nos pedidos de cooperação judiciária vindos de outros Tribunais.

6. Prestação Jurisdicional

Nesta seção, serão analisados os projetos e ações da Administração pertinentes ao tema e aos objetivos da prestação jurisdicional, bem como as demais atividades que tenham concorrido para a consecução das respectivas metas do plano estratégico. Apresentam-se, também, ações de apoio à atividade jurisdicional, isto é, aquelas que, praticadas por órgãos com atribuições administrativas, contribuíram para os resultados da jurisdição.

6.1 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E INDICADORES

6.1.1 TAXA DE CONGESTIONAMENTO

O congestionamento é considerado um dos indicadores mais importantes para medir a efetividade da gestão processual dos Tribunais – e um dos mais utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É o resultado da relação entre os processos já arquivados definitivamente (Baixados - CNJ) e os processos que se encontram no acervo geral e no arquivo provisório (Pendentes - CNJ), independentemente de estarem julgados ou não.

Figura 14

Taxa de Congestionamento	2015	2016	2017
Congestionamento na fase de conhecimento - Global	61,21 %	63,67 %	62,70 %
Congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau	73,20 %	76,25 %	75,23 %
Congestionamento na fase de conhecimento - Juizados Especiais	46,64 %	45,71 %	40,89 %
Congestionamento na fase de conhecimento - Turmas Recursais	24,82 %	15,36 %	15,40 %
Congestionamento no 2º Grau	31,59 %	35,25 %	35,91 %
Congestionamento na fase de execução - Global	92,89 %	94,29 %	93,43 %
Congestionamento na fase de execução - 1º grau	93,52 %	94,93 %	85,64 %
Congestionamento na fase de execução - Juizados Especiais	57,71 %	58,45 %	55,55 %
Congestionamento das ações de execução fiscal	98,21 %	95,54 %	95,03 %

Percebe-se a redução se comparado o ano de 2016 com 2017, consequência de diversas ações implementadas pela administração, no sentido de fomentar a movimentação e julgamento dos processos, com o respectivo monitoramento de resultados.

Para os resultados mensais da taxa são considerados o acumulado de processos pendentes e baixados nos últimos doze meses, o que significa dizer que processos novos são somados aos processos já existentes na serventia judicial.

O fato de diversos processos receberem sentença não resolve a situação, vez que continuam no acervo geral, sendo necessário, assim, o monitoramento desses processos até o definitivo arquivamento. E a diferença entre a totalidade e o que foi finalizado resulta em congestionamento, ou seja, os processos sem fluxo.

Este indicador tornou-se parâmetro para medir a morosidade e ineficiência do Poder Judiciário e, por representar uma grandeza que reflete a realidade que se pretende modificar, como qualquer indicador de desempenho, necessário o monitoramento e implementação de ações específicas de melhoria da prestação jurisdicional.

6.1.2 ATENDIMENTO À DEMANDA

O atendimento à demanda, igualmente um dos indicadores criados pela Resolução CNJ nº 76/2009, é o resultado da relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos em um determinado período. Possui como sentido de melhoria o “quanto Maior, Melhor”.

Os resultados percentuais comparados eram os alcançados no último trimestre de cada ano, o que não refletia a realidade do atendimento à demanda, fato que gerou a mudança na forma de análise do indicador, levando-se em consideração o total dos processos novos e baixados no ano.

A seguir os resultados percentuais: à Demanda 2015 2016*

Figura 15

Atendimento à Demanda	2015	2016	2017
Índice de atendimento à demanda no TJRJ - Global*	113,75 %	112,48 %	126,57 %
Índice de atendimento à demanda no TJRJ - 1º grau	163,70 %	165,07 %	151,30 %
Índice de atendimento à demanda na execução fiscal	42,30 %	18,91 %	34,21 %
Índice de atendimento à demanda no TJRJ (conhecimento) - Juizados Especiais	113,64 %	123,28 %	140,49 %
Índice de atendimento à demanda no TJRJ - Turmas Recursais	126,91 %	115,51 %	110,69 %
Índice de atendimento à demanda na fase de execução - 1º grau	*71,63 %	77,89 %	85,73 %
Índice de atendimento à demanda na fase de execução - Juizados Especiais	110,75 %	117,19 %	118,60 %

*incluído executivo fiscal

Em 2017, com exceção do índice de atendimento à demanda no 1º grau – fase de execução, todos os indicadores refletiram uma grande evolução, diante da quantidade de processos baixados terem sido maior que a quantidade de novos processos, o que contribuiu, também, para a redução da taxa de congestionamento.

Figura 16

Índice de atendimento GLOBAL	2015	2016	2017
Processos novos	2.487.050	2.306.210	2.170.962
Processos baixados	2.828.899	2.594.004	2.747.733

Figura 17

Índice de atendimento no 1º Grau	2015	2016	2017
Processos novos	585.725	532.495	646.703
Processos baixados	958.806	878.990	978.432

Figura 18

Índice de atendimento nos juizados - conhecimento	2015	2016	2017
Processos novos	889.645	793.269	683.195
Processos baixados	1.010.954	977.916	959.820

Figura 19

Índice de atendimento nas Turmas Recursais	2015	2016	2017
Processos novos	110.045	101.091	105.311
Processos baixados	139.653	116.773	116.571

Figura 20

Índice de atendimento no 1º Grau - execução	2015	2016	2017
Processos novos	*652.279	122.362	129.330
Processos baixados	*467.242	95.311	110.879

*Incluído executivo fiscal

Figura 21

Índice de atendimento nos juizados - execução	2015	2016	2017
Processos novos	49.793	46.795	49.721
Processos baixados	55.144	54.841	58.967

6.1.3 PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO

Trata-se de um indicador que mede a média de julgamento dos Magistrados no Tribunal, considerada a quantidade de sentenças/decisões prolatadas por juiz/desembargador, num determinado período.

Ressalta-se, primeiramente, que no ano de 2017, o critério de medição desse indicador foi modificado, diante da necessidade de visualizar a efetiva produção, passando a ser considerada, como meta, a média do resultado dos quatro trimestres, e não mais, somente o resultado do último trimestre de cada ano.

Dessa forma, verifica-se abaixo, comparados os resultados de 2016 e 2017, a evolução nas duas Instâncias, tendo o 2º grau um aumento na produtividade em 13,91%, seguido do 1º grau (Varas) com 11,83%, na fase de conhecimento, e as Turmas Recursais com 5,96%.

Destaca-se a redução da produtividade dos juizados, no mesmo período, seja na fase de conhecimento (de 9.266 sentenças para 6.123), seja na de execução (de 434 sentenças para 347), pelo fato de que o acervo de processos a serem julgados reduziu de um ano para outro, diante da alta produtividade em 2016.

Mesmo com a redução na quantidade de sentenças nos juizados, em 2017, cada juiz prolatou 15.389 sentenças de conhecimento, no biênio analisado, o que reflete uma excelente produção.

Ressalta-se, por fim, que a quantidade de juízes nos Juizados, em 2016, era de 110 e, em 2017, 135 juízes.

Conclui-se pela melhoria na entrega da prestação jurisdicional, no ano de 2017, com inequívoca projeção do aumento de produção para 2018.

Figura 22

Produtividade do Magistrado	2015	2016	2017
Produtividade do Magistrado na fase de conhecimento - 1º grau	N/I*	1.014	1.134
Produtividade do Magistrado na fase de conhecimento - Juizados Especiais	N/I*	9.266	6.123
Produtividade do Magistrado - Turmas Recursais	2.579	2.599	2.754
Produtividade do Magistrado - 2º grau	1.120	999	1.138
Produtividade do Magistrado na fase de execução - Juizados Especiais	N/I*	434	347

*Critérios utilizados são diferentes, o que impossibilita a comparação com os resultados dos outros anos.

6.2 METAS NACIONAIS

Com a implementação da gestão estratégica como método aplicável à administração da movimentação processual nos Tribunais, pela Resolução CNJ n.º 70/2009, o Conselho Nacional de Justiça passou a instituir metas nacionais anuais, que refletem pontos ideais de produtividade e atendimento, segmentados de acordo com os temas a que se correlacionem. Essas metas são objeto de acompanhamento e medição específicos desde 2009 e, a partir da Resolução CNJ n.º 198/2014, passaram a integrar formalmente o planejamento estratégico, correlacionando-se, em maior parte, aos temas da celeridade e produtividade da prestação jurisdicional e da gestão de demandas.

Passa-se, a seguir, a apresentar os resultados das metas nacionais no ano de 2017:

Figura 23

2017	
Metas Nacionais	Resultado
1. Julgar mais processos que os distribuídos	Global: 103,59 %
	1º Grau: 104,52 %
	2º Grau: 97,42 %
2. Julgar processos mais antigos	1º Grau: 80,71 %
	2º Grau: 123,07 %
	JE: 93,73 %
	TR: 93,73 %
4. Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	80,70 %
5. Impulsionar processos à execução	63,19 %
6. Priorizar o julgamento das ações coletivas	1º Grau: 71,66 %
	2º Grau: 123,37 %
8. Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres	112,55 %

Cabe destacar que até 2016 as metas foram definidas pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, mediante consulta aos Tribunais, mas, a partir deste ano, com o advento da Resolução CNJ n.º 221, as Cortes, por meio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (RGCPJ), instituída pela Portaria CNJ n.º 138/2014, assumiram a formulação da proposta inicial das metas para o ano subsequente.

Trata-se de uma importante inovação, que inverte o sentido da formulação do planejamento, dos Tribunais para o CNJ, tornando-o mais orgânico e adequado à realidade das Cortes.

A Rede, que se estrutura a partir de um Comitê Nacional e de Subcomitês Regionais, realizou, em agosto de 2017, seu IV Encontro, realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi reeleito, para o 2º mandato, como Coordenador do Subcomitê Regional Sudeste.

Por fim, registre-se que as metas nacionais para 2018 foram aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Brasília/DF, nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, que contou com a participação do Presidente do TJRJ, Desembargador Milton Fernandes.



O presidente do TJRJ, Milton Fernandes, acompanhado da Dra. Renata Gil com o conselheiro do CNJ Henrique Ávila, o presidente do TRE-SP, Mário Devienne, e o desembargador do TJ-RJ Ricardo Couto - Fonte: site da AMAERJ (20/11/2017)

Resultados de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2, por NUR:

Figura 24



Figura 25



Na Meta 1, o melhor resultado em 2017 foi do 1ºNUR, com 122,27% de cumprimento. Na Meta 2 o melhor desempenho foi do 12ºNUR, com 128,41% de cumprimento.

A DGJUR, com o auxílio dos Juizes Auxiliares da Presidência, está monitorando o cumprimento das metas nacionais, bem como buscando ações específicas para a melhoria dos resultados, quais sejam:

- Informar às serventias judiciais e juízes sobre o conceito das metas do CNJ, caminho para monitorar o cumprimento percentual das metas no Portal do TJ e esclarecimentos acerca de como extrair relatórios analíticos de processos (no sistema DCP) pendentes de julgamento;
- Criação de questionário a ser respondido pelos Juízes, com relação aos processos da Meta 4 e Meta 6, com o fim de identificar os processos e planejar o julgamento;
- Identificação das serventias que estão com o percentual de cumprimento das metas abaixo de 100%, para elaboração de relatório e envio aos Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, com o fim de executar ações específicas de melhoria.

Os resultados das metas são informados, mensalmente, ao CNJ pelo sistema “Justiça em Números”.

6.3 INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU

A priorização do 1º grau é o principal objetivo no tema da prestação jurisdicional, marca da gestão no tocante à atividade-fim do Tribunal, em continuidade à diretriz da gestão antecedente. É no 1º grau de jurisdição que se solucionam a maior parte dos conflitos e são os provimentos dos juízos singulares os que maior impacto têm na vida dos jurisdicionados – sem esquecer que é neles que se dá a execução de todos os julgados. A ênfase dada pela Administração a esse segmento, portanto, é uma escolha pela efetividade da jurisdição e pela potencialização da justiça.

Nesse sentido, a Administração vem aprimorando a gestão mediante a expansão do SIGA, que é um conjunto de métodos de trabalho e controles administrativos que permite melhoria na administração das unidades jurisdicionais e que se encontra estabelecido no TJRJ desde 2008. Com a sua implementação, além da melhoria do ambiente de trabalho, as unidades elevam a sua produtividade. Em 2017, o SIGA foi oferecido pela Administração como um serviço de apoio às unidades de 1º grau, e a adesão ao SIGA, sob a forma de ingresso voluntário, evoluiu de 205 para 227 unidades jurisdicionais. No âmbito administrativo manteve-se o número de 12 unidades que aderiram ao SIGA. Releva notar que, na área jurisdicional, o SIGA está implementado em 29,67% das unidades jurisdicionais do PJERJ.

O objetivo de incremento da priorização ao 1º grau continua sendo desenvolvido por meio de projetos estratégicos, ações e atividades correlatas, a seguir apresentados.

6.3.1 MULTIPLICAÇÃO DO PROTOCOLO VIOLETA (CONTINUIDADE)

O projeto estratégico teve sua continuidade aprovada para o biênio 2017/2018, face à relevância de dar efetividade ao cumprimento do mandamento constitucional de garantia dos direitos humanos, em especial no concernente à violência de gênero, o que se busca fazer através de uma maior divulgação e conscientização dos dispositivos da Lei nº 11.340/2006.

Ressalte-se, ainda, a continuidade da Campanha Justiça pela Paz em Casa, com o fomento à formação de indivíduos multiplicadores da prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher trazendo, por conseguinte, um novo paradigma às relações de gênero.

O Protocolo Violeta busca assegurar a presteza na tramitação das medidas protetivas de urgência, garantindo a segurança da mulher, vítima de violência doméstica. Trata-se de projeto interinstitucional contando, além deste Tribunal de Justiça, com a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público e da Defensoria Pública, na busca da redução do tempo de resposta para a adoção de medidas protetivas de urgência.

A continuidade do Projeto propicia, igualmente, a disseminação das informações referentes à violência de gênero no estado contando, para tanto, com os juizados móveis.

Seguem os principais resultados:

Figura 26

Campanha "Justiça pela Paz em Casa"	7ª edição 06 a 10 março/17	8ª edição 21 a 25 agosto/17	9ª edição 21 a 24 novembro/17	Total 2017
Audiências realizadas	968	1.379	1.195	3.542
Sentenças em audiência	1.305	2.459	1.848	5.612

6.3.2 DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE CRIMES

O projeto estratégico está em fase de desenvolvimento. A partir de abril de 2018, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual serão proibidos de falar em audiência comum. Eles prestarão depoimento em sala especial a entrevistadores capacitados em técnica de escuta especial, conforme previsto na Lei Federal nº 13.431, sancionada em abril de 2017. Todos os Tribunais de Justiça estaduais deverão se adequar à nova lei, que dispõe não apenas sobre o depoimento no Judiciário, mas também sobre a escuta na rede.

O depoimento especial era uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) seguida desde 2012 pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, um dos pioneiros no país a adotar essa prática. O TJRJ conta com três salas estruturadas para o depoimento especial e o projeto visa criar, até o final de 2018, outras seis salas em locais estratégicos para que possam ser atendidas demandas de todas as comarcas do estado.

6.3.3 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

O projeto estratégico visa mapear e sistematizar os processos de trabalho da Vara de Execuções Penais do TJRJ, de acordo com o novo sistema informatizado PROJUDI, com identificação e tratamento de eventuais gargalos, possibilitando maior fluidez e aumentando a produtividade dos servidores da VEP.

O levantamento possibilitará a otimização das medidas relacionadas à execução penal, com consequente diminuição do tempo de apreciação dos benefícios relacionados às execuções penais.

O projeto foi iniciado em 2017, com a digitalização dos processos físicos e o mapeamento de processos de trabalho.

6.3.4 REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE TESTAMENTARIA E TUTORIA JUDICIAL

O projeto estratégico visa à reestruturação das rotinas administrativas da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ) e da infraestrutura logística e de pessoal, além da capacitação da unidade, com levantamento de todas as atribuições envolvidas no sistema DCP.

Dentre os benefícios do projeto estão: a melhoria no fluxo do processo de trabalho e a reestruturação dos controles e indicadores de gestão da unidade.

6.3.5 OPERACIONALIZAR AÇÕES QUE VISEM À ERRADICAÇÃO DA SUB-IDENTIFICAÇÃO DE ÓBITOS

O projeto estratégico visa diminuir o índice de sub-identificação de óbito e otimizar a prestação jurisdicional.

Já foram realizadas as seguintes entregas em 2017: verificação da lista da Polícia Civil de corpos não identificados no IML para sepultamento; sensibilização/conscientização da

comunicação no segmento Registro Civil das Pessoas Naturais que deve existir entre os órgãos que tratam de óbitos; estudo da viabilidade de padronização da nomenclatura nos registros de óbito para os corpos não identificados; propositura de convênio de cooperação técnica para viabilizar pesquisa no Banco de Nascimento e Óbito da CGJ utilizando o número das Declarações de Óbito (DO) e de Nascimento (DN).

6.3.6 DESENVOLVIMENTO DA CERTIDÃO ELETRÔNICA DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS JUDICIAIS EXPEDIDAS PELOS DISTRIBUIDORES, CONTADORES E PARTIDORES (DCP) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A implementação do projeto estratégico permitirá o requerimento e recebimento online das certidões de distribuição dos feitos judiciais cíveis e criminais, expedidas pelos Distribuidores, Contadores e Partidores (DCP) do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, serão otimizados os processos de trabalho desenvolvidos nos cartórios Distribuidores, Contadores e Partidores, hoje com déficit de funcionários, permitindo uma prestação de serviços para a sociedade mais célere e eficiente.

6.3.7 AMPLIAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO JUDICIAL (CONTINUIDADE)

O projeto estratégico visa a integração e acesso do processo à internet, visando à celeridade, segurança e efetividade da prestação jurisdicional; substituição gradativa do documento em papel por formatos digitais; maior celeridade, segurança, e facilitação de acesso à justiça e melhor alocação de recursos.

Atualmente, o Tribunal tem 611 unidades jurisdicionais com processo eletrônico implantado, sendo 24 totalmente eletrônicas (19 de 1º grau; 5 de 2º grau), e 587 híbridas (557 de 1º grau; 30 de 2º grau), o que importa na virtualização de 92,79% dos processos em tramitação (indicador que era de 24,84% em 2014, percentual bastante impulsionado na última gestão, chegando a 78,47% ao fim de 2016). Os resultados obtidos nesse campo evidenciam o pioneirismo e a contínua busca do Tribunal no emprego de recursos de TI na atividade jurisdicional e, considerando o porte do TJRJ, demonstram elevado grau de investimento da Instituição na melhoria dos serviços à população.

6.3.8 PLANO DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA (CONTINUIDADE)

Projeto que visa à implementação de medidas administrativas no âmbito da jurisdição criminal, da execução penal, da infância e do 2º grau de jurisdição, a fim de assegurar a prioridade de tramitação e a celeridade de processos envolvendo, direta ou indiretamente, crianças na primeira infância, bem como sujeitos de medidas protetivas, aí incluídas gestantes ou mães presas que convivam com filho no cárcere.

Elaborado pela Coordenadoria das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ), colegiado administrativo da Presidência, aborda a questão da situação de abandono, do acolhimento institucional e/ou familiar e da atenção aos casos de permanência de crianças junto a mães encarceradas.

Prioriza os cuidados com a primeira infância em situação de risco social e pessoal, incentivando a formação de um novo paradigma de atendimento e a criação de novos processos de trabalho e, numa sistemática mais abrangente, tratando da convivência familiar e comunitária.

Para tanto, vem sendo desenvolvido um trabalho interinstitucional, contando com a parceria dos governos do estado e do município do Rio de Janeiro, do Ministério Público, da Defensoria Pública, bem como com o treinamento e engajamento de equipes multidisciplinares envolvidas diretamente no trato com aqueles em situação de vulnerabilidade.

6.4 APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO MECANISMO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL

Dentre os objetivos pertinentes ao tema da jurisdição, o aprimoramento da justiça criminal foi visto como um instrumento ao alcance do Judiciário para promover a pacificação social. Nessa perspectiva, nele foi incluída também a competência infracional da adolescência. As ações da Administração para incremento da gestão da justiça criminal se concentraram no controle jurisdicional do ingresso e da saída do sistema prisional, bem como das entradas no sistema socioeducativo, com a implementação das audiências de custódia e de apresentação, e com a otimização da gestão das execuções penais.

Para a consecução desse objetivo estratégico, foram desenvolvidos dois projetos de importância fundamental, cuja implementação no biênio consolidou, no estado do Rio de Janeiro, a atuação dos juízos de garantia predados pela Convenção Americana

sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. De outra mão, foi objeto de ampla inovação de gestão as atividades da Vara de Execuções Penais.

Apresentam-se, aqui, os resultados produzidos no âmbito dos projetos aludidos e das atividades referentes à execução penal.

6.4.1 IMPLEMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA (CONTINUIDADE)

Projeto que teve continuidade no ano de 2017 face à importância de que se reveste, fazendo cumprir o Pacto de São José da Costa Rica (legislação transnacional), ratificado pelo Brasil pelo Decreto Executivo nº. 678/92, tendo impacto direto na questão da superpopulação carcerária, com alta relevância judicial e social.

A audiência de custódia garante a apresentação rápida do preso em flagrante ao juiz, que analisa a prisão sob os aspectos da legalidade, necessidade e adequação da sua continuidade ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares.

No dia 05/06/2017, o Presidente do TJ realizou reunião com parentes de detentos acompanhados do deputado Marcelo Freixo, os quais solicitaram a intermediação do Tribunal na questão da superlotação dos presídios. O desembargador Milton Fernandes de Souza disse, naquela oportunidade, que nos quatro primeiros meses da nova administração o Tribunal viria se empenhando na questão, na medida em que estaria afastada a construção de novas unidades prisionais pelo governo, em virtude da situação econômica do Estado. Na perspectiva do TJRJ, seriam consideradas prioritárias a “porta de entrada” no sistema, que seria a audiência de custódia, e a “porta de saída”, que seria a Vara de Execuções Penais (VEP), com a informatização dos processos.



Presidente do TJRJ em reunião sobre as Audiências de Custódia

O desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, que preside a Comissão de Enfrentamento à Superpopulação no Sistema Penitenciário e esteve presente ao encontro, explicou que as novas unidades de audiências de custódia iriam abranger a capital e o interior. A unidade de Benfica, ao lado do presídio, seria para as prisões em flagrante na Capital, Niterói, São Gonçalo e Baixada Fluminense. A unidade de Campos dos Goytacazes, por sua vez, iria abranger o Norte e Noroeste fluminense. Por fim, a unidade de Volta Redonda abrangeria todo o Sul do Estado. Segundo o desembargador, a superlotação nos presídios já teria atingido 187% e atualmente estaria em 184%. A ONU recomendaria 137% de lotação máxima.



Inauguração da Central de Audiência de Custódia de Volta Redonda

Em 16/10/2017, foi inaugurada a Central de Audiência de Custódia em Volta Redonda, estrutura que é responsável por atender as prisões em flagrante em toda a região Sul Fluminense (TJRJ).

O desembargador Antônio Jayme Boente, representando o presidente do TJRJ, conduziu a solenidade de instalação da Central de Audiência de Custódia de Volta Redonda e celebrou a conquista, tendo aduzido: “É um trabalho pioneiro. Eu acho que o estado merecia essa obra, para mostrar que os Poderes, unidos, conseguem resolver e dar efetividade a projetos grandiosos como esse”. O desembargador é presidente da Comissão de Inteligência, Estratégia e Segurança Institucional (CIESI) do TJRJ.

“Essa interiorização é um marco”, reforçou o juiz auxiliar da Presidência Marcelo Oliveira da Silva. “Desde o Pacto de São José da Costa Rica, é uma obrigatoriedade que o Estado brasileiro assumiu de implantação das audiências de custódia, garantindo a possibilidade de aferição da regularidade e da legitimação da prisão”, explicou.

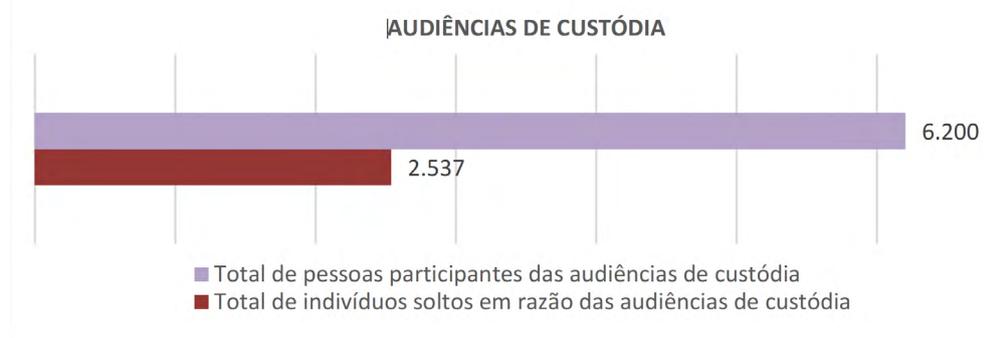
No dia 30/10/2017, a Central de Audiência de Custódia de Campos dos Goytacazes foi inaugurada e ficou responsável por atender as prisões em flagrante nas regiões Norte e Noroeste do estado.



Juizes no descerramento da placa que marca a inauguração da central de custódia em Campos: atendimento nas regiões Norte e Noroeste fluminense

Resultados de 2017:

Figura 27



6.5 VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A disponibilidade de meios adequados de acesso à informação constitui, na atualidade, importante instrumento de realização da efetividade da jurisdição. Recursos informacionais, em maior parte computadorizados e acessíveis por meio de redes de comunicação, são indispensáveis tanto para a atividade dos magistrados como para os advogados, as partes e os representantes das funções essenciais à Justiça. Do mesmo modo, a informação jurisdicional correta e acessível atende à sociedade em geral, seja como forma de difusão de direitos, como em razão da sua disponibilidade para pesquisas acadêmicas. Por todos esses aspectos, a informação serve à construção da efetividade das decisões, entre as partes assim como para o público, o que concorre para revigorar o valor da Justiça no meio social.

O objetivo de valorização da informação como instrumento da efetividade da jurisdição vem sendo desenvolvido em dois projetos estratégicos, detalhados a seguir.

6.5.1 APERFEIÇOAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS (CONTINUIDADE)

O projeto foi pensado para melhorar o cadastramento dos processos judiciais, pois, em razão da alimentação incorreta no sistema DCP, a qualidade da informação deixa a desejar e gera dificuldade no levantamento estatístico, o qual depende da classificação para bem funcionar. Nesse sentido, faz-se imprescindível a criação da ferramenta para a revisão/ confirmação do cadastramento, bem como formação dos usuários no tocante às regras estabelecidas pelo CNJ.

6.5.2 PORTAL DO CONHECIMENTO (CONTINUIDADE)

Tem como finalidade instituir, a partir do Banco do Conhecimento, um ambiente virtual dinâmico para a criação e repositório de ideias, informação e conhecimento jurídico e de memória institucional, relativos ao Poder Judiciário e à Administração Pública, a ser tornado disponível a operadores do direito, pesquisadores e à sociedade em geral.

Iniciado em 2015, apresenta o percentual de implementação de 61,50% (desde o início do projeto até a fase atual).

Indicador: Grau de utilização do Banco do Conhecimento (acompanhar a quantidade de acessos à jurisprudência, legislação, doutrina/periódicos, além de outras fontes de informação).

Figura 28

Período	Acesso ao Banco
2017	706.596

Na organização dos acervos de conhecimento merecem destaque: o Banco de Sentenças Selecionadas, com mais de 2 mil sentenças indexadas e superando a marca de mais de 15 mil acessos, no período; o Banco de Pesquisas Selecionadas, que conta hoje com mais de 380 pesquisas e contabilizando mais de 45 mil acessos; o Banco de Ações Cíveis Públicas, que será transformado em Banco de Ações Coletivas; a página de Correlação dos Verbetes Sumulares do TJRJ com as Súmulas dos Tribunais Superiores, que obteve mais de 15 mil acessos; a página de consulta aos Precedentes obrigatórios (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e Incidente de Assunção de Competências – IAC, além de informações sobre Recursos

Repetitivos, do STJ, e de Repercussão Geral, do STF), com mais de 54 mil acessos. Destaque ainda para o Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense, que obteve mais de 130 mil acessos.

6.6 PRIORIZAÇÃO DA FASE DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

O acervo de execuções fiscais equivale, aproximadamente, a 60% do acervo geral do Tribunal, e seu processamento tem peculiaridades que decorrem não só do volume de feitos, mas da dificuldade de as Fazendas municipais e estadual em impulsionar os processos, bem como as questões locais de política tributária e fiscal. A singularidade e o porte desse acervo específico ditam, por conseguinte, a necessidade de se adotar medidas especiais para o seu tratamento. Tais medidas, nada obstante caibam aos entes credores, receberam o decidido apoio do Tribunal, que tomou como objetivo estratégico a promoção da celeridade e da efetividade na solução dos litígios fiscais.

Apresentam-se, a seguir, os projetos pelos quais a Administração contribuiu com a gestão das execuções fiscais, levando à redução do seu acervo em cerca de 250 mil processos.

6.6.1 APRIMORAR O MODELO DE GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

Este projeto tem por finalidade enfrentar o estoque dos executivos fiscais, aumentar a arrecadação e fomentar a política de desjudicialização.

O TJRJ vem apoiando iniciativas para a desjudicialização e redução do acervo de processos de execução fiscal, tendo 05 (cinco) eixos de atuação para a gestão eficiente da Dívida Ativa:

- Modernização do controle da arrecadação;
- Gestão Eficiente;
- Redução do Acervo/desjudicialização;
- Revisão dos Convênios;
- Reestruturação da organização judiciária de cobrança da dívida ativa.

Para estabelecer uma política de gestão da dívida ativa eficiente, este projeto estratégico está em andamento, uma vez que, segundo dados financeiros da DGPCF/DEGAR, o valor de cada processo judicial no TJRJ é de R\$2.825,24 (ano de 2017) e o tempo de duração do processo de executivo fiscal aumenta seu custo unitário, representando grande fonte de despesa para o PJERJ.

Como medida de desjudicialização, o protesto da certidão de dívida ativa é fomentado através de reuniões com os Prefeitos e Procuradores Municipais, bem como pela inserção na minuta padrão dos convênios de cooperação da dívida ativa de cláusula estabelecendo a obrigatoriedade do procedimento, como forma alternativa eficaz de cobrança.

No dia 26/09/2017 foi realizado encontro no Fórum Central da Comarca da Capital, onde o Presidente do TJRJ reuniu todos os procuradores dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, buscando conseguir a cooperação das prefeituras em ações de redução do acervo das execuções fiscais e, por outro lado, de aumento da arrecadação dos municípios.

Um dos palestrantes, o Juiz de Direito Auxiliar da Presidência, Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Júnior, declarou na ocasião que “É preciso que os municípios avaliem qual o valor mínimo para propor uma execução fiscal. Dessa forma, o protesto se apresenta com uma medida que pode ser utilizada pelos municípios em momento anterior à distribuição dos executivos fiscais. O Estado de São Paulo já adota essa saída e o resultado foi o aumento em sua arrecadação de 3% para 22%”.

O plano de reestruturação da organização judiciária prevê o agrupamento de Comarcas contíguas através da instalação dos cartórios unificados territoriais, com competência exclusiva em dívida ativa, com vistas à gestão cartorária eficiente.

O novo programa de processamento eletrônico de execução fiscal (fluxo automatizado) pretende incrementar o andamento dos executivos fiscais que serão feitos em lote, reduzindo o tempo de duração e acelerando as decisões (processo nº 2017-180920).

Segundo o Juiz de Direito Auxiliar da Presidência, Dr. Fábio Ribeiro Porto, “a automatização das rotinas no fluxo processual representa a maior revolução do sistema eletrônico da última década, ela possibilitará um processo célere, com pouca utilização de mão de obra, o que mudará a forma de pensar a gestão judiciária e a gestão cartorária nos próximos anos”. Um manual será elaborado com as informações de funcionamento dos fluxos processuais.

Outro ponto importante é que os municípios façam a cobrança de pequenos valores através do protesto extrajudicial de títulos e que fixem um valor mínimo para o ajuizamento por parte das Procuradorias Municipais de novos executivos fiscais. Outra proposta aponta para a virtualização do acervo, eis que toda a distribuição dos executivos fiscais já está tramitando na forma eletrônica.

Foi criado o sistema de arrecadação conjunta através da GRERJ específica da dívida ativa, para recolhimento de verbas destinadas aos Municípios e ao TJRJ, com vistas à melhoria na recuperação de receitas tributárias.

No dia 3 de julho 2017, a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, iniciou o programa Concilia Rio, que durou três meses. Na Capital, o Concilia Rio atingiu cerca de 600 mil contribuintes em dívida com o Município. Além do atendimento prestado pela equipe da Dívida Ativa municipal, o evento contou com a presença de juízes da 12ª Vara de Fazenda Pública e representantes da Defensoria Pública Estadual.

Utilizaram-se do Concilia Rio 94.442 pessoas (presencial 81.469 e internet 12.973), resultando em uma arrecadação de R\$ 191.375.659,85 e saldo parcelado de R\$ 252.461.579,63, no total de R\$ 443.837.239,48.

Na Comarca de Petrópolis, a iniciativa do TJRJ foi realizada por meio da 4ª Vara Cível (juízo fazendário), em parceria com a Prefeitura de Petrópolis. O magistrado, Dr. Jorge Luiz Martins Alves, declarou que o programa “Concilia Petrópolis” surgiu a partir do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, e destacou o pioneirismo do município da Região Serrana. Destacou, ainda, que Petrópolis foi o primeiro município a aderir e o primeiro a ter a legislação específica, referindo-se à Lei Municipal nº 7.332/15.

O período de conciliação na Comarca de Petrópolis foi de 24/07/2017 a 31/10/2017, tendo arrecadação de R\$ 10.626.511,81 e saldo parcelado de R\$ 51.429.966,32, com total de R\$ 62.056.478,13.

Houve mutirão, também, na Comarca de Itaboraí, no período de setembro a dezembro/2017, com arrecadação total de R\$ 1.382.736,85.

6.7 INCREMENTO DA ADOÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS

O emprego da conciliação e da mediação para solução de litígios é uma prática há muito institucionalizada no Tribunal, mesmo antes da edição da Resolução CNJ nº 125/2010 – norma que veio instituir a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário – e conta com projetos e atividades de longo prazo, que trazem resultados expressivos, especialmente na competência do consumidor.

Os chamados meios alternativos de resolução de litígios têm aplicação em casos sujeitos aos procedimentos do Cível (CPC) e dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública – mesmo que não tenham sido ajuizadas ações. Além da continuidade das políticas públicas de conciliação e mediação iniciadas em gestões anteriores, a atual Administração as expandiu, haja vista que o novo CPC instituiu, como direito das partes no procedimento comum, uma oportunidade para composição, anterior à defesa. Outrossim a Lei nº 13.140/2015 veio a regular pormenorizadamente a mediação judicial.

Para o incremento da resolução alternativa de conflitos, foram desenvolvidos um projeto estratégico e várias ações, todos abordados a seguir.

6.7.1 APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO E DOS MÉTODOS NÃO ADVERSARIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CONTINUIDADE)

O projeto teve continuidade na atual Administração e tem por finalidade aprimorar os métodos autocompositivos, com o desenvolvimento de ferramentas que facilitem a resolução de conflitos por meios consensuais. O projeto propõe o mapeamento dos processos de trabalho para apoio às atividades de mediação e de conciliação, garantindo maior presteza na entrega de resultados às demandas apresentadas, contribuindo para a pacificação social.

A otimização dos procedimentos autocompositivos ajuda a diminuir a judicialização, desonerando a aplicação de recursos humanos em questões judiciais de menor complexidade, reduzindo custos e permitindo uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

As ações constantes do projeto visam à criação e difusão de uma cultura da consensualidade e da paz, por meio da solução dialógica e criativa dos conflitos sociológicos, à utilização preferencial dos mecanismos consensuais extrajudiciais como os mais adequados

à solução dos conflitos e à redução sistemática e consistente do número de distribuição de ações judiciais.

6.7.1.1 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCs)

Estudos realizados a partir do acompanhamento estatístico apontaram a necessidade de ampliação da rede de atendimentos, com a criação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, a fim de atender à recente normatização do Conselho Nacional de Justiça.

Com isso, somando-se aos 23 já instalados, foram criados pela Resolução TJ/OE nº 08/2017 outros 9 (nove) novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania nas Comarcas de Armação de Búzios, Barra Mansa, Capital - Regional Ilha do Governador, Cordeiro/Macuco, Niterói - Regional Região Oceânica, Petrópolis/Itaipava, Valença, Macaé e Saquarema.

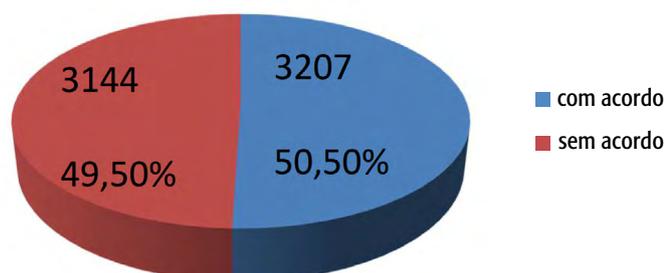
Os processos de trabalho dos CEJUSCs estão sendo mapeados com o apoio do GABPRES/DEGEP.

Está em processo de estudo de viabilidade a ampliação da rede de CEJUSCs. Existem solicitações para as seguintes comarcas: Angra dos Reis, Alcântara, Cachoeiras de Macacu e Rio das Ostras. Os CEJUSCs das Comarcas de Vassouras, Itaperuna, Itaguaí e Mesquita já foram criados, mas ainda não houve a instalação.

A despeito da ampliação da estrutura física de atendimento, as restrições orçamentárias impediram a lotação, mesmo em número mínimo, de servidor e/ou colaborador nos CEJUSCs, em especial no CEJUSC da Capital, o que determinou o redimensionamento do plano inicial e a redução da capacidade de atendimento.

Resultado das Mediações realizadas no TJRJ em 2017:

Figura 29



Em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), ainda em 2017, foi oferecido o Curso de Formação em Mediação Judicial, iniciado com duas turmas com 80 alunos, tendo todos concluído o curso.

Em paralelo, o Núcleo Permanente promoveu, em conjunto com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), a capacitação de servidores e voluntários em Métodos Consensuais de Solução de Conflitos para atuação específica nos CEJUSCs.

O NUPEMEC buscou firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas com a finalidade de estimular a adoção da autocomposição. Os convênios e parcerias servem como incentivo às empresas formadoras de grandes volumes de demandas ao uso preferencial e sistemático de solução consensual e extrajudicial dos conflitos.

Empresas como o Banco Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, concessionárias de serviços como LIGHT, CEDAE e Gás Fenosa; seguradoras e planos de saúde como AMIL e UNIMED; empresas de varejo, como a Via Varejo; construtoras – como a RIZ-Cyrela, além de fornecedoras de serviços de telefonia e internet, a partir de compromisso da empresa em adotar sistematicamente todos os meios possíveis de composição prévia em instância administrativa, buscaram o NUPEMEC para participar das Agendas Concentradas de Conciliação, proporcionando o tratamento do acervo de processos existentes.

O NUPEMEC também desenvolveu projeto de cooperação mútua entre o TJRJ e os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades visando à criação, instalação e funcionamento de Polos Avançados de Solução de Conflito Extraprocessual, integrantes do Setor Pré-Processual dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, nos termos da Resolução CNJ nº 125/2010, objetivando a realização de sessões de autocomposição prévia ao ajuizamento da ação, com a possibilidade de posterior homologação judicial dos acordos obtidos, de forma a contribuir para a pacificação social, para a democratização do acesso à justiça e para a promoção da cultura da construção do consenso.

Com esse formato, foi instalado o Polo Avançado na Universidade Católica de Petrópolis - UCP, no qual alunos podem atuar como mediadores em casos pré-processuais, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade.

Existe, ainda, a iniciativa de implementação de Centros Comunitários de Solução de Conflitos em localidades não atendidas por outras instâncias da esfera pública ou privada, com o objetivo de estabelecer uma cultura de não violência e de maior harmonia ao convívio comunitário em geral e entre vizinhos e familiares.

Os Convênios com tal finalidade envolvem a Capacitação em Mediação Comunitária, seguidos os preceitos específicos do CNJ para essa matéria, e a instalação de Centros de Mediação Comunitária.

Outra medida que objetiva a solução de conflitos sem que haja judicialização é o credenciamento das Câmaras Privadas, as quais, após devido credenciamento neste Tribunal de Justiça, encontram-se aptas ao trabalho em solução consensual judicial e pré-processual, nos moldes do artigo 168 do CPC.

Atualmente, estão credenciadas no Tribunal de Justiça 5 Câmaras Privadas de Mediação:

- Centro de Atendimento de Soluções Alternativas Câmara Privada de Mediação e Arbitragem LTDA. - C.A.S.A.;
- Câmara de Conciliação e Mediação e Arbitragem do Rio de Janeiro – CCMA – RJ;
- Mediare Diálogos e Processos Decisórios;
- Equilibre Gestão De Conflitos LTDA;
- Fundação Getulio Vargas – FGV.

Foi providenciado, no curso da Administração, a atualização da página do NUPEMEC no portal do Tribunal de Justiça. Através dessa ferramenta, todas as informações relativas à Mediação estão disponíveis aos usuários, incluídos avisos, listas de endereços, textos legais, links recomendados e toda a normatização sobre mediação.

Além disso, está disponível pelo Portal do TJRJ o acesso à mediação pré-processual, sem qualquer ônus ou burocracia.

6.7.2 IMPLEMENTAÇÃO DAS CASAS DA FAMÍLIA

Ser um diferencial no atendimento às questões familiares. Essa é a proposta do projeto estratégico da Casa da Família, iniciativa inédita no país lançada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJRJ. As primeiras unidades começaram a funcionar no dia 27 de novembro de 2017, nos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos (CEJUSC) de Santa Cruz e Bangu.

A filosofia da Casa da Família é procurar resolver os conflitos familiares sem a necessidade de processo judicial. Casais que estão se separando poderão contar com psicólogos, assistentes sociais e mediadores que utilizarão métodos de mediação, justiça restaurativa e técnicas de constelação familiar para que os impasses sejam solucionados sem provocar danos para pais, filhos e parentes.

A Casa da Família também atenderá casos em que já existe um processo em tramitação, se um juiz entender que a mediação pode ser a melhor ferramenta de solucionar o litígio envolvendo as partes no processo. Assim, ações de alimentos, visitação e guarda compartilhada poderão ser encaminhadas às unidades. Toda a filosofia da Casa da Família afasta métodos impositivos e dispensa a participação dos advogados.

As Casas da Família são fruto de um projeto piloto bem-sucedido implantado nos CEJUSCs de Santa Cruz, Bangu e Leopoldina. Neles, o índice de solução de casos entre famílias chegou a 96%, com 0% de reincidência. As técnicas de mediação na área familiar tiveram aprovação de 98%.

6.7.3 OFICINAS DE PARENTALIDADE

As Oficinas de Parentalidade foram implementadas em caráter experimental junto às Varas de Família da Comarca de Santa Cruz e a iniciativa consiste na disponibilidade de acesso às partes e demais envolvidos a oficinas, previamente ao início do curso do processo. No ano de 2017, foram realizadas 112 oficinas com a participação de 2794 jurisdicionados.

6.7.4 CONSTELAÇÃO FAMILIAR

A prestação jurisdicional, sobretudo em temas relativos às questões relacionais, como as de família, apresenta limitações que por vezes recomendam a utilização de outras metodologias que privilegiem a solução consensual.

Nesse sentido, o projeto “Constelação Familiar”, aplicado experimentalmente nas Varas de Família dos CEJUSCs Leopoldina e Santa Cruz, consiste na apresentação de palestras e realização de Sessões de Constelação, tendo por objetivo revelar dinâmicas ocultas na relação familiar, como importante ferramenta de facilitação de composição entre as partes em litígio nas Varas de Família, cujos resultados estimulam o prosseguimento e ampliação do Projeto.

Em 2017, foram realizadas 13 sessões de constelações, atendendo 165 processos, das quais participaram 346 jurisdicionados, 26 advogados e acompanhantes. Os resultados

obtidos foram a adesão a 40 conciliações e 132 sessões de mediação, alcançando 76,7% de índice de acordo.

6.8 GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES

Uma das características da litigância verificada na justiça comum em anos recentes é a grande incidência de demandas repetitivas e a existência de litigantes com elevado número de demandas. Como as soluções jurídicas em tais casos muitas vezes retomam padrões já estabelecidos em casos anteriores ou ficam vinculadas a julgamentos de recursos pelos Tribunais Superiores, a gestão da massa processual em tais situações é diferenciada. Para fazer face a esse desafio, o Tribunal desenvolve Agendas Concentradas para solução dos conflitos por conciliação e mediação. Em 2017, esses eventos contaram com a participação de bancos, concessionárias de serviços públicos, seguradoras e planos de saúde, empresas de varejo e construtoras.

6.9 PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICCIONAL DO TJRJ

A celeridade no trânsito processual é o resultado de esforços que perpassam todo o Tribunal e é uma indicação do cumprimento da missão institucional, considerando-se o direito fundamental do jurisdicionado à duração razoável do processo. Assim, a Administração realizou esforços para manter uma prestação jurisdiccional que em seu conjunto se desse em tempo adequado.

Além das iniciativas fulcradas em tecnologia da informação, em particular a expansão do processo eletrônico, essenciais ao objetivo em análise, outros dois projetos foram importantes para o seu desenvolvimento.

6.9.1 EFETIVIDADE DOS INDICADORES JURISDICCIONAIS (CONTINUIDADE)

Com continuidade no ano de 2017, o projeto visa facilitar os processos de trabalho de extração de dados, o aumento da confiabilidade dos dados e a emissão instantânea de relatórios e gráficos, essenciais ao gerenciamento da atividade jurisdiccional.

Em 2017, o Tribunal de Justiça recebeu do CNJ o Selo Justiça em Números na categoria Prata, que reflete o atendimento a requisitos de eficiência, transparência e publicidade quanto à informação relativa à atividade jurisdiccional e administrativa.

6.9.2 FOMENTAR A REDUÇÃO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO

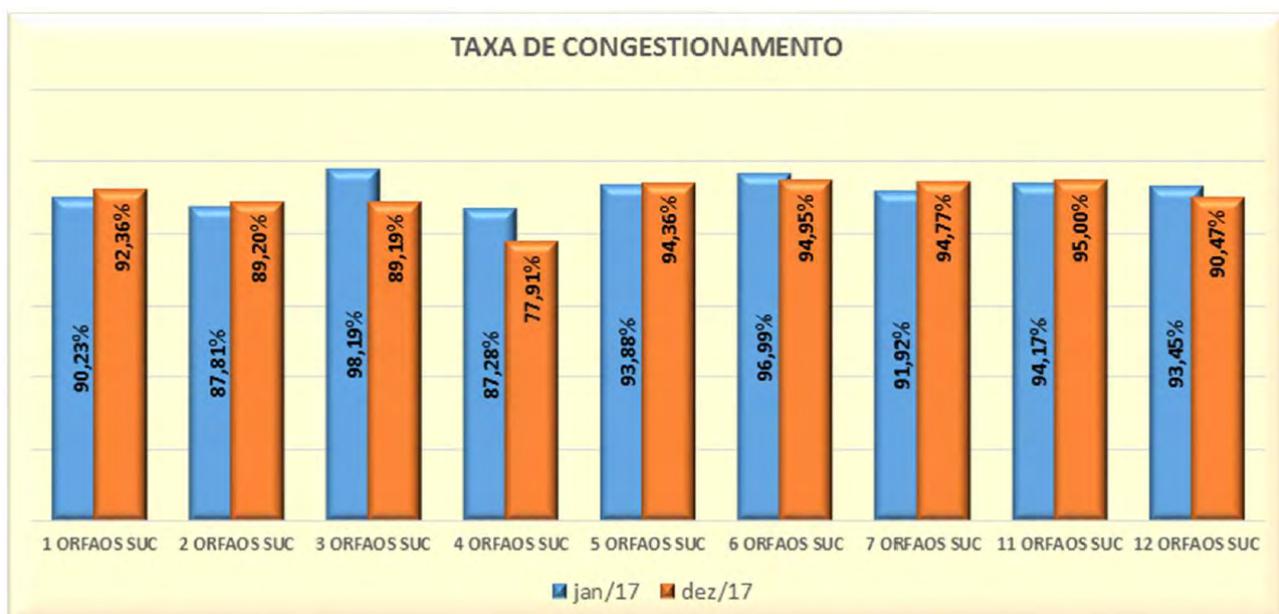
O projeto tem a finalidade de tratar o acervo de arquivo provisório (contabiliza cerca de 835.000 processos) e retratar a realidade do quantitativo de processos realmente existentes no Tribunal, com foco nas serventias judiciais de 1ª Instância, pois é o segmento mais sobrecarregado do PJERJ e, por conseguinte, aquele que presta serviços judiciários mais aquém da qualidade desejada.

A proposta é realizar estudo sobre o congestionamento em todas as serventias do TJRJ, com identificação daquelas que possuam um percentual entre 80% e 100%, para fins de direcionar ações específicas, como a redução do acervo geral pelo arquivamento definitivo e transformação do acervo de arquivo provisório em definitivo.

O estudo apontou que, em junho/17, as serventias com competência orfanológica exclusiva possuíam um total de 49,68% de processos no arquivo provisório, o que impactava negativamente no congestionamento. Tal situação está sendo tratada pela DGJUR junto aos chefes das serventias e juízes responsáveis.

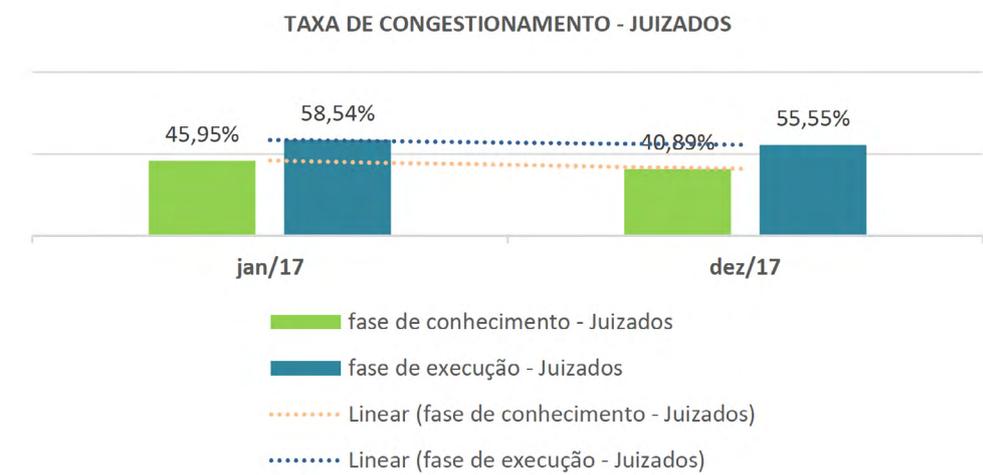
Segue o resultado comparativo da taxa de congestionamento das varas de órfãos, de janeiro/2017 a dezembro/2017, no qual se percebe que as serventias (3VOS, 4VOS e 12 VOS) que trabalharam o arquivo provisório reduziram consideravelmente o percentual da taxa de congestionamento.

Figura 30



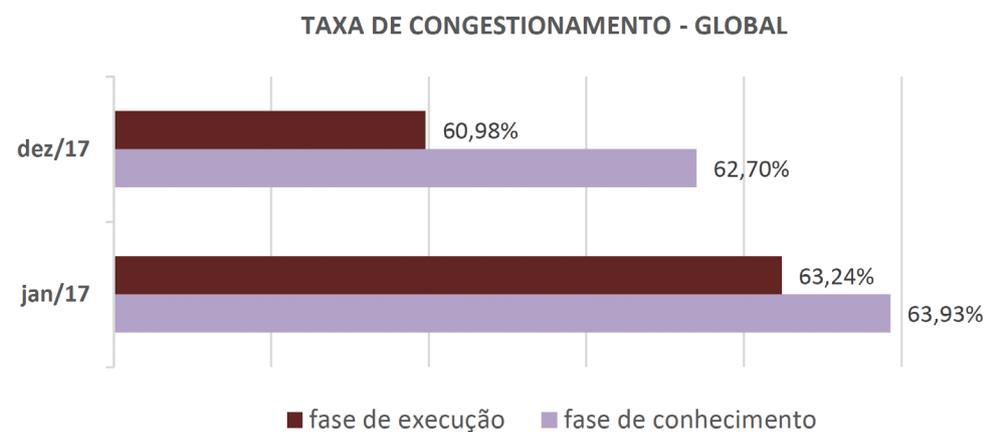
Nos Juizados Especiais, também houve redução da taxa de congestionamento no período compreendido entre janeiro/2017 e dezembro/2017, tanto na fase de conhecimento quanto na de execução.

Figura 31



No panorama global, os resultados da taxa de congestionamento do Poder Judiciário são os seguintes:

Figura 32



Os estudos sobre os impactos continuam e serão tratados com mais direcionamento no ano de 2018.

6.9.3 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Em 2017, a Administração deu prosseguimento aos pagamentos de precatórios judiciais das entidades devedoras enquadradas no regime comum (art. 100 da Constituição da República), bem como das entidades devedoras enquadradas no regime especial regulado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Ressalte-se que foi solicitado aos entes públicos enquadrados no regime especial de pagamento a apresentação do plano de pagamento para quitação dos precatórios em parcelas mensais até o final de 2020, com base na Emenda Constitucional nº 94/2016, que introduziu novas regras sobre precatórios no artigo 100 da Constituição Federal, bem como a inclusão dos artigos 101 a 105 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõem sobre o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Além do Estado do Rio de Janeiro, 45 municípios estão enquadrados no novo regime especial de pagamento de precatórios, de acordo com a aludida Emenda Constitucional. No entanto, devido à crise financeira, a maioria dos entes públicos não conseguiu saldar as parcelas devidas neste ano. Os devedores estão sendo intimados a adimplir a obrigação, sob pena de sequestro de seus recursos financeiros.

Mediante recursos repassados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e municípios que estão enquadrados no regime comum, somando-se os depósitos de anos anteriores de precatórios que agora se encontram aptos para pagamento, foram quitados, de janeiro a dezembro de 2017, 6.049 créditos de precatórios, no valor total de R\$ 685.984.864,62, conforme tabela a seguir:

Figura 33

Créditos de Precatórios Quitados em 2017		
Meses	Quantidade de Pagamentos	Total em R\$
Janeiro	1.006	155.302.451,41
Fevereiro	1.018	193.390.845,91
Março	631	39.623.939,42
Abril	475	25.146.011,38
Mai	337	19.559.682,81
Junho	222	13.440.369,28
Julho	476	66.444.574,64
Agosto	320	36.790.896,81
Setembro	431	29.533.495,07
Outubro	711	38.196.919,72
Novembro	422	22.227.264,51
Dezembro	172	46.328.413,66
Total	6.221	685.984.864,62

7. Garantia dos Direitos da Cidadania

7.1 PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No tema garantia dos direitos da cidadania, o Tribunal vem desenvolvendo ações diretas, não jurisdicionais, pelas quais busca assegurar o acesso a direitos básicos a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Tais ações têm como foco a sustentabilidade, tanto nas áreas de acesso à justiça, quanto de promoção da cidadania, inclusão social, gestão ambiental e de apoio à prestação jurisdicional.

A atuação do Tribunal visa à ampliação de boas práticas nesse campo e se dá por meio de projetos sociais executados com recursos próprios e outras iniciativas, sempre com o foco de reforçar a esfera de direitos dos beneficiários.

Os projetos de garantia dos direitos da cidadania têm por objetivo difundir na sociedade informações sobre os direitos e deveres dos cidadãos, respaldados pela Constituição Federal, de forma clara e acessível.

Expõem-se, a seguir, os projetos respectivos e seus resultados.

7.1.1 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO NAS CENTRAIS DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (CPMA)

O projeto visa à uniformização de procedimentos das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, através de um sistema corporativo próprio, objetivando a realização de um monitoramento da execução das penas e medidas alternativas de forma mais eficiente e eficaz, bem como prestando a jurisdição de forma mais efetiva, célere e transparente.

As Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA) são responsáveis pelo acompanhamento das prestações pecuniárias (PP) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). As CPMA recebem pessoas que cometeram crimes de menor potencial ofensivo e foram condenadas pelo judiciário ao cumprimento de pena alternativa à de privação da liberdade. São instrumentos de transformação do apenado e da sociedade na forma de agir e pensar, favorecendo a reintegração social do infrator.

Figura 34

Atendimentos Realizados Nas CPMAs	
Ano	Atendimentos
2017	38.321

7.1.2 MAPEAR ÁREAS DE ACESSIBILIDADE NOS FÓRUNS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto visa ordenar os Fóruns do Estado do Rio de Janeiro segundo critérios de acessibilidade estabelecidos pelo Departamento de Engenharia do TJRJ, identificando os itens não atendidos, bem como as necessidades de adequação, tendo em vista a real situação do edifício, principalmente naqueles que preencheram menos de quatro itens de acessibilidade.

Durante o ano de 2017, foi realizado o levantamento das áreas que necessitam de adequação às regras de acessibilidade, nos termos da Res. CNJ nº 230/2016 e NBR 9050. No tocante ao mapeamento das áreas de acessibilidade nos Fóruns e ao levantamento de custos para a viabilização das obras, o projeto cumpriu sua finalidade, sendo que a implementação/execução das adequações necessárias será realizada em momento oportuno. Foram mapeados 73 prédios.

7.1.3 ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO NO SISTEMA CARCERÁRIO

A proposta foi levar a Justiça Itinerante ao sistema penitenciário, especialmente para atender as demandas dos detentos e seus familiares nas áreas de família, infância, juventude e idoso e registro civil, de forma a alinhar a missão institucional do Poder Judiciário com as políticas públicas destinadas à promoção e inclusão social, bem como a ressocialização da pessoa encarcerada.

*Oscar Stevenson*



Ônibus da Justiça Itinerante



Crispim Ventino



Plácido Sá Carvalho

Figura 35

ATENDIMENTOS	
Atendimentos/Orientações	960
Ofícios	303
Audiências realizadas	59
Total de ações distribuídas	108
Informações sobre situação militar disponibilizadas	1.162
DOCUMENTAÇÃO	
Conversão União Estável em Casamento	34
Casamento	01
Divórcio	10
Dissolução de união estável	01
Alimentos	01
Guarda	25
Retificação de Registro	29
Registro Tardio	31
Investigação de maternidade	02
Investigação de paternidade	01
Reconhecimento de maternidade	01
Reconhecimento de paternidade	11
Reconhecimento de união estável	01
DETRAN	264
TRE	463
Entrega de certidões de nascimento (2ª via)	419
Entrega de certidões de casamento (2ª via)	01
Entrega de CPF	501
TOTAL	1.796

8. Comunicação Institucional

O tema da comunicação vem sendo considerado estratégico pela Instituição, em vista das suas várias interfaces com as atividades pertinentes à jurisdição e à administração judiciária e da sua instrumentalidade para as relações institucionais e com a sociedade civil, assim como para o resgate da memória institucional.

Expõem-se nesta seção, de acordo com os objetivos estratégicos pertinentes ao tema, as realizações de 2017.

8.1 INCENTIVO À COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE CIVIL

A atual Administração manteve como diretriz uma contínua e proativa estruturação de canais de comunicação tanto interna como com a sociedade civil.

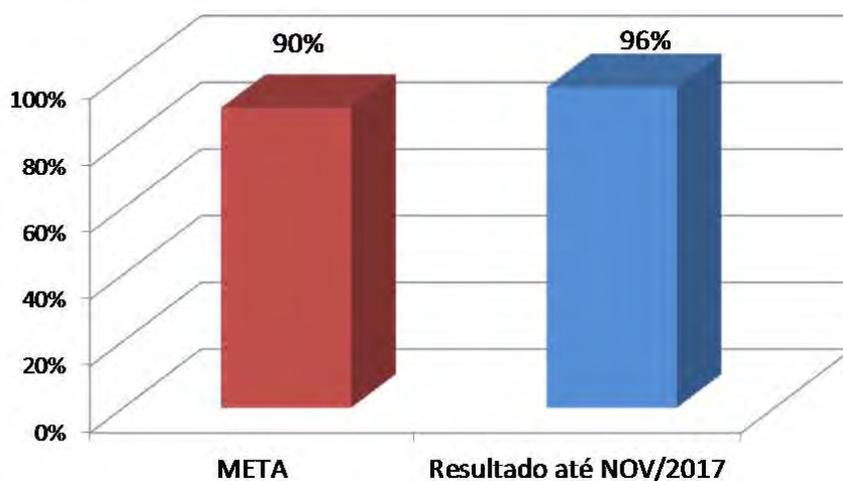
Diversos canais de comunicação vêm sendo utilizados pelo TJRJ com o intuito de se fazer presente em redes sociais, por meio dos perfis no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, como meios para ampliar a visibilidade da Justiça junto à sociedade e divulgar as ações de cidadania e prestação de serviços judiciais.

Outros canais de relacionamento direto com a mídia têm sido utilizados, tais como *WhatsApp*, *audioreleases* e *videoreleases*, com produção de conteúdo especial feita pelo Departamento de Comunicação Institucional, que desenvolveu estratégias de influência na imprensa, por meio de reportagens exclusivas de interesse da sociedade e do gerenciamento de crises de comunicação.

Outra vertente da Comunicação Institucional é aquela que é dirigida ao público interno do Tribunal – magistrados e servidores – e é fundamental para melhorar a qualidade da informação, bem como o entrosamento institucional.

Destaca-se, a seguir, o resultado do índice de atendimento às demandas de comunicação interna (mede a relação entre o total de atendimentos realizados no mesmo dia de recebimento da solicitação):

Figura 36



Do total de 2.153 solicitações de demanda interna de comunicação, 2.070 foram atendidas no próprio dia em que foram feitas, alcançando o resultado de 96%, superando a meta estabelecida que é de 90%.

Ressalte-se que, durante o ano, foram produzidas 896 peças de design visual (banners, cartazes, cartilhas, crachás, folders, placas de sinalização, newsletters, revistas, logos, artes para *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, vídeos institucionais, TJ em números dentre outros).

8.2 APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA

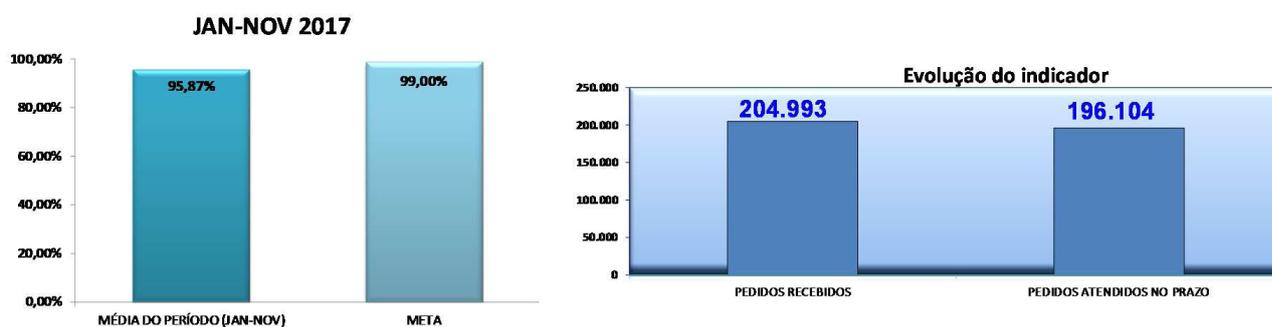
O objetivo em epígrafe teve desenvolvimento pelas atividades regulares de Assessoria de Imprensa, sem constituir um projeto estratégico isolado. As ações adotadas tiveram impacto direto na comunicação institucional e trouxeram bons resultados no relacionamento do Tribunal com os meios de comunicação.

8.2.1 RACIONALIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO PJERJ – DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Projeto que tem como objetivo o descarte de documentos administrativos armazenados na Rede de Arquivos do PJERJ com aplicação do Código de Classificação de Documentos (CCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD). Os benefícios deste projeto estão relacionados à redução de custos e liberação de espaço de armazenamento de documentos.

ÍNDICE DE DESARQUIVAMENTO

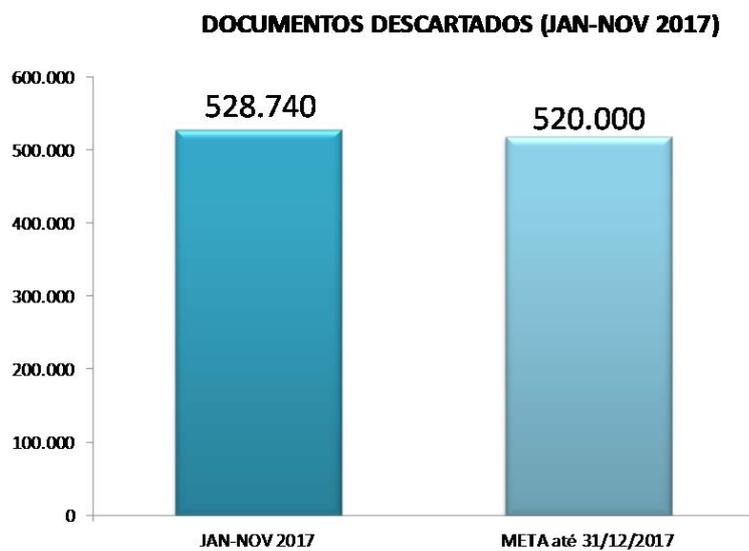
Figuras 37 e 38



De janeiro a novembro de 2017 foram descartados pelo arquivo 528.740 documentos, acima da meta prevista, que era de 520.000 documentos.

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS DESCARTADOS

Figura 39



9. Gestão de Pessoas

O TJRJ é classificado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de grande porte da Justiça Comum – acompanhando, como segunda maior Corte estadual, a relevância do estado do Rio de Janeiro no contexto do país, seja em razão da economia ou da população. O quadro de seus agentes – magistrados e serventuários, organizados em carreira – é suplementado por colaboradores externos (juízes leigos, prestadores de serviço e auxiliares da Justiça, estes ligados aos processos em que atuam e não computados nesta seção) e, preservada a finalidade de aprendizagem, na forma da Lei nº 11.788/2008, pelo concurso de estagiários de variadas formações universitárias.

Abaixo, o quantitativo e o perfil atualizados da força de trabalho a serviço do Tribunal:

Figura 40

Pessoal				
	1º Grau	2º Grau	Adm.	Total
Magistrados	693	180	N/A	873
Servidores	11.150	1.580	1.595	14.325
Juízes Leigos	267	N/A	N/A	267
Estagiários	4.020	176	352	4.548
Prestadores de Serviço	N/A	N/A	N/A	4.223
Total de Pessoas	16.130	1.936	1.947	24.236
CC/FG	Quantidade	Valor Mensal		
Cargos em Comissão	907	R\$ 6.875.934,27		
Funções Gratificadas	3.908	R\$ 15.545.571,61		

Fonte: DGPEs/DGLOG/DGPFCF/COJES

9.1 VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS E DA CARREIRA DA MAGISTRATURA

A valorização da magistratura continua sendo uma das premissas da gestão, indissociável que é do sucesso no aprimoramento da prestação jurisdicional. Em relação a esse objetivo, o Tribunal continua dando ênfase ao 1º grau, isto é, aos juízes e à estrutura de apoio que a eles é devida para o exercício digno da judicatura e o satisfatório atendimento dos jurisdicionados – sem descuidar, por evidente, do reforço aos gabinetes do 2º grau.

Principais Realizações – Gestão financeira e operacional:

- Com o objetivo de adequar a estrutura administrativa deste Tribunal à realidade financeira do Estado do Rio de Janeiro, o E. Órgão Especial editou a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017. A norma estabeleceu o contingenciamento de 134 cargos em comissão e funções gratificadas, alcançando uma economia anual de cerca de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). No tocante à DGPEs, a estrutura foi reduzida em 15,02%.
- Para otimizar o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), novos parâmetros para pagamento de indenização pelo saldo de férias e licença-prêmio não gozados quando em atividade foram estabelecidos, buscando uma economia maior ao orçamento do PJERJ. No período entre 01/03/2017 e 31/05/2017, o programa teve a adesão de 455 servidores, trazendo aos cofres públicos economia anual que superou os R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) em 2017 e superará R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais) em 2018, já descontadas as indenizações. Além disso, com as novas regras implementadas, foi estabelecido prazo de 60 dias para o servidor formalizar seu pedido de aposentadoria, a contar do preenchimento dos requisitos, para fazer jus ao programa. A medida tem por objetivo estimular a aposentadoria e evitar o pagamento de verbas como triênio e abono permanência. Entre junho e novembro de 2017, a DGPEs recebeu 180 pedidos de aposentadoria, número cerca de 50% maior que a média histórica mensal.
- Visando à eficiência na movimentação de servidores, durante o ano de 2017, em cumprimento ao Ato Executivo Conjunto nº 03/2017, a primeira instância recebeu 119 servidores que ocupavam cargos em comissão ou funções gratificadas no âmbito da administração ou da 2ª instância. A movimentação de servidores da CGJ para o âmbito do TJ (2ª Instância e Administrativo TJ) foi de 28 servidores. Além disso, a lotação ideal das secretarias de Câmara foi preservada. Prestigiu-se, portanto, a atividade-fim.

9.2 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

Para a consecução do objetivo estratégico “Valorização dos servidores e da carreira de serventuário da justiça”, foram desenvolvidas ações e formulados dois projetos estratégicos (Programa Integrado de Gestão de Pessoas e Implementação do novo sistema GPES), sob responsabilidade da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPEs).

Vale destacar, inicialmente, as seguintes iniciativas:

- Realizado pelo terceiro ano consecutivo, o Encontro de Gestores do PJERJ apresentou aos gestores o tema “Gerenciando em tempos de crise” em palestra ministrada pelo

Desembargador Jessé Torres Pereira Junior. Também foram realizadas oficinas temáticas que abordaram temas relevantes para o Poder Judiciário, como “Liderança Empática, Comunicação não Violenta para Gestores”, “Qualidade de Vida no PJERJ: onde estamos e aonde vamos?”, “Negociação e Administração de Conflitos e Processo Eletrônico - A Revolução das Práticas Cartorárias”.



Palestra do III Encontro de Gestores do PJERJ

- Em relação à movimentação de servidores nas carreiras, durante o ano de 2017, foram progredidos/promovidos 5.293 servidores, dentre os quais 3.272 Analistas Judiciários e 2.021 Técnicos de Atividade Judiciária.
- Em 2017, houve a revisão das regras do auxílio educação, de modo a alcançar, dentre outras situações, despesas terapêuticas de dependentes com necessidades especiais, bem como os benefícios foram reajustados frente à inflação. Além disso, foi aumentada a margem consignável para 35%, atendendo-se antigo pleito dos servidores.
- O contrato com a Amil foi renovado, mantendo-se a prestação de serviço de assistência médica e odontológica aos servidores.

Segue o desenvolvimento de cada um dos projetos em 2017:

9.2.1 PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS

Trata-se de projeto estratégico que visa enfrentar a grave crise financeira que assola o Estado do Rio de Janeiro, situação que repercutiu negativamente e de forma efetiva sobre os servidores e gestores de nossa Instituição. Com o quadro de servidores reduzido e sem a perspectiva de novos concursos, as equipes estão atuando no seu limite e com uma demanda cada vez maior.

Tal projeto é um programa composto por atividades desenvolvidas pelos Departamentos da DGPEs, dentre as quais podem ser citadas: Programa de Desenvolvimento Gerencial, Implementar a Avaliação Especial de Desempenho, Programa Permanente de Preparação para Aposentadoria, Programa Qualidade de Vida, Estudo de Lotação das Unidades Administrativas. Com a realização desse conjunto de ações, pretende-se alcançar um quadro de servidores capacitados, motivados e saudáveis, gerando o aumento da produtividade, a redução do afastamento por licença médica, com a consequente satisfação dos usuários.

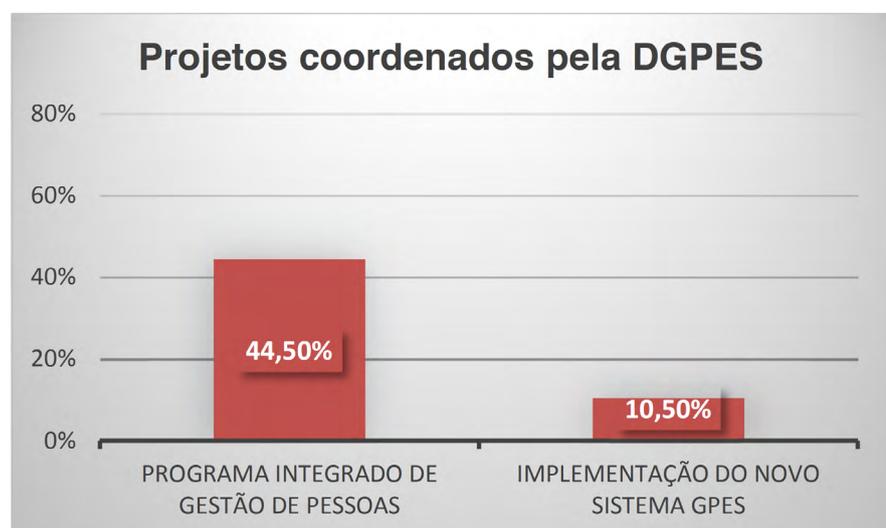
9.2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SISTEMA GPES (CONTINUIDADE)

Com o objetivo de elaborar um novo GPES - sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ, o projeto busca possibilitar à Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas acesso a ferramentas de tecnologia da informação mais modernas, propiciando a automação dos processos de trabalho, reduzindo as falhas no sistema, trazendo uma maior confiabilidade no lançamento de dados e na emissão de relatórios, com redução de recursos humanos e materiais.

Trata-se de projeto que imprimirá maior eficiência às atividades atinentes a gestão de pessoas, prevendo as seguintes etapas: higienização dos bancos de dados; planejamento do novo banco de dados; planejamento das novas rotinas prevendo maior automação; comunicação plena com os demais sistemas, evitando a necessidade de múltiplos lançamentos de informações; funcionamento de portais de gestores e de servidores, com máxima disponibilidade de informações e tarefas, otimizando os atendimentos e processos administrativos; e migração dos sistemas em plataforma Mumphs (obsoleta – a ser extinta).

O grau de implementação desses projetos em 2017 é apresentado no gráfico abaixo:

Figura 41



9.3 APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O objetivo “Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais” foi desenvolvido pela Administração por meio das seguintes atividades:

- Foco em Tecnologia

- » Aumento de 39% do número de alunos utilizando a plataforma de ensino a distância, totalizando 5.202 servidores;
- » Realizadas: 127 turmas de atividades de capacitação a distância;
- » Implementação de controle de frequência de palestras por QR-Code, trazendo tecnologia e eficiência no controle da frequência dos servidores;
- » Expansão da inscrição de cursos presenciais para servidores pela Web (ESAJ internet) e pelo aplicativo móvel celular (ESAJ APP) para todos os NUR;
- » Inauguração de mais um laboratório de informática na capital – LAB V, sala 401, com capacidade para 20 alunos.

- Pós-Graduação

- » Concluídas as aulas da turma de Pós-graduação em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário, com 39 alunos.

- Semana do Cérebro

- » Participação, pelo segundo ano consecutivo, no evento internacional, Semana do Cérebro, realizado simultaneamente em instituições de ensino e pesquisa de vários países.

- Ações para o Público Externo

- » Foram realizadas turmas de capacitação voltadas para o público externo, trazendo receita de R\$ 525,9 mil para o FETJ com arrecadação de inscrições. As seguintes turmas foram realizadas:
 - a. 2 turmas do Programa de Aperfeiçoamento em Administração Judicial, com 49 participantes em cada turma;
 - b. 2 turmas de Formação de Peritos Judiciais, com 80 inscritos em cada turma;
 - c. 2 turmas de Custas Processuais e GRERJ Eletrônica, com o total de 11 inscritos.

9.4 INDICADORES DA GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no TJRJ tem resultados que são mensurados por indicadores estabelecidos nas Resoluções CNJ nº 76/2009 e nº 198/2014. Apresenta-se a evolução de alguns desses índices a seguir:

9.4.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS

ABSENTEÍSMO DE MAGISTRADOS E DE SERVIDORES

Figura 42

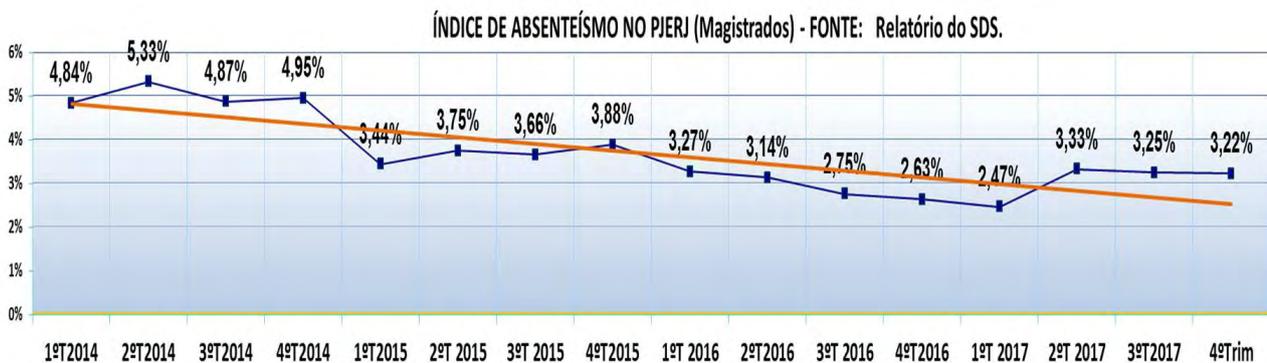


Figura 43



ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (TURN OVER)

Figura 44



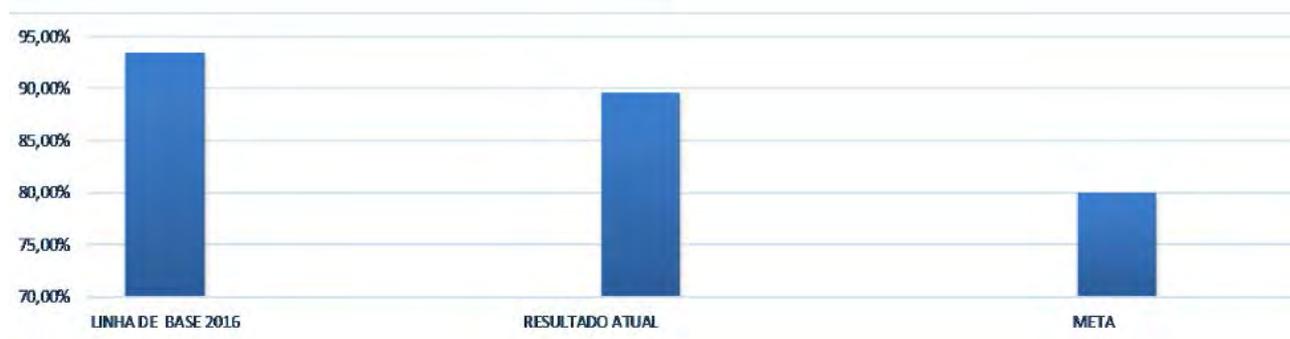
ÍNDICE DE MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS

Figura 45



CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Figura 46



9.4.2 INDICADORES OPERACIONAIS

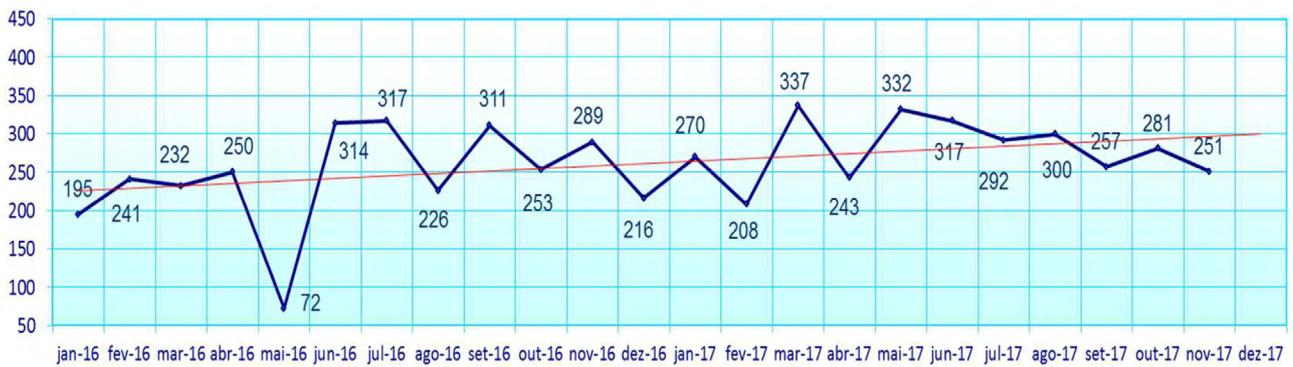
ATENDIMENTOS DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Figura 47



ATENDIMENTOS PERICIAIS

Figura 48



LICENÇAS MÉDICAS POR TIPOS

Figura 49

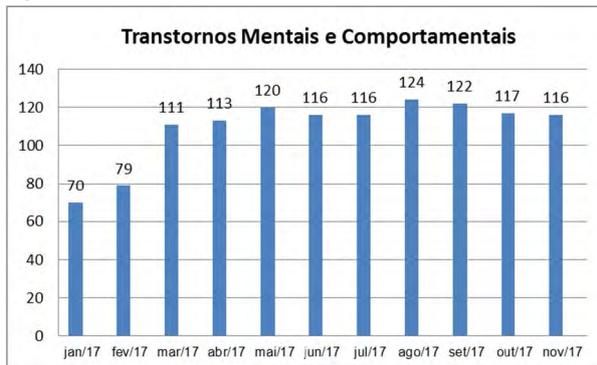


Figura 50

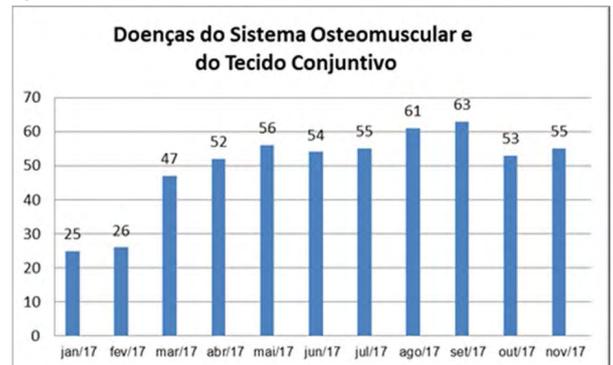


Figura 51

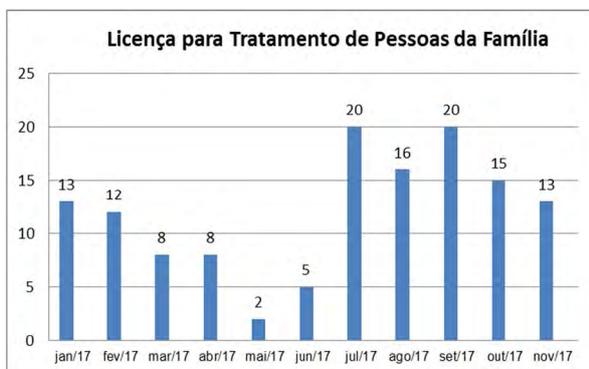


Figura 52

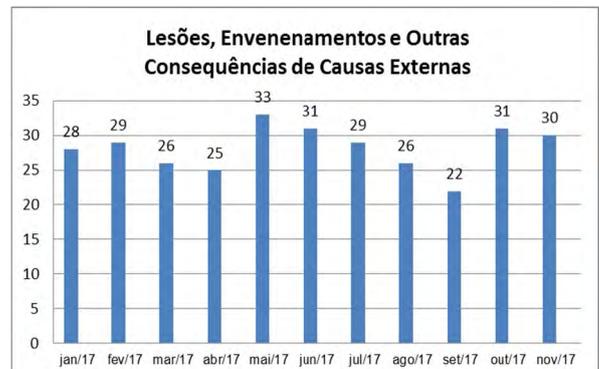


Figura 53

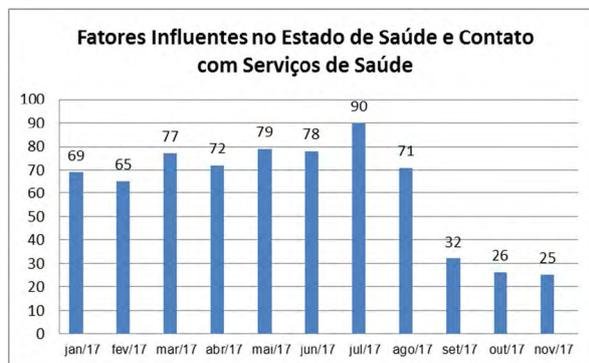
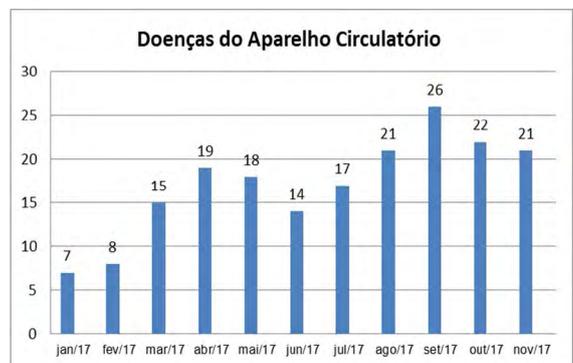
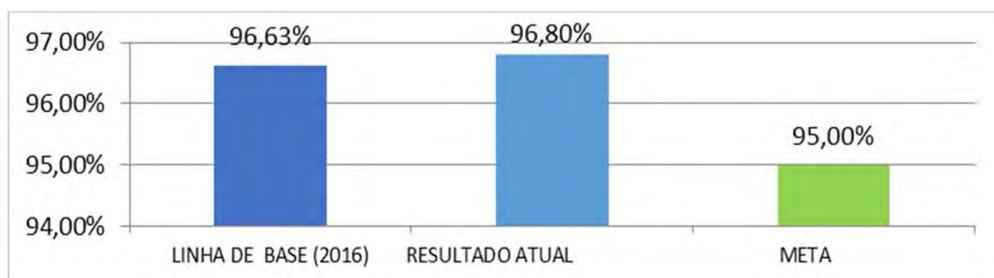


Figura 54



ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE PARTICIPANTES DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Figura 55



10. Tecnologia da Informação

No tema da Tecnologia da Informação, buscou-se viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, objetivando contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia do PJERJ.

A Administração atual do TJRJ manteve os três objetivos estratégicos vinculados ao referido tema, são eles: aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI, aprimoramento dos sistemas institucionais e ampliação do acesso à tecnologia.

Os projetos estratégicos e atividades desenvolvidas pela Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), sob coordenação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), buscam viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia e assim contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia da Instituição, destacando-se as seguintes ações:

Em razão do crescente volume de processos judiciais e da profunda modificação legislativa em que consistiu o Novo CPC (Lei nº 13.105/15, vigente desde março de 2016), alterando procedimentos e impondo ao Judiciário que fizesse disponíveis, para a comunidade forense, meios eletrônicos adequados para os trâmites cíveis, tornou-se fundamental a consolidação do processo eletrônico e sua expansão pelo estado (atividade iniciada a partir da Lei nº 11.419/06).

Os resultados na área de Tecnologia da informação se desdobram na consecução dos três objetivos antes mencionados, apresentados a seguir junto com as principais realizações em 2017.

10.1 APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI

A estrutura tecnológica vem sendo ampliada continuamente, com especial ênfase na ampliação do processo eletrônico, não só como medida de celeridade da prestação jurisdicional e atendimento a requisitos do Novo Código de Processo Civil, como, pode-se antever, pela futura redução dos custos de operação de prédios e de arquivo. Neste viés foram implementadas as seguintes ações:

- Ajustes nas configurações da infraestrutura e melhorias no processo de trabalho de forma a aumentar a segurança de todas as estações de trabalho, cerca de 25.000, e 135 servidores de distribuição.

- Continuidade do projeto “Atualização do parque tecnológico”, com a aquisição de 539 scanners para substituição de equipamentos fora de garantia.
- Aumento do número de instalações da solução de gravação de audiências (KENTA - DRS-Audiências), contemplando mais 41 serventias, totalizando 409 serventias utilizando a solução.
- Disponibilização de infraestrutura para permitir o aumento do número de funcionários em RETD-Regime Especial de Trabalho a Distância, e do trabalho em regime de Home Office com acesso aos sistemas corporativos e portal do Office 365.

Em 2017, a quantidade de estações individuais evoluiu em cerca de 3%, como se pode ver na tabela abaixo.

Figura 56

TECNOLOGIA	FINAL DO BIÊNIO 2013/2014	FINAL DO BIÊNIO 2015/2016	FINAL de 2017
Estações de Trabalho	24245	25792	26572
Unidades jurisdicionais funcionando com processo eletrônico	213	610	611
Virtualização de processos	24,84%	78,47%	92,79%

10.2 APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

- Monitoramento dos ataques mundiais em larga escala ocorridos no ano de 2017, com correção imediata de vulnerabilidades, evitando, assim, a infecção das estações de trabalho do PJERJ.
- Atualização e adequação dos modelos de atos formais de gestão administrativa para compatibilização com o LibreOffice e versões do Microsoft Office 2013 e 2016.
- Implantação do novo Portal Extrajudicial, com melhoria na interface, facilitando o acesso às opções mais utilizadas.

10.3 AMPLIAÇÃO DO ACESSO À TECNOLOGIA

- Acesso a e-mail para todos os serventuários do TJRJ.
- Disponibilização de videoconferência por Skype for Business.

11. Orçamentos e Finanças

11.1 APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ

Política de Austeridade do Poder Judiciário

- Despesa de Pessoal - Limite da Despesa – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, Plano de Incentivo à Aposentadoria-PIA – Redução na Despesa de Pessoal.
- Devolução ao Poder Judiciário- Novo acordo realizado em 2017-Empréstimo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro de R\$ 400 milhões realizado em dezembro de 2014, e demais passivos.
- Necessidade de redução de despesas; contenção de gastos, contingenciamento.
- Redução nos ritmos de novos investimentos. Priorização de despesas para manutenção do Poder Judiciário.
- Remuneração dos Depósitos Judiciais – Fonte de Recursos 230.

11.2 GASTOS COM PESSOAL – RESPONSABILIDADE FISCAL

Em setembro, com vistas à correção dos desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas o governo estadual aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (Lei Estadual nº 7629/2017), o qual, dentre outras medidas, estabelece limites para as despesas obrigatórias, estando submetido o PJERJ no que se refere às despesas de pessoal e encargos sociais, assim como aos auxílios pagos à magistrados e servidores.

Outra medida de reequilíbrio adotada pelo Estado do Rio de Janeiro consistiu, em setembro de 2017, na majoração da alíquota da contribuição previdenciária patronal do patamar de 21% (vinte e um por cento) para 28% (vinte e oito por cento), prevista na Lei Estadual nº 7.606/2017, impactando diretamente nos limites da despesa obrigatória do PJERJ. No entanto, os efeitos decorrentes dessa majoração foram absorvidos pelas vacâncias decorrentes do Programa de Incentivo a Aposentadoria (PIA) implementado em 2017, o que mitigou a repercussão negativa do aumento da despesa e o atingimento dos limites legais fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No ano de 2017, a despesa com pessoal (art. 18 da Lei Complementar 101/2001) apresentou pequena variação, porém, cabe observar que a partir do mês de Set/2017 houve um acréscimo superior a R\$ 9.000.000,00/mês na Contribuição Patronal em função do aumento da alíquota acima mencionada. De forma oposta, observa-se um aumento significativo na RCL acumulada no 3º quadrimestre/2017, o que levou a que esses gastos ficassem abaixo do limite prudencial (5,70%):

Figura 57

Evolução Das Despesas De Pessoal Em Relação À RCL (LRF) - Período 12 Meses			
Período	(A) receita corrente liquidada acumulada - R\$	(B) despesa total de pessoal acumulada - R\$	% de (B) em relação a (A)
3º Quadrimestre 2016	46.228.984.469,00	2.768.464.962,14	5,99 %
1º Quadrimestre 2017	47.619.289.948,00	2.756.718.597,33	5,79 %
2º Quadrimestre 2017	46.854.486.687,00	2.773.025.831,89	5,92 %
3º Quadrimestre 2017	50.194.044.675,00	2.772.097.753,56	5,52 %

*Fonte DECON

** O limite percentual apurado tem como base a despesa total de pessoa ativo, contudo, é expurgado do cálculo a despesa de exercícios anteriores e outros. Assim, o valor é confrontado com a Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro (Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF).

11.2.1 DEVOUÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO - EMPRÉSTIMO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE R\$ 400 MILHÕES (DEZEMBRO/2014) E DEMAIS PASSIVOS

Foi celebrado, na Ação Ordinária nº 2.173, proposta pelo PJERJ em face do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF), instrumento de transação para a devolução dos seguintes valores a este Poder Judiciário: a) empréstimo realizado em 2014, no valor de R\$ 400 milhões; b) devolução do 13º salário/2017- ativos e inativos, atualizados pela UFIR-RJ. A devolução dos valores será efetivada conforme cronograma de desembolso com início em janeiro de 2018 até outubro de 2021.

11.3 GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento autorizado para o exercício de 2017, Lei nº 7.514/2017, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça em consonância com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro previsto para o período de 2016 a 2019 (PPA-2016/2019). Em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Insta salientar que o desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado do Rio de Janeiro culminou no atraso dos repasses mensais das receitas previstas nas Leis Estaduais nº 147/2013 e nº 163/2015, e na instabilidade da Fonte de Recurso 230, responsável pelo atendimento das despesas com auxílios, fato regularizado somente em setembro de 2017 mediante repactuação acordada com o Governo do Estado, na qual também foi prevista a parcela mensal de reembolso dos repasses pretéritos.

Por outro lado, o cumprimento do reembolso mensal referente ao Mandado de Segurança nº 34.483/2016 (STF) atenuou a queda da receita provocada pela mora dos repasses para a fonte 230.

Ainda cabe salientar que, no que concerne à Fonte de Recursos 232 - FETJ, destinada a suprir as despesas de custeio e investimento, a receita efetivamente realizada registrou queda em relação à estimada na LOA. Todavia, em contrapartida, a entrada de recursos mensais provenientes da restituição prevista no Mandado de Segurança nº 34483/2016, complementou a receita arrecadada de forma a atender às despesas fixadas para o presente exercício.

Ainda no que concerne ao panorama da crise e ao atual desequilíbrio das contas públicas estaduais, considerando a ausência de recursos financeiros para honrar com as despesas inerentes ao 13º salário do ano de 2017, foi firmado acordo com o Poder Executivo, submetido ao Supremo Tribunal Federal, por meio do qual este Poder se comprometeu a utilizar recursos financeiros próprios para pagamento integral da folha líquida do 13º de pessoal ativo, inativo e pensionistas do PJERJ, com posterior devolução parcelada por parte do Governo Estadual.

Feitas estas considerações, a execução orçamentária do exercício 2017 fica demonstrada, sinteticamente, nos seguintes quadros, divididos por quatro unidades:

- UO – Unidade Orçamentária – Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fonte 100 (tesouro) e fonte 230 (recursos próprios- provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais):

Figura 58

Unidade Orçamentária - UO 0301 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro						
EXECUÇÃO DA DESPESA Exercício 2017						
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução
100	Despesas com Pessoal	2.908.710.000	2.742.710.000	2.741.894.718	2.741.894.718	99,97 %
	Auxílios	153.090.000	129.090.000	129.046.486	129.046.486	99,97 %
	Total	3.061.800.000	2.871.800.000	2.870.941.204	2.870.941.204	99,97 %

Fonte de Recursos -FR 100 provenientes do Tesouro Estadual

230	Despesas com Pessoal	0	140.000.000	124.120.307	(*) 124.120.307	88,66 %
	Total	0	140.000.000	124.120.307	124.120.307	88,66 %
Total despesa pessoal		3.061.800.000	3.011.800.000	2.995.061.511	2.995.061.511	99,44 %
230	Custeio	655.652.997	680.652.997	674.895.615	(**) 659.698.890	96,92 %
	Total Custeio	655.652.997	680.652.997	674.895.615	659.698.890	96,92 %
TOTAL UO 0301		3.717.452.997	3.692.452.997	3.669.957.126	3.654.760.401	98,98 %

Fonte de Recursos - FR 230 - Recursos próprios - provenientes do contrato depósitos judiciais

Fonte SIAFE-Rio /dez-2017

(*) Valor liquidado proveniente de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para operacionalização do pagamento da folha líquida do 13º salário do pessoal ativo, conforme estabelecido no acordo firmado com o Poder Executivo no Mandado de Segurança 34.483/2016.

(**) Valor liquidado contempla R\$ 90.073.758 (noventa milhões, setenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais), referente ao repasse ao RIOPREVIDÊNCIA para operacionalização do pagamento do pessoal inativo e pensionistas, conforme estabelecido no acordo firmado com o Poder Executivo no Mandado de Segurança 34.483/2016.

- UO – Fundo Especial do Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 232 (custas, taxas judiciais e extrajudiciais, etc.).

Figura 59

UO 0361 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro						
EXECUÇÃO DA DESPESA Exercício 2017						
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução
232	Custeio	706.346.379	783.300.179	781.278.573	692.935.745	88,46 %
	Investimento	171.920.000	95.966.200	91.577.120	90.471.488	94,27 %
	Inversão Financeira	1.000.000	0	0	0	0,00 %
	Total	879.266.379	879.266.379	872.855.693	783.407.233	89,10 %

Fonte SIAFE-RIO / dez-2017

- UO – Fundo Especial da Escola da Magistratura – EMERJ, destinado às despesas com o seu funcionamento – Fonte 230 (recursos próprios):

Figura 60

UO 0362 - Fundo Especial da Escola da Magistratura - EMERJ EXECUÇÃO DA DESPESA Exercício 2017						
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução
230	Custeio	10.096.709	10.096.709	8.676.735	7.561.847	74,89 %
	Investimento	1.500.000	1.500.000	108.111	62.279	4,15 %
	Total	11.596.709	11.596.709	8.784.846	7.624.126	65,74 %

Fonte SIAFE-RIO / dez-2017

- UO – Fundo de Apoio aos Registradores - FUNARPEN, destinado ao ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais (Lei 6.281/2012) - Fonte 232 (recursos próprios):

Figura 61

UO 0363 - Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - FUNARPEN EXECUÇÃO DA DESPESA Exercício 2017						
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução
232	Custeio	51.929.801	51.929.801	47.655.350	42.570.940	81,98 %
	Total	51.929.801	51.929.801	47.655.350	42.570.940	81,98 %

Fonte SIAFE-RIO / dez-2017

11.4 DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (2015 A 2017)

A receita do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ, Fonte de Recursos-FR 232 (custas, taxa judiciária e acréscimo de 20% sobre emolumentos), no ano de 2017, em comparação ao ano de 2016, obteve uma elevação de 28,22%, oriunda em parte dos repasses advindos do Mandado de Segurança 34.483 do STF, conforme já apontado anteriormente.

Figura 62

QUADRO 01 - Ug 036100 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio De Janeiro - FR 232						
Receitas	2015		2016		2017	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	836.609.273,00	736.854.003,48	812.769.045,00	793.539.349,53	879.266.379,00	1.017.487.694,10
Aplicações Financeiras	13.452.366,00	64.932.486,61	--	64.427.678,47	--	40.047.523,24
Capital	--	845.437,32	--	6.817.654,00	--	--
Total	850.061.639,00	802.631.927,41	812.769.045,00	864.784.682,00	879.266.379,00	1.057.535.217,34

Fonte DECON

No que se refere às receitas do Tribunal - Fonte de Recursos FR 230 (recursos oriundos da remuneração dos depósitos judiciais), no ano de 2016 a receita caiu 18,8%, resultado da redução drástica da taxa de juros ocorrida ao longo do ano. Contudo, com a regularização dos repasses previstos na Lei Complementar Estadual nº 163/2015 e o pagamento, a partir de setembro de 2017, de valores pretéritos, houve compensação das receitas da fonte, que a deixaram em aparente normalidade. No exercício de 2017, as receitas da FR 230 foram superiores em 89,7% em comparação ao ano de 2016.

Tal variação é explicada pelo fato do Governo do Estado, no ano de 2016, devido à crise fiscal, ter suspenso o repasse da remuneração sobre os depósitos judiciais que levantou com base na Lei Complementar Estadual nº 163/2015.

Figura 63

QUADRO 02 - Ug 030100 - Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro - FR 230						
Receitas	2015		2016		2017	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	619.396.627,00	585.378.984,18	665.492.892,00	475.364.343,92	655.652.997,00	902.037.322,42
Aplicações Financeiras	46.701.681,00	63.367.849,87	--	81.934.560,52	--	43.942.529,26
Capital	--	--	--	--	--	--
Total	666.098.308,00	648.746.834,05	665.492.892,00	557.298.904,44	655.652.997,00	945.979.851,68

Fonte DECON

11.5 DAS DESPESAS A CARGO DO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - FETJ (FONTE 232)

As despesas efetuadas com os recursos do FETJ – fonte 232 – FETJ, de custeio e investimentos, no ano de 2017, no total de R\$ 783.407.232,65, foram inferiores aos gastos realizados no ano de 2016. Podemos inferir que a implementação da análise de economicidade prévia às contratações, bem como as ações de gestão dos contratos do PJERJ, apresentaram resultado positivo em um cenário de contenção de despesas. Cabe citar que, no ano de 2016, foi repassado o valor de R\$178.776.016,43 (13º salário inativos – 2016 – Mandado de Segurança nº 34.883-RJ-STF).

Figura 64

QUADRO 03 - Ug 036100 - Fundo Especial Do Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro - FR 232				
Despesa Liquidada	2014	2015	2016*	2017
Pessoal / Encargos	--	--	--	--
Correntes	758.912.113,06	646.506.787,19	855.451.355,65	692.935.744,57
Capital	16.496.672,02	92.724.724,22	72.765.123,59	90.471.488,08
Total	775.408.785,08	739.231.511,41	928.216.479,24	783.407.232,65

Fonte : DECON - Atualizada até Dezembro-2017

* Nas Despesas Correntes de 2016: Inclusão (Mandado de Segurança Nº 34883-RJ -STF), do 13º salário inativos: R\$178.776.016,43

11.6 DESPESAS A CARGO DA FONTE DE RECURSOS 230 (RECURSOS PRÓPRIOS)

As despesas referentes aos auxílios de magistrados e servidores (Auxílios: saúde, alimentação, educação etc.), tem como principal fonte de recursos a proveniente do contrato Depósitos Judiciais. Não obstante a despesa liquidada no ano de 2017 tenha sido inferior a correspondente do ano de 2016, deve-se ressaltar que a despesa de 2016 está impactada pelo pagamento do salário dos servidores ativos de novembro de 2016 e pelo pagamento do 13º salário de ativos e inativos em 2016, o que só ocorreu em parte no ano de 2017, quando esse Tribunal custeou apenas o 13º salário dos ativos e inativos. Deste modo, expurgadas as despesas fora da normalidade, o aumento do gasto efetivo em benefícios, frente ao ano de 2016, foi de 5,07%, demonstrando assim, o controle e monitoramento da mencionada despesa, com fundamento no grave quadro fiscal.

Figura 65

QUADRO 04 - Ug 030100 - Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro - Fonte 230			
Despesa Liquidada	2015	2016	2017
Pessoal / Encargos*	--	281.033.301,95	124.120.306,98
Correntes	472.323.250,04	542.161.364,28	659.698.890,05
Capital	6.029.182,39	--	--
Total	478.352.432,43	823.194.666,23	783.819.197,03

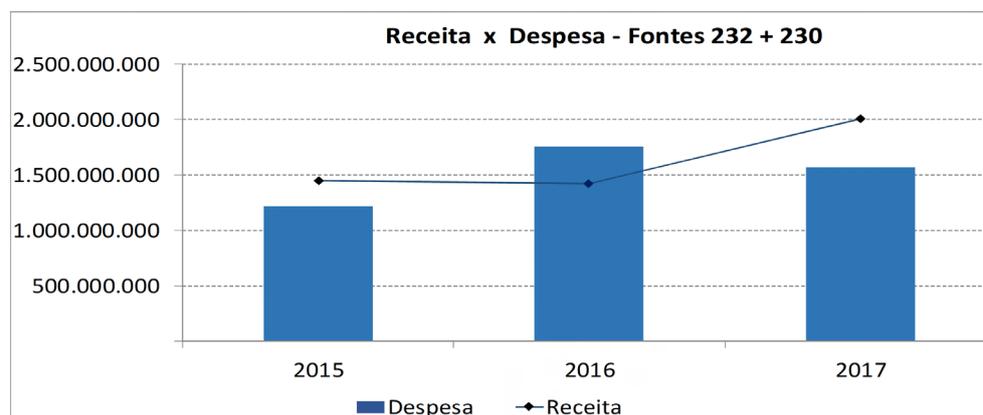
*MS 34.483-2016(STF)- Pagamento salário Serv Ativos-Nov2016 e 13º Salário 2016 -Ano 2016 e pagamento do 13º salário 2017- Servidores ativos e inativos em 2017

O Comparativo dos gastos com recursos das Fontes 232 e 230, com base nos quadros 01 a 04, apresenta, no ano de 2016, despesa superior a receita, em função do pagamento do 13º salário e do salário de novembro de 2016 dos servidores ativos e inativos com recursos do Poder Judiciário. Em 2017, também houve, na fonte 230, o pagamento do 13º salário dos servidores ativos e inativos, no valor de R\$ 214 milhões. Em contrapartida, no ano de 2017, o Poder Executivo a partir de setembro /2017, reiniciou os repasses dos Depósitos Judiciais (Lei Complementar Estadual nº 147/2013 e nº 163/2015), bem como do reembolso dos valores relativos a antecipação pelo PJERJ dos recursos para pagamento do 13º salário e do salário de novembro de 2016, o que implicou no bom resultado da receita de 2017:

Figura 66

COMPARATIVO: Fontes 232 e 230	2015	2016	2017
Receita	1.451.379	1.422.084	2.003.515
Despesa	1.217.584	1.751.411	1.567.226

Figura 67



11.7 DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

No ano de 2016, os saldos de aplicações financeiras das Fontes 230 e 232 foram utilizados para pagamento de despesas de pessoal (Mandado de Segurança nº 34.483/RJ), e que foram restituídas no exercício de 2017. Com base nos dados fornecidos até dezembro de 2017, temos um quadro de disponibilidade financeira superior ao ano de 2016, tendo em vista a recomposição do saldo financeiro de 2016 no exercício financeiro de 2017.

11.8 OUTRAS INICIATIVAS RELEVANTES

Em agosto de 2017 o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a folha de Pagamento dos servidores, a exclusividade na arrecadação dos tributos e taxas estaduais, bem como o pagamento de fornecedores para o período de 60 meses, contados a partir de 01/01/2018.

Por consequência, o PJERJ instaurou o seu procedimento licitatório- Pregão Presencial, como a coordenação desta DGPCF e com a participação da DGPES e das unidades DECAN e DELFA da DGLOG, objetivando a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários (folha de pagamento de servidores e magistrados, arrecadação e pagamento de fornecedores). O Banco Bradesco foi a instituição vencedora, com o lance no valor total de R\$ 94.900.000,00, divididos em cinco parcelas anuais, sendo a primeira recebida em 2017, no valor de R\$18.980.000,00. As demais parcelas serão pagas nos anos subsequentes, de 2018 até 2021, distribuindo assim os recursos para os próximos gestores deste Poder.

Em novembro de 2017, foi determinado pela Administração Superior (processo nº 2013- 223931), a transferência dos depósitos judiciais hoje acautelados no Banco Itaú para o Banco do Brasil, o que assegurava taxa de remuneração pela administração dos mesmos mais elevada para este Tribunal de Justiça.

Durante o ano de 2017, o Tribunal intensificou o envio de seus débitos a protesto extrajudicial, prática iniciada em 2016, representando um aumento de 100% da arrecadação dos valores recebidos através da realização da cobrança administrativa. Conforme apurado no 1º semestre, o Tribunal vem conseguindo recuperar 32% dos valores cobrados no âmbito administrativo.

Figura 68

Valores recebidos através da realização da Cobrança Administrativa			
Ano	SECAE EXTRAJUDICIAL	SECOB JUDICIAL	TOTAL
2011	R\$ 852.890,40	R\$ 2.588.436,04	R\$ 3.441.326,44
2012	R\$ 989.427,40	R\$ 2.738.955,45	R\$ 3.728.382,85
2013	R\$ 812.099,37	R\$ 2.782.659,84	R\$ 3.594.759,21
2014	R\$ 1.103.061,22	R\$ 3.483.278,06	R\$ 4.586.339,28
2015	R\$ 1.204.094,12	R\$ 5.962.448,43	R\$ 7.166.542,55
2016	R\$ 1.324.334,10	R\$ 12.503.744,98	R\$ 13.828.079,08
2017	R\$ 1.447.608,95	R\$ 13.525.573,82	R\$ 14.973.182,77
Total	R\$ 7.733.515,56	R\$ 43.585.096,62	R\$ 51.318.612,18

Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza uma guia compartilhada com 50 Municípios deste Estado, possibilitando uma significativa recuperação de receitas para o FETJ.

Figura 69

Receitas Recuperadas Provenientes da Execução Fiscal						
Ano	2017	2016	2015	2014	2013	Total
Total	37.818.291,59	31.088.391,27	45.201.670,66	27.807.803,33	18.648.295,46	160.564.452,31

*Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com o PJERJ.

11.9 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL E OUTROS RESULTADOS

O projeto estratégico da DGPCF tem como norte a integração das ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil. Após o devido mapeamento dos processos de trabalho e demais fases inerentes ao projeto estratégico houve a percepção clara de que para Aprimorar a Governança Financeira e Orçamentária do PJERJ, seria necessária a aquisição de sistema de informática específico para atender as rotinas financeiras e contábeis. Em junho de 2017 foi autuado o processo administrativo para a licitação do sistema, tendo como unidade interveniente a DGTEC. A DGLOG também participa na realização da referida licitação. O projeto encontra-se na fase de depuração final do documento de referência- TR.

No mês de novembro, a DGPCF foi auditada (NBR ISO 9001), na qualidade de Unidade de Apoio às unidades certificadas do PJERJ. Foram auditados os processos de trabalho da Assessoria de Planejamento e Orçamento-ASPLO. O mencionado relatório foi concluído de forma exitosa, em razão do bom trabalho da unidade, em especial ao controle interno executado, bem como a consequente minimização dos riscos.

A administração do biênio 2017/2018 empenhou-se, ao longo do ano de 2017, em recuperar as disponibilidades de caixa do Poder Judiciário, que foram comprometidas com um empréstimo de R\$ 400 milhões de reais, realizado em 2014 ao governo do Estado; com o pagamento do salário de novembro de 2016 e do 13º do mesmo ano com recursos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, com a cessão dos repasses, no ano de 2016, com a remuneração dos depósitos judiciais, levantados por força da Lei Complementar Estadual nº 163/2015 por parte do Estado.

Tal recuperação de disponibilidades se fazia especialmente relevante neste momento de crise fiscal do Estado e de redução do patamar da taxa SELIC, com reflexo significativo nas receitas da fonte e recursos 230.

Para tanto, a Presidência do TJRJ enviou diversas tratativas com o Governo do Estado que resultaram, a partir de setembro de 2017, na retomada do pagamento da remuneração dos depósitos judiciais por parte do Poder Executivo, inclusive com cronograma de restituição de valores em atraso, bem como na celebração de acordo perante o STF para devolução do empréstimo de 400 milhões realizado em 2014.

Outrossim, a Presidência, esteve atenta a regular devolução dos valores utilizados para pagamento do salário de novembro de 2016 e do 13º salário daquele mesmo ano.

Tais medidas, em conjunto com medidas de austeridade e contenção de despesas, lograram recompôr o saldo financeiro do FETJ, que encerrou o ano com disponibilidades de R\$ 931.205.378,60.

Figura 70

Disponibilidades Financeiras				
	2016	2017	2016	2017
Caixa e Equiv.	36.998,98	180.968,17	2 82.431,97	581,36
Aplicação Financeira	338.726.158,00	521.746.672,44	2 58.509.418,01	409.176.774,09
Caixa e Equiv. - Intra	143.256,28	100.382,54	--	--
Total	338.906.413,26	522.028.023,15	2 58.791.849,98	409.177.355,45
TOTAL ANUAL FONTE: 232 + 230	ANO	2016	2017	
	R\$	597.698.263,24	931.205.378,60	

Fonte: DECON/DGPCF

12. Estrutura Predial, Logística e de Segurança

A infraestrutura material para a prestação de serviços à população é provida pela atuação conjunta de diversos setores administrativos do Tribunal, especializados no fornecimento de materiais e serviços, obras e segurança.

A Diretoria-Geral de Logística (DGLOG), que tem como missão prover e gerenciar de forma integrada, eficiente e eficaz, os recursos de logística para que as unidades organizacionais do PJERJ realizem a prestação jurisdicional tem, por meio da Resolução nº 1/2017 readequado sua estrutura, passando a ser composta de: Gabinete (DGLOG/GBLOG), Assessoria Técnica (DGLOG/ASLOG), Assessoria Jurídica (DGLOG/ASJUR), Órgãos Julgadores de Licitação (DGLOG/OJULI) e mais 6 (seis) Departamentos: Departamento de Contratos e Atos Negociais (DECAN), Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes (DELFA), Departamento de Infraestrutura Operacional (DEIOP), Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), Departamento de Transportes (DETRA) e Departamento de Engenharia (DEENG).

Ressalte-se que o Serviço de Programação e Produção Gráfica deixou de ser subordinado à DGLOG, passando a integrar a estrutura da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM) e, com o advento da extinção da Diretoria-Geral de Engenharia (DGENG), o Departamento de Engenharia (DEENG) também foi incorporado à estrutura da DGLOG, passando suas Divisões e respectivos Serviços a compor o organograma da DGLOG.

O tema continuou sendo de especial atenção pela Administração atual – haja vista o grande investimento feito na obra de readequação do Fórum Central da Capital, além das medidas em segurança e logística – e compreendeu metas e projetos estratégicos nas três áreas pertinentes.

O tema é tratado, igualmente, pela dimensão da sustentabilidade, que, no Tribunal, cumprindo o disposto na Resolução CNJ nº 201/2015, foi organizada e planificada no Plano de Logística Sustentável (PLS). Os objetivos do PLS, formulados no âmbito da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), foram desenvolvidos, em grande parte, pelas áreas de engenharia e logística do Tribunal.

Apresentam-se, inicialmente, os projetos e respectivos resultados e também as demais iniciativas referentes à infraestrutura predial, logística e de segurança.

12.1 INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A começar pela obra de readequação do Fórum Central, principal projeto na área de infraestrutura, cuja execução se iniciou em 2014, a Administração continuou investindo no oferecimento de instalações físicas adequadas às unidades jurisdicionais, especialmente de 1º grau, e aos órgãos administrativos.

Seguem os projetos pertinentes à infraestrutura predial e os respectivos resultados.

12.1.1 PLANO DE OBRAS

Projeto que envolve as seguintes obras:

- Readequação do Complexo Judiciário Do Fórum Central;
- Complementação da Construção do Foro da Comarca de Angra Dos Reis;
- Compra de unidades resfriadoras de água com condensação a ar (chiller), com prestação de serviço de instalação, para o prédio do Fórum Regional da Barra da Tijuca;
- Compra de unidades resfriadoras de líquido com prestação de serviço de instalação, para o prédio do Fórum da Comarca de Belford Roxo;
- Compra de unidades resfriadoras de água com condensação a ar (chiller), com prestação de serviço de instalação, para o prédio do Fórum da Comarca de Duque de Caxias;
- Compra de uma unidade resfriadora de água com prestação de serviço de instalação para o prédio do Fórum da Comarca de Macaé;
- Complementação de obra do Fórum da Comarca de Arraial do Cabo;
- Complementação de obra do Fórum da Comarca de Iguaba Grande;
- Reforma e substituição das esquadrias do prédio das secretarias da Comarca de Niterói;

12.1.2 READEQUAÇÃO DO FÓRUM CENTRAL

Ressalte-se, ainda, a ampla reforma e readequação do Fórum Central da Comarca da Capital, com continuidade no ano de 2017, que tem como objetivo conferir às unidades organizacionais instalações renovadas e adequadas, observando parâmetros de acessibilidade e sustentabilidade, possibilitando aos magistrados e aos servidores o desempenho de suas atividades com maior conforto e segurança.

A obra atingiu 59,96% de execução até novembro/2017 e encontra-se na execução da segunda fase da obra.

Foi entregue, em setembro de 2017, a complementação dos serviços referentes à primeira fase:

- 7 Varas Cíveis (13^a, 14^a, 15^a, 16^a, 46^a, 47^a e 48^aVC);
- Central de Mandados das Varas Cíveis;
- DIPRO (Protocolo da 2^a Instância);
- DGTEC-DEINF e DIBDA.



13^a Vara Cível

O início da segunda fase ocorreu em março de 2017, após a mudança das serventias localizadas no 2º e 3º pavimento da Lâmina I para o prédio anexo da Cidade Nova.

- Novas salas técnicas para os novos sistemas de ar condicionado, lógica, elétrica, telefonia, automação, válvula de governo e alarme;
- Reforma dos Halls de Elevadores dos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos da Lâmina I;

- Reforma da rampa e escada da Lâmina I;
- Reforma da circulação pública na Lâmina II (circulações 2º e 3º pavimentos), incluindo o trecho de acesso ao Beco da Música no 2º pavimento;
- Novas instalações para a Vara de Execuções Penais;
- Novas instalações para doze Varas de Família (1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 15ª e 18ªVF) e serviços de apoio (Central de Mandados, ETIC-Serviço Social, ETICPsicologia);
- Novas instalações para nove Varas Cíveis (21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ªVC);
- Novas instalações para quatorze Varas de Fazenda Pública (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ªVFP) e serviços de apoio (Central de Mandados, Núcleo de Assessoria Técnica);
- Novas instalações para Vara de Registros Públicos;
- Criação de oito salas para expansões (cinco com dimensão para comportar serventias);
- Criação de diversas pequenas salas para fins variados (Sala de Reunião, Depósito, DML);
- Novas instalações para Central de Cálculos Judiciais;
- Novas instalações para Espaço Ecumênico.



Novas instalações para Varas de Famílias



Novas instalações para a Vara de Execuções Penais

12.1.3 COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE ANGRA DOS REIS

A obra atingiu 88,10% de execução até novembro/2017 e encontra-se em fase de conclusão dos serviços de pavimentação externa, acabamento em alumínio composto (ACM), acabamento em granito dos elevadores sociais, instalação de divisórias, pintura, subestação, testes, limpeza da obra e demais serviços.



Fachada (ACM)

12.1.4 COMPRA DE UNIDADES RESFRIADORAS DE ÁGUA COM CONDENSAÇÃO A AR (CHILLER), COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO

As obras dos fóruns da Regional da Barra da Tijuca, da Comarca de Duque de Caxias e da Comarca de Macaé foram concluídas em junho/2017 com a instalação de novas unidades resfriadoras de água (chiller) que se encontram em pleno funcionamento. Os equipamentos substituídos estavam no fim de sua vida útil, com perda significativa de rendimento e confiabilidade.



Chiller novo (Comarca de Macaé)

12.1.5 FÓRUM DA COMARCA DE BELFORD ROXO

A obra de instalação de novos chillers atingiu 95,50% de execução até novembro/2017. Os equipamentos foram entregues, tendo sido realizados os içamentos, o start up e os testes operacionais de duas unidades, faltando somente à contratada enviar os relatórios dos testes operacionais realizados em conjunto com TJ para conclusão dos serviços.



Instalação do Chiller

12.1.6 COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA DO FÓRUM DA COMARCA DE ARRAIAL DO CABO

A obra atingiu 5,87% de execução até novembro/2017, tendo sido realizados os serviços de complementação de muros de fechamento, plaqueado da cobertura, fundações em estaca raiz para acesso da carceragem e complemento da guarita, revisão da subestação, transformador e quadros elétricos, infraestrutura para instalações especiais.



Levantamento do muro de divisa do Fórum. Levantamento da ampliação da carceragem.



Revisão dos quadros elétricos. Complementação do Plaqueamento (cobertura 1). Proteção do Piso.

12.1.7 COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA DO FÓRUM DA COMARCA DE IGUABA GRANDE

A obra atingiu 10,41% de execução até novembro/2017, tendo sido realizados os serviços de impermeabilização da cobertura, elevação do telhado com revisão e substituição de telhas, fundações em estaca raiz para muros de fechamento e acesso à carceragem, revisão da subestação, transformador e quadros elétricos, revisão com substituição das eletrocalhas e tubulações sob o piso elevado, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), instalação de águas pluviais na área externa.



Delimitação da área do polo de manutenção. Instalação do gradil (entrada principal).



Revisão dos telhados da cobertura 1. Proteção em gesso do piso do Fórum.

12.1.8 OBRAS CONCLUÍDAS

Adequação do condicionamento de ar do Fórum da Comarca de São Gonçalo.

Valor Contratado: R\$ 2.665.354,56.

- Obra concluída em fevereiro/17



Splitões.



Climatização das circulações.



Construção de 05 casas de máquina de ar condicionado nas coberturas.

12.1.9 COMPRA DE 02 (DUAS) UNIDADES RESFRIADORAS DE LÍQUIDO DE ABSORÇÃO (CHILLER), COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, PARA O PRÉDIO DO FÓRUM REGIONAL DE JACAREPAGUÁ DA COMARCA DA CAPITAL

Valor Contratado: R\$ 2.069.890,00

- Obra concluída em 16/05/17



Chiller novo no local

12.1.10 OBRAS EM ANDAMENTO

Prédio das Secretarias da Comarca de Niterói.

- Valor Contratado (janeiro/17-julho/17): R\$ 113.440,00
- Valor Contratado (julho/17-janeiro/18): R\$ 63.572,00

Contratação emergencial, pela necessidade da proteção contra quedas das esquadrias, tendo em vista as más condições das janelas de madeira que durante longo tempo foram submetidas a intempéries e ataques de animais xilófagos, causando danos, ocasionando o desprendimento de parte do parapeito. O procedimento objetiva resguardar a integridade física dos usuários e transeuntes que circulam ao longo do Prédio das Secretarias da Comarca de Niterói do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Prestação de serviços de locação de conjunto de bandeja salva-vidas e tela de proteção contra desprendimento das janelas de madeira, incluindo montagem e desmontagem, frete e todos os serviços necessários ao cumprimento do objeto, conforme os moldes das especificações técnicas.

Periodicamente procede-se a vistoria e manutenção preventiva e corretiva do sistema de proteção das fachadas, composta por verificação das presilhas e fixações, correção da tensão das telas, verificação e correção dos cabos de aço quando necessário, assim como a verificação e correção de danos ao conjunto de bandejas salva-vidas causados pela deformação da madeira sob a ação do tempo.



Fachada com tela de proteção.



Bandeja de proteção.

Está sendo efetuada a substituição de esquadrias de metal do Prédio das Secretarias da Comarca de Niterói, nos termos da Licitação nº 015/2017 já encerrada nos autos do processo administrativo nº 2016/185507. Foi assinado o contrato nº 003/0202/2018, e o início da execução dos serviços contratados aguarda a emissão do memorando de início da obra.

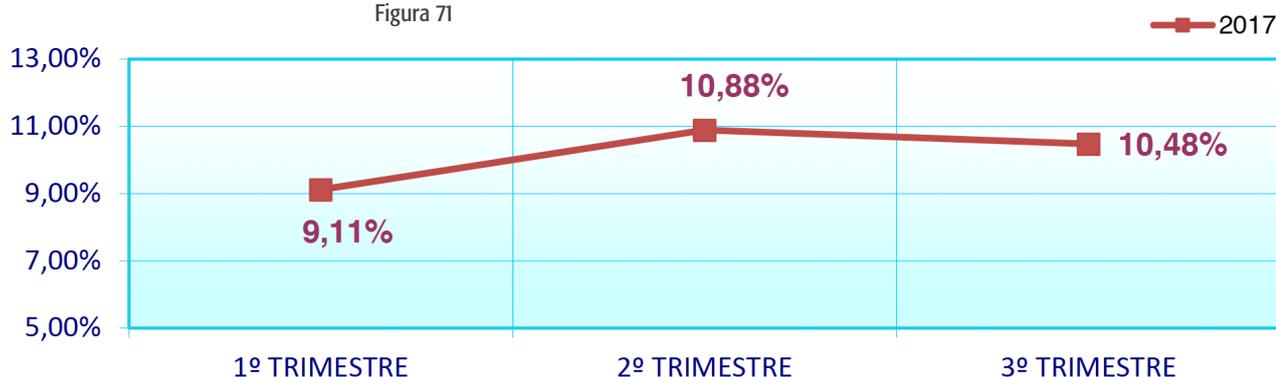
O início da obra em tela está condicionado à conclusão pela DIMAN das adequações necessárias para transferência de parte das serventias. Como ainda não há memorando de início, não é possível determinar a data de conclusão dos serviços. O prazo para execução de tal obra é de 450 dias.

12.1.10.1 VARIAÇÃO DE CUSTO LICITADO NAS OBRAS DO PJERJ

O gráfico demonstra em percentuais a diferença entre o valor inicial do contrato da licitação e o valor atualizado após alterações contratuais que ocasionem acréscimo ou supressão ao contrato inicial. O indicador se desdobra em Construção/Compra e Reforma/Readequação.

Construção/Compra

Figura 71



O índice está inferior aos limites previstos no art. 65, I, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Reforma /Readequação

Figura 72



O índice está inferior aos limites previstos no art. 65, I, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Dentre as medidas adotadas, podemos listar: a) suspensão de alteração de layout; b) suspensão dos reajustes automáticos; c) renovação dos contratos pelo piso salarial; d) readequação dos critérios dos custeios para limpeza; e) redução de contratos; f) mudança das contratações de serviços eletromecânicos e de ar condicionado e etc.

12.1.11 SEGURANÇA

Vale destacar que, no ano de 2017, foi implementado o controle de acesso na 2ª Vara da Infância e Juventude, localizada no bairro da Gamboa, Capital (vide fotos abaixo). O PJERJ passou a contar com 67 edificações com o controle de acesso implementado. Equivale a 57,74% das Comarcas e Regionais com o controle de acesso implementado.

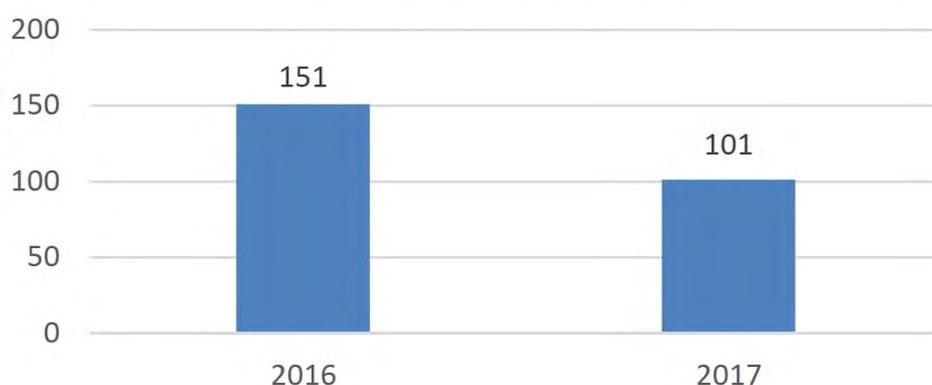
12.2 LICITAÇÕES CONCLUÍDAS

A necessidade de racionalização das despesas, que estavam perigosamente se aproximando da receita, exigiram que a administração, no ano de 2017, fosse mais seletiva nas compras e contratações.

Os gráficos abaixo apresentam uma diminuição no número de licitações concluídas e de termos publicados em 2017, reflexo da necessidade de contenção de despesas no PJERJ, em decorrência da atual crise financeira no Estado.

Figura 73

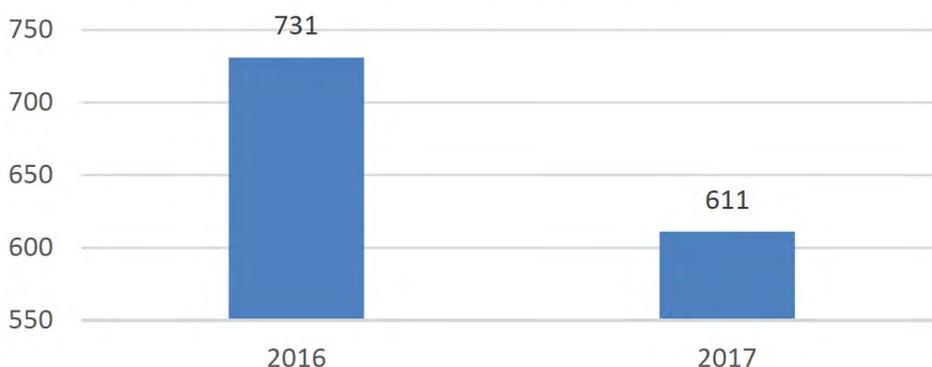
Licitações concluídas



Redução percentual de 33,15%.

Figura 74

Termos publicados



Redução percentual de 16,41%.

As licitações realizadas apresentaram ainda, diferença favorável ao Tribunal entre o preço estimado e o obtido, a demonstrar a economicidade das contratações.

Seguem abaixo quadros demonstrativos da economia realizada nas contratações.

Figura 75

compra		
estimado	obtido	economia
R\$ 61.439.081,86	R\$ 37.341.322,42	39,22 %

Figura 76

serviço		
estimado	obtido	economia
R\$ 160.377.387,77	R\$ 134.064.811,42	16,41 %

Figura 77

obra		
estimado	obtido	economia
R\$ 13.291.736,63	R\$ 12.240.573,71	7,91 %

Figura 78

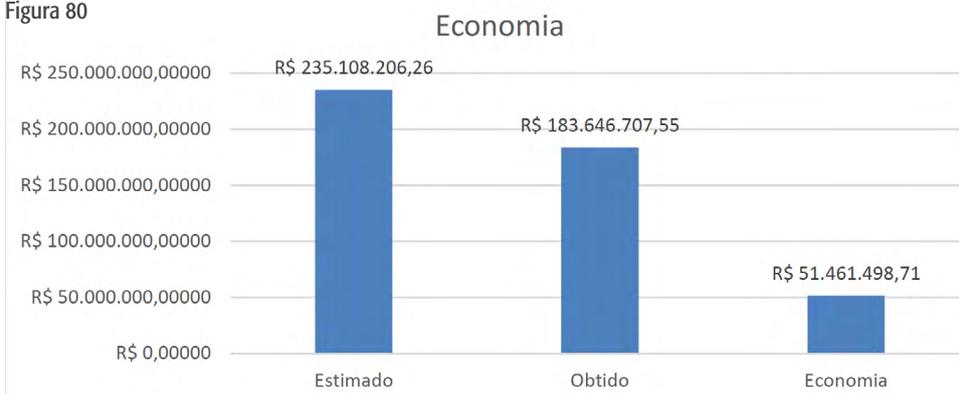
geral		
estimado	obtido	economicidade
R\$ 235.108.206,26	R\$ 183.646.707,55	21,8 9%

INDICADOR DE TOTALIZAÇÃO (TODAS AS LICITAÇÕES)

Figura 79



Figura 80



O indicador da tabela abaixo apresenta a vantajosidade referente às licitações que geram receitas (permissões de uso e a licitação para contratação de Instituição Bancária).

Figura 81

receitas		
estimado	obtido	vantajosidade
R\$ 94.881.182,29	R\$ 94.907.515,00	0,03%

12.3 APRIMORAMENTO LOGÍSTICO DO TJRJ

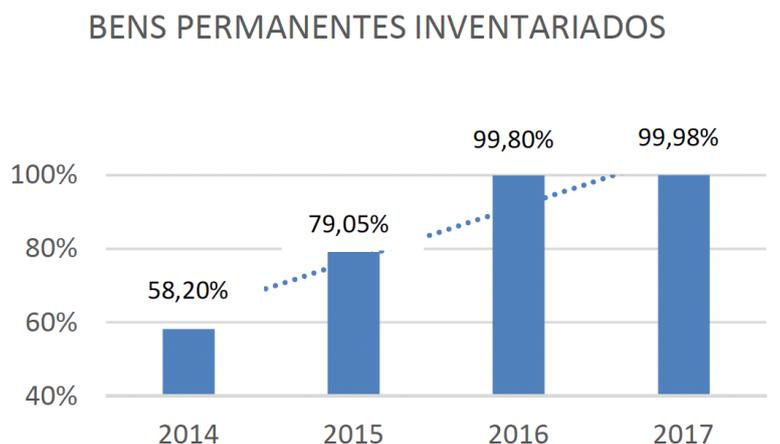
Em relação à logística, o TJRJ estabeleceu ações baseadas nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. As medidas buscaram desenhar um novo cenário de gestão pública e otimizar os custos operacionais, de forma a prover recursos adequados aos usuários ao menor custo possível, observando assim a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

12.3.1 ÍNDICE DE BENS PERMANENTES INVENTARIADOS NAS UNIDADES PATRIMONIAIS

Esse indicador confirma a realidade física dos bens permanentes nas UO do TJRJ. Em 2016 foram inventariados 99,80% dos bens permanentes das unidades patrimoniais (o percentual atingido em 2015 foi de 79,05% e, em 2014, de 58,20%), o que demonstra um controle efetivo dos bens do Poder Judiciário.

O indicador referente ao inventário/2017 apresentou clara evolução quando em comparação ao percentual dos anos anteriores, demonstrando um resultado superior em 4,98% em relação à meta de 95%. Tal evolução é comprovada quando se constata que apenas 80 bens patrimoniados no TJRJ deixaram de ser inventariados nesse período (período de lançamento do inventário/2017), em um universo de 420.122 itens.

Figura 82



12.3.2 COMPRAS COMPARTILHADAS

O TJRJ e o Ministério Público estadual assinaram no dia 12/12/2017, durante a realização do evento “Balço Sustentável 2017”, convênio para a realização de compras compartilhadas quando forem identificadas necessidades em comum. Assim, os procedimentos licitatórios passarão a ser realizados em conjunto, preferencialmente por pregão eletrônico. O objetivo da parceria é obter melhores preços e condições dos interessados em participar da licitação, além de torná-la mais atrativa.

O presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, valorizou a questão da sustentabilidade. “A terra bem cuidada, preservada, vai impactar na qualidade de vida futura da humanidade”, afirmou na ocasião. Ele destacou que produtos mais sustentáveis podem ter um custo inicial maior, mas há resultados mais eficientes e maior economicidade a longo prazo.

O procurador-geral da Justiça do Estado, José Eduardo Gussem, ressaltou que se tratava de mais uma parceria entre o TJ e o MP, fortalecendo ainda mais os laços entre as instituições. “Vivemos um momento diferente, de atuação ainda mais cuidadosa, responsável e econômica”, disse. “Com a atuação integrada, temos respostas mais efetivas, céleres e econômicas em prol da sociedade”, afirmou.



O presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, e o procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, assinam convênio para compra compartilhada

12.3.3 TELEMETRIA

Na área de transporte, vale destacar a utilização do sistema de telemetria, que viabiliza o recebimento de informações importantes para o aprimoramento da gestão da frota de serviço do TJRJ.

No contrato firmado com a empresa Ticket Log, cujo objeto é o credenciamento de postos de fornecimento de combustíveis e de oficinas especializadas em manutenção veicular e no fornecimento de peças e acessórios, foi prevista a instalação de 250 equipamentos de telemetria.

Considerando que a frota do TJRJ é composta por pouco mais de 700 (setecentos) veículos, adotou-se como critério de definição dos veículos nos quais os respectivos equipamentos seriam instalados, aqueles sobre os quais havia maior fragilidade na fiscalização, quais sejam, os veículos cedidos aos Fóruns Regionais e às Comarcas do Interior. Outra parcela dos equipamentos foi instalada nos veículos destinados aos atendimentos às solicitações de transportes, utilizados pelo DETRA/DIATE/SESOT, tendo em vista o grande número de atendimentos registrados a esse título e de usuários contemplados.

O equipamento permite a coleta eletrônica de informações relativas ao uso do veículo oficial e propicia ao Departamento a fiscalização de ocorrências como excesso de velocidade, uso em horários indevidos, trajeto, aceleração brusca, dentre outros.

A partir de sua utilização espera-se alcançar uma redução no consumo médio de combustível dos veículos monitorados, bem como uma redução de sinistros e de infrações de trânsito, além do aumento da capacidade de fiscalização do contrato de prestação de serviço de condução de veículos por parte do TJRJ.

Na área de infraestrutura predial, a DGLOG vem participando ativamente do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em setembro de 2015, através do Grupo de Trabalho responsável pelo Eixo Temático II – Gestão Adequada de Resíduos. Como frutos deste trabalho, em maio de 2017, teve início a coleta seletiva de recicláveis nos prédios que compõem o Complexo do Foro Central da Capital e nos do 12º (Leopoldina-Zona Norte) e 13º (Barra- Zona Oeste) Núcleos Regionais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Nos seis primeiros meses de coleta (maio a outubro), 53,3 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo assim para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que o lixo coletado abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgem.

Os resíduos recicláveis são destinados as Cooperativas de Catadores que formalizaram termo de compromisso com o PJERJ, realizando a inclusão socioeconômica de catadores. Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o PJERJ propicia condições de trabalho adequadas, renda digna por seu trabalho e tem-se um exemplo de desenvolvimento sustentável, equilibrando-se as questões econômicas, com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Alinhado à coleta seletiva foi elaborado manual para orientação das direções de fórum e encarregados das empresas de limpeza contendo os procedimentos para a operacionalização da coleta seletiva.

12.3.4 CORREIOS

Neste ano de 2017, outra iniciativa que merece destaque, foi a redução de custos referentes às postagens de correspondências na modalidade postal das comunicações administrativas e judiciais do Poder Judiciário. Conforme demonstrado na planilha abaixo, referente ao período de novembro de 2016 a outubro de 2017, em razão de reiterada orientação aos usuários sobre a importância da utilização das correspondências postadas em âmbito municipal, da modalidade de remessa local com comprovante de entrega, em substituição a modalidade registrada com aviso de recebimento, obteve-se a redução de custo, o que resultou na economia de R\$2.377.884,00 (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), com a utilização desta outra modalidade de postagem.

Figura 83

correspondências postadas	
Tarifas com vigência a partir de junho 2016	
Modalidade	Custo
Remessa local com comprovante de entrega	R\$ 5,82
Registrada com aviso de recebimento	R\$ 10,30

*Período: de novembro 2016 a outubro 2017.

Figura 84

correspondências postadas	
Tarifas com vigência a partir de outubro 2017	
Modalidade	Custo
Remessa local com comprovante de entrega	R\$ 7,01
Registrada com aviso de recebimento	R\$ 11,85

*Período: de novembro 2016 a outubro 2017.

Figura 85

quantitativo de correspondências postadas			
mês/ano	registrada com ar	remessa local	economia*
nov/2016	49.248	44.340	R\$ 154.303,20
dez/2016	31.364	36.800	R\$ 128.064,00
jan/2017	51.370	45.237	R\$ 157.424,76
fev/2017	66.692	75.922	R\$ 264.208,56
mar/2017	86.539	66.057	R\$ 229.878,36
abr/2017	71.335	51.100	R\$ 177.828,00
mai/2017	93.198	66.163	R\$ 230.247,24
jun/2017	79.218	64.200	R\$ 223.416,00
jul/2017	87.744	72.483	R\$ 252.240,84
ago/2017	88.179	61.045	R\$ 212.436,60
set/2017	73.311	47.854	R\$ 166.531,92
out/2017	77.426	52.099	R\$ 181.304,52
			R\$ 2.377.884,00

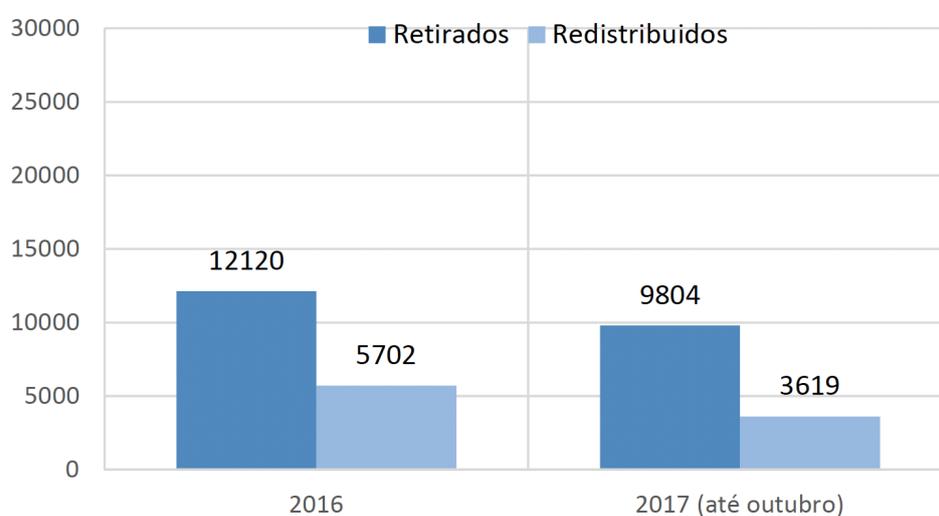
*Economia devido à postagem de Remessa Local em substituição à Carta Registrada com AR.

12.3.5 REUTILIZAÇÃO DE BENS PERMANENTES

Os bens em bom estado de conservação, retirados das UO, são reformados e redistribuídos para outras unidades, ressaltando que a adoção de tal medida significa economia de recursos, eis que novos itens deixaram de ser adquiridos. Em 2016, registrou-se a redistribuição de 46,17% de mobiliário e, em 2017, até o mês de outubro, de 37,00%, retrata a racionalização de recursos e o atendimento à sustentabilidade.

COMPARATIVO DE BENS REDISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO (2016/2017)

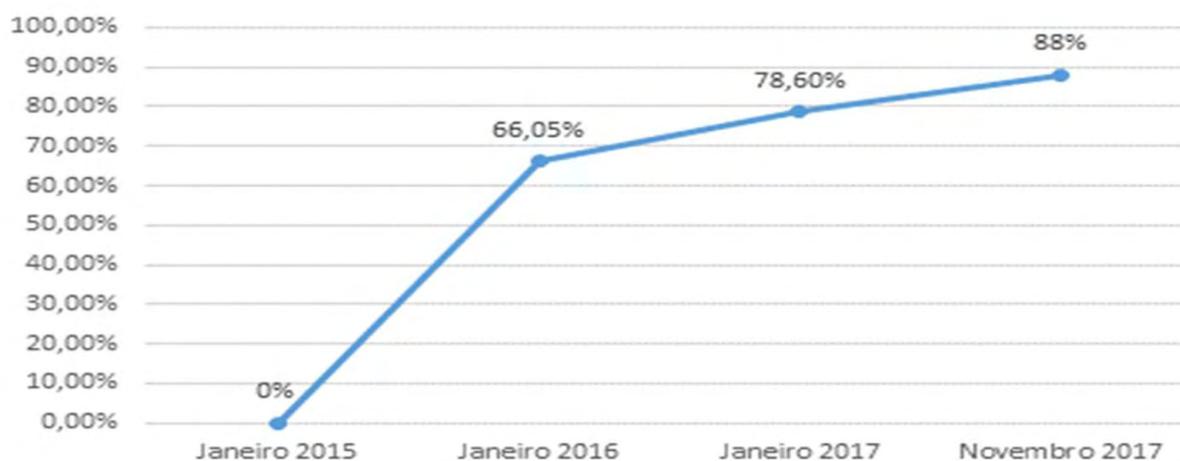
Figura 86



12.3.6 PREGÃO ELETRÔNICO

Essa modalidade de licitação, mais transparente e competitiva, traz redução de custos e, por isso, passou a ser adotada, preferencialmente, nas aquisições de bens e serviços comuns. Em 2017, foi adotada em 88% das licitações.

Figura 87



12.3.7 NEGOCIAÇÕES REALIZADAS NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERANDO ECONOMIA PARA O PJERJ

A Divisão de Contratos e Prestação de Serviços – DICON, com o apoio da DGLOG e da DGPCF, vem indagando às empresas contratadas sobre a possibilidade de renúncia total ou parcial dos pedidos de reajustes anuais, no momento das prorrogações, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado, no intuito de diminuir os valores praticados nos contratos.

Assim, após as negociações realizadas, foram apuradas as seguintes reduções, conforme as tabelas nas próximas páginas.

Figura 88 | TABELA 1 – 1º SEMESTRE:

processo	contrato	objeto	empresa	ação (prorrogação)	nº de meses	Período reajustado/prorrogado	Valor (A) mensal proposto pela empresa	Valor (B) mensal negociado pelo TJ	redução mensal (b/a)	redução no período R\$
669/2015	003/0175/16	Digitalização	Brascomp	R	12	01/01/16 a 31/12/16	R\$ 212.576,00	R\$ 200.000,00	- 5,9160 %	R\$ 150.912,00
200.712/14	003/263/15	Controlador de estacionamento	Appa	R	14	01/04/16 a 31/05/17	R\$ 630.137,49	R\$ 628.142,50	- 0,3166 %	R\$ 27.929,86
140.804/10	003/116/11	Técnico de telefonia	Nova Rio	R	9	01/05/16 a 31/01/17	R\$ 1.137.378,52	R\$ 1.136.985,54	- 0,0346 %	R\$ 3.536,82
136.930/15	003/847/15	Marcenaria	Nova Rio	R	14	01/11/16 a 03/01/18	R\$ 426.381,04	R\$ 425.461,46	- 0,2157 %	R\$ 12.874,12
096.757/13	003/689/13	Manutenção de elevadores	ATLAS	R	12	01/11/16 a 31/10/17	R\$ 8.636,65	R\$ 8.281,00	- 4,1179 %	R\$ 4.267,80
096.757/13	003/689/13	Manutenção de elevadores	Otís	R	12	18/11/16 a 17/11/17	R\$ 53.600,74	R\$ 52.946,37	- 1,2208 %	R\$ 7.852,44
167.712/15	003/689/13	Recarga e manutenção de extintores	For fire	P	24	01/01/17 a 31/12/17	R\$ 92.697,55	R\$ 85.522,47	- 7,7403 %	R\$ 172.201,92
126.903/13	003/689/13	Manutenção de elevadores	Thyssenkrupp	P/R	12	23/01/17 a 22/01/18	R\$ 54.808,88	R\$ 52.607,10	- 4,0172 %	R\$ 26.421,36
164.023/12	003/689/13	Serviços de lavanderia	Toalheiros Real	P	12	01/02/17 a 31/01/18	R\$ 9.394,14	R\$ 8.158,20	- 13,1565 %	R\$ 14.831,28
113.700/12	003/689/13	Manutenção de elevadores	Thyssenkrupp	P/R	12	01/02/17 a 31/01/18	R\$ 41.469,96	R\$ 40.998,38	- 1,1372 %	R\$ 5.658,96
164.021/12	003/689/13	Prestação de serviços de informática	IT2B	R	7	01/02/17 a 31/08/17	R\$ 2.075.822,60	R\$ 1.970.334,43	- 5,0818 %	R\$ 741.933,46
228.303/12	003/689/13	Vigilância patrim. desarmada c/ monit. eletrônico	Max	R (1ª part.)	2,12 dias	01/03/17 a 12/05/17	R\$ 3.354.736,66	R\$ 3.352.277,15	- 0,0733 %	R\$ 5.902,82
244.495/12	003/689/13	Vigilância patrim. desarmada c/ monit. eletrônico	Max	R (2ª part.)	8	13/05/17 a 12/01/18	R\$ 2.776.132,48	R\$ 2.773.739,89	- 0,0862 %	R\$ 19.140,72
160.254/14	003/689/13	Conservação e limpeza - 9º NUR	Cemax	P	24	01/03/17 a 28/02/19	R\$ 162.479,33	R\$ 160.348,02	- 1,3117 %	R\$ 51.151,44
89.029/14	003/689/13	Limpeza - 1º e 12º NUR	Laquix	R	22	01/03/17 a 31/08/18	R\$ 648.023,18	R\$ 645.427,04	- 0,4006 %	R\$ 57.115,08
153.848/15	003/689/13	Manutenção, suporte e atualização de software	Servix	P/R	14	04/03/17 a 03/03/18	R\$ 222.274,79	R\$ 208.333,33	- 6,2722 %	R\$ 195.180,44
106.229/12	003/689/13	Copeiragem	Liderança	R	14	01/03/17 a 30/05/18	R\$ 378.195,05	R\$ 377.979,81	- 0,0569 %	R\$ 3.013,36
179.539/15	003/689/13	Apoio logístico ao DEPAM	Nova Rio	P/R	16	01/03/17 a 30/06/18	R\$ 1.947.284,96	R\$ 1.946.983,11	- 0,0155 %	R\$ 4.829,60
217.399/13	003/689/13	Manutenção e Suporte técnico	Tecnoset	P	24	19/05/17 a 18/05/19	R\$ 3.062,00	R\$ 2.838,50	- 7,2992 %	R\$ 5.364,00
222.255/15	003/689/13	Plano de saúde	Amil	P/R	24	01/05/17 a 30/04/19	R\$ 13.256.171,96	R\$ 13.238.694,88	- 0,1318 %	R\$ 419.449,92
200.712/14	003/689/13	Controlador de estacionamento	Appa	P	24	01/06/17 a 31/05/19	R\$ 555.867,47	R\$ 554.050,04	- 0,3270 %	R\$ 43.618,32
200.712/14	003/689/13	Controlador de estacionamento	Appa	R (1ª part.)	2	01/04/17 a 31/05/17	R\$ 641.141,12	R\$ 640.169,25	- 0,1516 %	R\$ 1.943,74
200.712/14	003/689/13	Controlador de estacionamento	Appa	R (2ª part.)	24	01/06/17 a 31/05/19	R\$ 572.080,59	R\$ 571.195,22	- 0,1548 %	R\$ 21.248,88
109.973/16	003/689/13	Codução de elevador	Provac	R (1ª part.)	8	01/06/17 a 31/01/18	R\$ 1.217.361,10	R\$ 1.215.706,87	- 0,1359 %	R\$ 13.233,84
Totalizações (valores, percentual e redução - 1º semestre 2017)						R\$ 167.957,70	R\$ 30.265.138,26	R\$ 30.097.180,56	-0,5550 %	R\$ 1.858.700,18

*Fonte: Planilha de comparativo do valor proposto x negociado - dados colhidos até 30/11/17.

Figura 89 | TABELA 2 – 2º SEMESTRE:

processo	contrato	objeto	empresa	ação (prorrogação)	nº de meses	Período reajustado/proposto	Valor (A) mensal proposto pela empresa	Valor (B) mensal negociado pelo TI	redução mensal (b/a)	redução no período R\$
243.623/13	003/296/14	Prestação de serviços de passageiros aéreas	ITS Viagens	P	12	01/07/17 a 30/06/18	R\$ 24.670,70	R\$ 24.302,89	- 1,4909 %	R\$ 4.413,72
041.594/15	003/268/15	Normas ABNT (1)	ABNT	P	12	05/07/17 a 04/07/18	R\$ 22.666,18	R\$ 21.514,50	- 5,0819 %	R\$ 1.151,88
72.672/15	003/408/15	Ass. Periódico Biblioteca Dig. Fórum Direito (1)	Editora Forum	P	12	17/07/16 a 16/07/18	R\$ 98.014,00	R\$ 90.054,00	- 8,1213 %	R\$ 7.960,00
187.281/14	003/438/15	Software firewall checkpoint	Actar	R	24	11/08/17 a 10/08/19	R\$ 17.213,60	R\$ 16.615,86	- 3,4725 %	R\$ 14.345,76
231.249/12	003/436/13	Manutenção de equipamentos de informática	MPE	P	12	01/09/17 a 31/08/18	R\$ 70.850,50	R\$ 65.905,00	- 6,9802 %	R\$ 59.346,00
23.997/15	003/434/15	Mídias impressas	Video Clipping	P	24	01/09/17 a 31/08/19	R\$ 9.320,83	R\$ 8.466,67	- 9,1640 %	R\$ 20.499,84
044.302/15	003/537/15	Manutenção de elevadores	Atlas	P/R	29	01/09/17 a 31/08/19	R\$ 8.610,35	R\$ 8.219,21	- 4,5427 %	R\$ 11.343,06
044.301/15	003/489/15	Manutenção de elevadores	Atlas	P/R	29	01/09/17 a 31/08/20	R\$ 6.470,26	R\$ 6.176,34	- 4,5426 %	R\$ 8.523,68
228.305/12	003/208/14	Prestação de serviços de informática	IT2B	P/R	21	02/09/17 a 01/06/18	R\$ 2.075.822,60	R\$ 2.049.148,45	- 1,2850 %	R\$ 560.157,15
107.722/15	003/636/16	Manutenção de centrais telefônicas	Newscon	R	3	01/09/17 a 30/11/17	R\$ 2.909,43	R\$ 2.845,08	- 2,2118 %	R\$ 193,05
107.722/15	003/636/16	Manutenção de centrais telefônicas	Newscon	P	12	01/12/17 a 30/11/18	R\$ 2.909,43	R\$ 2.845,08	- 2,2118 %	R\$ 772,20
167.712/15	003/751/15	Manutenção de elevadores	Otis	P	24	18/11/17 a 17/11/19	R\$ 54.850,93	R\$ 52.946,38	- 3,4722 %	R\$ 45.709,20
136.930/15	003/683/14	Assistência técnica e suporte técnico	Sumus	P	12	04/11/17 a 03/11/18	R\$ 6.830,72	R\$ 6.000,00	- 12,1615 %	R\$ 9.968,64
97.706/12	003/942/12	Limpeza - 3º NUR	Cemax	P/R	12	01/11/17 a 31/10/18	R\$ 213.089,18	R\$ 212.487,82	- 0,2822 %	R\$ 7.216,32
39.476/13	003/238/13	DNA	UERJ	P	21	01/10/17 a 30/06/18	R\$ 166.311,36	R\$ 161.548,95	- 2,8636 %	R\$ 100.010,61
106.957/13	003/742/13	Movimentação expediente	Mastervig	P/R	12	01/01/18 a 31/12/18	R\$ 479.720,00	R\$ 415.680,00	- 13,3495 %	R\$ 768.480,00
062.931/14	003/486/14	Locação de equipamentos	Gigacom	R	12	02/09/17 a 01/09/18	R\$ 2.272.774,08	R\$ 2.206.611,47	- 2,9111 %	R\$ 793.951,32
032.883/13	003/0656/13	Centrais telefônicas NEC	NEC Latin	P/R	12	01/11/17 a 31/10/18	R\$ 83.032,98	R\$ 66.190,00	- 20,2847 %	R\$ 202.115,76
089.031/14	003/0645/14	Limpeza - 13º NUR	Cemax	R	16	01/07/16 a 19/11/18	R\$ 403.789,21	R\$ 401.821,64	- 0,4873 %	R\$ 31.481,12
108.014/14	003/0822/14	Correio na nuvem	Allen Rio	P	12	29/12/17 a 28/12/18	R\$ 398.652,81	R\$ 389.799,83	- 2,2207 %	R\$ 106.235,76
Totalizações (valores, percentual e redução - 2º semestre 2017)							R\$ 6.255.944,67	R\$ 6.056.691,92	-3,18501 %	R\$ 2.753.875,07

*Fonte: Planilha de comparativo do valor proposto x negociado - dados colhidos até 30/11/17.

Considerando a economia mensal no valor de cada contrato e o período de prorrogação, no 1º semestre houve uma redução total de R\$ 1.858.700,18 (Hum milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos reais e dezoito centavos), gerando um percentual mensal de economia de - 0,5550% e no 2º semestre, uma redução de R\$ 2.753.875,07 (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sete centavos), gerando um percentual mensal de economia de - 3,1850%, conforme se verifica nas tabelas 1 e 2.

Somando-se os dois períodos, obtém-se uma redução total de R\$ 4.612.575,25 (quatro milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

É importante ressaltar que existem outros contratos que estão em fase de negociação e não fizeram parte das tabelas acima.

12.3.8 NEGOCIAÇÕES REALIZADAS NAS LOCAÇÕES GERANDO ECONOMIA PARA O PJERJ

Na mesma direção, a Divisão de Instrução e Análise Contratual – DIANC, diante da crise econômica atual, que afetou o mercado imobiliário, envidou esforços visando adequar os valores dos aluguéis à nova realidade do mercado imobiliário, tendo como base o laudo de avaliação elaborado pelo DEENG de acordo com a NBR-14653-2.

As tabelas 3, 4 e 5 apresentam o resultado das negociações realizadas entre o DECAN/ DIANC e os proprietários dos imóveis atualmente locados por este Tribunal de Justiça, quando das respectivas prorrogações contratuais.

Figura 90 | TABELA 3 – NEGOCIAÇÕES COM OS VALORES DOS ALUGUÉIS:

locação	valor mensal do aluguel anterior à prorrogação	valor mensal do aluguel posterior à prorrogação	prazo (meses)	data (prorrogação)	porcentagem de economia mensal	economia mensal	economia total (considerando o período da prorrogação)
Isidro Orlando Oliver (Maricá)*	R\$ 4.633,06	R\$ 4.633,06	36	14/01/2017	0,00 %	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Independencia Administradora de Bens (Anexo Cidade Nova)	R\$ 1.150.921,76	R\$ 727.000,00	24	15/01/2017	- 36,83 %	R\$ 423.921,76	R\$ 10.174.122,24
Ângela Folgosa (Angra dos Reis)	R\$ 23.103,05	R\$ 23.103,05	12	01/06/2017	0,00 %	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Jockey - sala 303 (Centro)	R\$ 31.524,48	R\$ 29.484,00	12	01/09/2017	- 6,47 %	R\$ 2.040,48	R\$ 24.485,76
Francesco Mannarino (Santo Cristo)	R\$ 37.552,60w	R\$ 36.480,00	12	01/12/2017	- 2,86 %	R\$ 1.072,60	R\$ 12.871,20
Valores totais economizados em razão das negociações procedidas pelo decan/dianc/secod - 2017 - atualizado em 29/11/17							R\$ 10.211.479,20

*Fonte: Planilha de Negociações Realizadas nas Locações - dados colhidos até 30/11/17.

Sendo assim, o valor economizado com os aluguéis nas negociações foi de R\$ 10.211.479,20 (dez milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), considerando a economia mensal no valor dos aluguéis e o prazo da prorrogação, gerando um percentual mensal de economia de 34,2248%.

Figura 91 | TABELA 4 – NEGOCIAÇÕES COM OS VALORES DOS ENCARGOS EM DECORRÊNCIA DAS GLOSAS
Planilha demonstrativa de Economicidade nas Locações

locação	valor cobrado pelo locador	valor encaminhado para reembolso	porcentagem da economia	economia total
Ângela Folgosa (Angra dos Reis)	R\$ 1.468,96	R\$ 1.416,34	- 3,58 %	R\$ 52,62
Jockey - sala 303 (Centro)	R\$ 37.346,82	R\$ 37.099,88	- 0,66 %	R\$ 246,94
Alvaro Dias (Seropédica)	R\$ 8.784,93	R\$ 8.753,21	- 0,36 %	R\$ 31,72
Isidro Orlando Oliver (Maricá)	R\$ 511,08	R\$ 282,48	- 44,73 %	R\$ 228,60
Independencia Administradora de Bens (Anexo Cidade Nova)	R\$ 2.928.360,86	R\$ 2.804.520,65	- 4,23 %	R\$ 123.840,21
Antonio da Silva Correia (Praça da Bandeira)	R\$ 2.317,40	R\$ 1.831,41	- 20,97 %	R\$ 485,99
Valores totais economizados em razão de glosas procedidas pelo decan/dianc/secod nos encargos de locações - 2017 - atualizado em 29/11/17				R\$ 124.886,08

*Fonte: Planilha de Negociações realizadas nas locações - dados colhidos até 30/11/17.

A tabela 4 demonstra o valor economizado com os encargos de locação em decorrência das glosas efetuadas pela DIANC nas faturas, após a conferência minuciosa dos valores a serem reembolsados ao locador, resultando em um total de R\$ 124.886,08 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oito centavos), gerando um percentual de economia mensal de 4,1925%.

Figura 92 | TABELA 5 – NEGOCIAÇÕES COM OS VALORES DOS ENCARGOS EM DECORRÊNCIA DAS DEVOLUÇÕES DE VALORES
Planilha demonstrativa de Economicidade nas Locações

locação	economia total
Jockey - sala 303 (Centro)	R\$ 4.079,32
Independencia Administradora de Bens (Anexo Cidade Nova)	R\$ 197.180,61
Antonio da Silva Correia (Praça da Bandeira)	R\$ 31.406,16
R\$ 232.666,09	
Valores totais economizados em razão de devoluções nos encargos de locações procedidas pelo decan/dianc/secod - 2017 - atualizado em 29/11/17	

*Fonte: Planilha de Negociações realizadas nas locações - dados colhidos até 30/11/17.

Conforme se depreende da tabela 5, a quantia economizada com devoluções de valores de encargos cobrados a maior foi de R\$ 232.666,09 (duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e nove centavos).

Somando-se as três tabelas, obtém-se uma redução total nos valores das locações e encargos de R\$ 10.569.031,37 (dez milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trinta e um reais e trinta e sete centavos).

12.3.9 REDUÇÃO DE VALORES EM CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

Ainda, objetivando a adequação dos contratos à nova realidade do Estado, os valores das contratações emergenciais do Departamento de Engenharia, baseados na estimativa dos custos, foram menores que os valores que estavam sendo executados nas contratações anteriores, de mesmo objeto, conforme demonstrado abaixo, perfazendo uma redução mensal de aproximadamente R\$ 1.774.970,55 (Hum milhão, setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos):

Figura 93

processo	objeto	empresa vencedora	prazo	valor contratado	valor anteriormente praticado	redução mensal	Variação
024.998/2017	Manutenção Predial (1º Emergencial)	GPC Engenharia	90 dias	R\$ 3.110.349,63	R\$ 3.953.807,55	R\$ 843.457,92	- 21,3328 %
080.541/2017	Manutenção Predial (2º Emergencial)	GPC Engenharia	180 dias	R\$ 3.099.313,12	R\$ 3.110.349,63	R\$ 11.036,51	- 0,3548 %
049.338/2017	Manutenção de ar-condicionado (Barra Mansa, Belford Roxo e Cabo Frio) (1º Emergencial)	Ambientair	90 dias	R\$ 117.148,13	R\$ 118.802,38	R\$ 1.654,25	- 1,3924 %
104.689/2017	Manutenção de ar-condicionado (Barra Mansa, Belford Roxo e Cabo Frio) (2º Emergencial)	Ambientair	180 dias	R\$ 117.148,13	R\$ 117.148,13	R\$ 0,00	- 0,0000 %
080.947/2017	Manutenção de ar-condicionado (1º Emergencial)	Ambientair	180 dias	R\$ 1.498.172,53	R\$ 1.778.361,48	R\$ 280.188,95	- 15,7555 %
186.585/2017	Manutenção de ar-condicionado (2º Emergencial)	Ambientair	180 dias	R\$ 1.458.255,69	R\$ 1.498.172,53	R\$ 39.916,84	- 2,6644 %
080.948/2017	Manutenção de Eletromecânica (1º Emergencial)	Tecnenge	180 dias	R\$ 1.335.336,80	R\$ 1.719.617,67	R\$ 384.280,87	- 22,3469 %
186.588/2017	Manutenção de Eletromecânica (2º Emergencial)	Power Brasil	180 dias	R\$ 1.120.901,59	R\$ 1.335.336,80	R\$ 214.435,21	- 16,0585 %
redução total mensal						R\$ 1.774.970,55	

*Fonte: Planilha de negociações realizadas nas contratações emergenciais do DEENG - dados colhidos até 30/11/17.

12.4 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Durante a realização do evento “Balço Sustentável 2017” do Tribunal de Justiça, o presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Sergio Besserman Vianna, considerou que o Acordo de Paris, compromisso assumido por 195 países com o objetivo de conter o aquecimento global do planeta, somente trará resultados se as ações forem voltadas, também, para a redução da desigualdade social. Professor de economia da PUC-RJ, Besserman ministrou a palestra “Mudanças climáticas e Biodiversidade, um balanço da situação em 2017”.

Antes da palestra do professor Sergio Besserman, o presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), desembargador Jessé Torres, apresentou um balanço do trabalho desenvolvido pelo TJRJ em relação ao Plano de Logística Sustentável. Ele comemorou alguns números alcançados pelo Tribunal.

“Totalizamos 87 ações concluídas, representando 38 por cento da meta, e 73 estão em andamento (31%). Em relação à redução do consumo de água, alcançamos o índice de 11,5%, para uma meta prevista de 5% ao ano. A média nacional de redução foi de 3,8%. Também podemos destacar que reduzimos em 9,4% o consumo de papel. A média nacional de redução entre os Tribunais de Justiça foi de 6,4%. Isso demonstra que estamos no caminho certo”, afirmou o desembargador.



Da esquerda para direita, desembargadores Sergio Cavaliari (ex-presidente do TJRJ), Jessé Torres (presidente da Cosus) e Milton Fernandes de Souza (presidente do TJRJ), o procurador-geral de Justiça do Rio, Eduardo Gussem, e o professor Sérgio Besserman

Segue abaixo quadro indicativo dos recursos relativos ao consumo de água, energia e papel no âmbito do TJRJ no período 2015 a 2017 (alinhamento com o Eixo I do PLS)

Figura 94

consumo	2015	2016	2017
Água	R\$ 6.600.141,75	R\$ 4.506.127,96	R\$ 6.357.539,54
Energia	R\$ 48.234.782,84	R\$ 38.175.660,12	R\$ 44.387.613,75
Papel (resmas)	R\$ 2.482.342,74	R\$ 1.999.317,20	R\$ 2.580.046,39
	272.676	213.169	228.049

12.5 PARCERIAS IMPORTANTES FIRMADAS EM 2017

12.5.1 CONVÊNIO COM REPASSE DE VERBA

- **Proc. 101.844/2016** – com CIEE

- » **Objeto:** desenvolvimento de atividades conjuntas, capazes de propiciar a plena operacionalização de estágio de estudantes.
- » **Relevância:** contribuir com a prestação jurisdicional, proporcionando aos estudantes de educação superior a complementação do ensino e da aprendizagem, por meio de atividades planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-científico e de relacionamento humano.

12.5.2 CONVÊNIOS SEM REPASSE DE VERBA

- **Proc. 114.909/2017** – Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP

- » **Objeto:** promover a instalação das centrais de audiência de custódia de Benfica, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda.
- » **Relevância:** Com a celebração do convênio foram criadas novas instalações dentro das unidades prisionais de Benfica, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda, para realização de audiências de custódia, em cumprimento à cláusula do pacto de São José da Costa Rica.
- » É preciso destacar que o enfrentamento da questão da superpopulação carcerária exige a urgente adoção de iniciativas, tal qual a expansão de projetos que demonstram eficácia no exercício desta causa. Este é o caso da Central de Audiência de Custódia, cuja média de libertação alcança o índice de 59% (cinquenta e nove por cento).

- » Destaca-se que a Construção das Salas de Audiência de Custódia junto aos presídios de Benfica, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes foi realizada pelo Departamento de Engenharia, de modo a atender o Projeto idealizado pelo CNJ e desenvolvido em parceria com Tribunais de todo o país.
- **Proc. 101.756/2017** – Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP
 - » **Objeto:** realizar manutenção corretiva nos veículos da SEAP, nos moldes dos serviços apontados como necessários para o funcionamento dos mesmos na vistoria prévia realizada, de forma a viabilizar a apresentação de presos às diversas unidades jurisdicionais do PJERJ em todo o Estado, bem como o recambiamento de presos no âmbito da Região Sudeste.
 - » **Relevância:** viabilizar a prestação jurisdicional, proporcionando à SEAP condições operacionais para a apresentação de presos às audiências criminais realizadas em todo o Estado do Rio de Janeiro e o recambiamento de presos no âmbito da região Sudeste. Funda-se, pois, no interesse público perseguido pelas partes convenientes no exercício de suas atividades finalísticas.
 - » Destaca-se que o objeto do Convênio são 47 (quarenta e sete) veículos, a maioria deles classificados como pesados e em sua totalidade adaptados à destinação acima referida. Tais circunstâncias emprestam significativa complexidade ao processo de manutenção, tendo em vista, principalmente, a dificuldade na reposição de peças adaptadas e, portanto, não encontradas no mercado.
 - » Até o momento, já foi concluída a manutenção pelo Departamento de Transporte em cerca de 1/3 (um terço) dos veículos objeto do Convênio.
- **Proc. 123.699/2017** – Secretaria de Estado de Saúde - SES
 - » **Objeto:** conjugação de esforços para apoio e atuação de equipe multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados da área psicossocial (psicólogos e assistentes sociais), disponibilizados pela Secretaria de Saúde para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, de Campo Grande, Jacarepaguá e de Nova Iguaçu.
 - » **Relevância:** A parceria representa ação articulada entre os Poderes Executivo e Judiciário para efetivação da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e do Plano Nacional de Políticas para a Mulher, que dentre seus objetivos prevê a adoção de medidas destinadas ao atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres vítimas de violência.
 - » O convênio contribuirá de forma efetiva para reduzir o ciclo de violência contra a mulher.

12.6 DEMAIS INICIATIVAS SOBRE INFRAESTRUTURA, OBRAS E LOGÍSTICA

12.6.1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES, IFS

Substituição do antigo sistema de compras e gerenciamento de Ordens de Serviço por um sistema corporativo mais moderno e funcional. O novo sistema permite um maior controle e a obtenção de relatórios gerenciais e operacionais mais completos. Dessa forma, o IFS atua gerenciando o Controle de Documentos, a manutenção preventiva e corretiva, bem como as Compras e o Controle de Material.

12.6.2 PROJETO MUTIRÃO

Que consiste na união de esforços coordenados para atendimento das demandas de engenharia que objetivam a execução de serviços necessários nos Fóruns. Em conjunto com os Síndicos dos Núcleos Regionais, que elencaram as prioridades, são analisados os pedidos e coordenados todos os esforços para a solução rápida de uma série de pendências que porventura ainda existam.

12.7 PROJETOS EM IMPLEMENTAÇÃO EM 2017

- Implantação do Sistema de Videoconferência para o Depoimento Especial Teresópolis
- Ampliação do Sistema de Alarme de Pânico (Niterói, Alcântara, Bangu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo)
- Implantação do Sistema de CFTV IP nas Lâminas 1 e 2 na obra da readequação Fase 1 concluído
- Finalização da digitalização das câmeras das Lâminas 1 e 2 através da migração de 448 câmeras analógicas
- Estudo de viabilidade técnica do Sistema de Gravação Audiovisual nas Câmaras Cíveis
- Atualização do Sistema de Automação de Rádio na Sonorização Ambiente

- Migração e distribuição dos equipamentos de SOM e CFTV nas Lâminas 1 e 2 incluindo nobreaks para proteção destes equipamentos
- Manutenção das Repetidoras que atendem os rádios transceptores no entorno dos prédios do Fórum da Capital
- Estudo de viabilidade técnica para Sistema de Inspeção Corporal na Carceragem
- Estudo de viabilidade técnica para Sistema de Reconhecimento Facial nos acessos restritos

EXPEDIENTE

Edição e diagramação
Serviço de Identidade Visual
(DGCOM/DECCO/CCMJ/SEIVI)

ccmj.seivi@tjrj.jus.br



www.tjrj.jus.br



facebook.com/tjrjoficial



twitter.com/tjrjoficial



instagram.com/tjrjoficial